

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES  
POLÍTICAS**

**ARIEL CHERXES BATISTA**

**UMA IMERSÃO NO PASSADO-PRESENTE: O REVISIONISMO  
BOLSONARISTA SOBRE A DITADURA (2011-2019)**

VITÓRIA  
2020

ARIEL CHERXES BATISTA

**UMA IMERSÃO NO PASSADO-PRESENTE: O REVISIONISMO  
BOLSONARISTA SOBRE A DITADURA (2011-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Pedro Ernesto Fagundes

VITÓRIA

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

B333i Batista, Ariel Chexxes, 1994-  
Uma imersão no passado-presente : o revisionismo bolsonarista sobre a ditadura (2011-2019) / Ariel Chexxes Batista. - 2020.  
137 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História. 2. Memória. 3. Política. 4. Ditadura. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

ARIEL CHERXES BATISTA

**UMA IMERSÃO NO PASSADO-PRESENTE: O REVISIONISMO BOLSONARISTA  
SOBRE A DITADURA (2011-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Pedro Ernesto Fagundes**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Orientador

---

**Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Ueber José de Oliveira**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Membro interno

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juçara Luzia Leite**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Membro interno

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Caroline Silveira Bauer**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Membro externo

## AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos de um trabalho desse calibre não é tarefa tão fácil, mas compreende uma tarefa necessária, pois diversas pessoas, direta e indiretamente, contribuíram durante anos para que esta dissertação se tornasse realidade.

Primeiramente, agradeço a minha família. Meus pais, Maria Lúcia e José Quinto, são minha base e foram fundamentais, pois sempre me aconselharam e deram votos de coragem, nos momentos difíceis, ou mesmo me tranquilizaram nos dias em que tudo parecia perdido. Além deles, minha irmã Maiara merece destaque, pelas várias conversas que tivemos madrugada adentro, sempre um ajudando o outro, à maneira que irmãos devem fazer. Meu sobrinho mais velho, Herick, foi companhia certa nos jogos do Cruzeiro, não desistindo do nosso “Cabuloso”, nem mesmo no terrível ano de 2019. Tê-lo por perto em momentos de distração foi bastante importante. Ana Júlia é minha sobrinha do meio e, no segundo ano do mestrado, nos tornamos mais próximos, em brincadeiras e dúvidas escolares. Do jeito dela, ela me ajudou nesse período. Por fim, não posso deixar de falar do meu xodó, Hitalo. O meu guri chegou de surpresa e encantou a todos. O “bebê do tio” fez de mim uma pessoa melhor.

Encerrada a sessão família, preciso agradecer ao meu orientador, professor Doutor Pedro Ernesto Fagundes. Sempre disponível em todos os momentos, tornou-se um amigo, desde as reuniões de orientação, até às conversas mais informais sobre futebol, vida, política e sociedade. Fica o meu muito obrigado a essa grande pessoa. Estendo o agradecimento ao colegiado da Universidade Federal do Espírito Santo, que fez parte da produção deste trabalho e a minha banca de avaliadores, que fizeram os apontamentos necessários à sua melhora.

Outra pessoa que merece destaque é alguém com quem fiz amizade logo que entrei na universidade, o meu amigo, Henrique Sepulchro. O agradeço, por ter ido ao meu exame de qualificação e pelas árduas leituras feitas no texto, ao longo desse tempo. Sua contribuição foi de grande valia.

Os “Bem Amigos”, não poderiam ficar de fora: Guilherme, que entrou nessa empreitada junto comigo e também desenvolveu um grande trabalho e Leon, que organizou eventos em sua casa, saídas para que pudéssemos nos divertir e sempre

nos encorajou nesse processo. Sempre digo isso e reafirmo: vocês são meus irmãos. Agradeço por serem quem são.

A vida me apresentou a uma pessoa bastante especial na reta final do mestrado, alguém de olhar encantador, jeito doce e carinhoso. Essa lista de agradecimentos não seria a mesma sem um parágrafo destinado à minha namorada, Luzia, aquela que me arranca um sorriso bobo e apaixonado, e que surgiu em um momento bastante importante na minha trajetória. Enfim, a agradeço, por tudo feito nesse tempo em que estamos juntos.

A reta final deste trabalho também me apresentou ao mundo da terapia e, com ele, conheci uma pessoa fantástica, a minha psicóloga Rita de Cácia. Agradeço-lhe por todas as orientações, puxões de orelha e momentos em que me encorajou a ser quem eu realmente gostaria de ser. Sua ajuda foi fundamental para o desfecho deste trabalho, muito obrigado.

Finalizando, agradeço a amigos de longa data, que estiveram presentes nesses quase três anos de mestrado: Gabriela Loureiro, sempre dando dicas, após a sua experiência como mestrandia; Igor Cometti, pelos “rolês” e “zoeiras” desde os idos de 2013; Karol Giesen, Ariadne Trancoso, Danilo Reis, Helo Lourenço, Mariana Amorim, Priscila Aquino, Ariane Guimarães, Luana Viera, entre tantos outros queridos, pela amizade.

Estendo um agradecimento aos integrantes do meu grupo de pesquisa, o LabTempo, em especial, Vinicius e Homero, pela companhia em várias tardes na sala da Comissão da Verdade, e à Brenda Bernardes pela ótima revisão final do trabalho. Os companheiros de jornada, Tanya Kruger e Ulisses, também são dignos de menção, por dividirem várias vezes comigo as dores do mestrado, em longas conversas. Do período em que trabalhei na Rede Adventista de ensino, não posso me esquecer de Helio, Yasmin e Maria Eduarda, pois, de alunos, viraram grandes amigos, que hoje mostram sua inteligência no Ifes. Entre os colegas, cito, com carinho, Patrícia Storch, João Victor Borchardt, e Taíssa D'Icarahay. A vocês, muito obrigado pela parceria.

Tentei mencionar a maioria dos que estiveram presentes em minha vida em todo esse tempo. Adianto que não quero ser injusto com ninguém, apesar de muitas pessoas não terem sido mencionadas aqui. Mas, mesmo que indiretamente, se você esteve comigo nesses últimos três anos, de alguma forma me ajudou. Se você está lendo isso e se enquadra, aqui fica o meu agradecimento.

Enfim, finalizou-se um ciclo e a palavra que me define no momento é gratidão.

*Quem me dirá onde está  
Aquele moço fulano de tal  
(Filho, marido, irmão, namorado que  
não voltou mais)  
Insiste os anúncios nas folhas  
Dos nossos jornais  
Achados perdidos, morridos  
Saudades demais  
Mas eu pergunto e a resposta  
É que ninguém sabe  
Ninguém nunca viu  
Só sei que não sei  
Quão sumido ele foi  
Sei é que ele sumiu  
E que souber algo  
Acerca do seu paradeiro  
Beco das liberdades  
Estreita e esquecida  
Uma pequena marginal  
Dessa imensa Avenida Brasil*

Pequena Memória Para um Tempo sem  
Memória (A Legião dos Esquecidos) [1980]  
(Gonzaga Jr)

## RESUMO

Entre 1964 e 1985 adveio a Ditadura Militar no Brasil. Desdobrada a partir de um Golpe Civil-Militar, contra o presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Apoiada pelo governo americano e organizada pelas Forças Armadas e por setores da elite brasileira, a medida teria buscado conter o suposto avanço comunista no país. Os episódios que circundam a Ditadura Militar ocasionaram controvérsias estendidas até os dias atuais. É possível observar em discursos da sociedade civil, ou mesmo em parcelas ligadas aos meios institucionais, a defesa da construção de uma narrativa revisionista sobre esta fase da história republicana brasileira. Afirma-se que o atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, assim como seu grupo político, são grandes entusiastas do revisionismo. Por conseguinte, a ascensão do bolsonarismo ao poder é resultado de uma série de episódios ocorridos no Brasil desde junho de 2013, ocasião em que manifestações e protestos de rua cobriram diversas cidades. Iniciava-se um processo de crise política, evidenciado na polarização da sociedade durante as eleições gerais de 2014, para a qual Dilma Rousseff foi reeleita presidenta em meio a um segundo mandato bastante conturbado, interrompido com o processo de *impeachment* em 2016. Em torno deste último fato político e histórico sucede uma disputa de narrativas que versa, de um lado, sobre a legitimidade e/ou ilegalidade do afastamento da presidenta, e de outro, acerca da subida ao Poder Executivo de um ex-militar ligado à extrema-direita. Destarte, esta dissertação discute a narrativa revisionista sobre a Ditadura Militar como um aspecto da cultura política bolsonarista, partindo da hipótese de que Bolsonaro busca criar uma versão alternativa sobre esse período da história a partir de sua visão revisionista e saudosista. Argumenta-se que a visão elogiosa ao “Regime Militar” representa uma ameaça à manutenção de uma democracia sólida no país. Por fim, as fontes documentais utilizadas no trabalho constam majoritariamente de notícias veiculadas em periódicos da imprensa brasileira e internacional entre os anos de 2011 a 2020, além de recursos audiovisuais postados no *site* Youtube, discursos de personalidades públicas, legislações e do *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (2009). Todas trabalhadas a partir da metodologia de análise do discurso. No que toca aos aspectos teóricos utiliza-se a abordagem da História do Tempo Presente adjunta aos conceitos de cultura política, revisionismo e bolsonarismo, principalmente.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar. Tempo presente. Revisionismo. Bolsonarismo.



## ABSTRACT

Between 1964 and 1985 arose the Military Dictatorship in Brazil. Unfolded by a civil-military coup d'etat against the acting president João Goulart on March 31st of 1964. Backed by the American government and organized by the armed forces along with sectors of the Brazilian elite, the coup sought to hold the seeming communist advance in the country. Controversies have emerged due to the affairs that surround the Military Dictatorship and are still present nowadays. It's possible to observe the civil society's reasoning, or even a substantial part, tied to the institutional environment, the defence of revisionist narrative construction regarding this phase in Brazilian republic's history. The current president, Jair Messias Bolsonaro, along with his political group, are great revisionist enthusiasts. Consequently, the rise of bolsonarism to power is the result of a series of occurrences in Brazil since June 2013, where protests were taken to the streets in many cities. A period of political crisis had begun, highlighting the polarization of the society during the general election of 2014, when Dilma Rousseff was reelected president amongst a troubled second mandate, interrupted by an impeachment process in 2016. With regards to this political episode and history a narrative dispute starts to emerge, where, one side, concerns the legitimacy and/ or illegitimacy of the removal of the president from office, and the other side, regarding the rise to Executive power an extreme right-wing ex-military. Thus, this dissertation discusses the revisionist narrative regarding the Military Dictatorship as a political aspect in Bolsonaro's political culture, deriving from the hypothesis that Bolsonaro aims to create an alternative version about this historical period from a revisionist and nostalgic view point. Arguing that this point of view, which compliments the "military regime" represents a threat in solid democratic maintenance in the country. Finally, the document sources used in this essay utilizes news broadcasted in Brazilian and international news between the years of 2011 and 2020, besides audiovisual resources posted on Youtube, public figure's speeches, legislations and the *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (2009). All working from a discourse analysis methodology, mainly aiming on aspects regarding the theoretical points utilized in historical approaches of the Present Time along with the political culture concepts, memory, revisionism and bolsonarism.

**Key-words:** Military Dictatorship. Present-tense. Revisionism. Bolsonarism.

## **LISTA DE FIGURAS**

**FIGURA 1** – Deputado federal Jair Messias Bolsonaro comemorando o Golpe Civil-Militar de 1964

**FIGURA 2** – Porta do gabinete do deputado federal Jair Messias Bolsonaro

**FIGURA 3** – Gabinete do deputado federal Jair Messias Bolsonaro

## LISTA DE TABELAS

**TABELA 1** – Comunismo no Brasil, segundo o *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* (2009)

## LISTA DE SIGLAS

ACSP – Associação Comercial de São Paulo.  
AI – Ato Institucional.  
Aman – Academia Militar das Agulhas Negras.  
AP – Ação popular.  
APML (Ação Popular Marxista-Leninista).  
BNH – Banco Nacional de Habitação.  
CBA – Cruzada Brasileira Anticomunista.  
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia.  
CIDH – Comitê Interamericano de Direitos Humanos.  
Cisa – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.  
CNV- Comissão Nacional da Verdade.  
Codi – Centro de Operações de Defesa Interna.  
CONADEP – Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas.  
CQC – Custe o Que Custar.  
CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil.  
CVJ – *Comisión Verdad y Justicia*.  
DOI – Destacamento de Operações de Informação.  
Dops – Departamento de Ordem Política e Social.  
Eceme – Escola de Comando Superior do Exército.  
Enem – Exame Nacional do Ensino Médio.  
ES – Espírito Santo.  
EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.  
Esma- Escola Superior de Mecânica da Armada.  
EsPCEX – Escola Preparatória de Cadetes do Exército.  
EUA – Estados Unidos da América.  
FGV – Fundação Getúlio Vargas.  
FHC – Fernando Henrique Cardoso.  
FIFA - Fédération Internationale de Football Association.  
FMI – Fundo Monetário Internacional.  
JB – Jornal do Brasil.  
LAI – Lei de Acesso à Informação.

LSN – Lei de Segurança Nacional.

MBL – Movimento Brasil Livre.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MEC – Ministério da Educação.

MFPA – Movimento Feminino Pela Anistia.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAC 2 – Projeto de Aceleração do Crescimento 2.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PDC – Partido Democrata Cristão.

PDT – Partido Democrático Trabalhista.

PEC – Proposta de Emenda Constitucional.

PIB – Produto Interno Bruto.

PL – Projeto de Lei.

PL – Partido Liberal.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PNDH 3 – Programa Nacional dos Direitos Humanos 3.

PODE – Podemos.

PP – Partido Progressista.

PPL – Partido Pátria Livre.

PPP – Partido Popular Progressista.

PRN – Partido da Reconstrução Nacional.

PSC – Partido Social Cristão.

PSD – Partido Social Democrático.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PSL – Partido Social Liberal.

Psol – Partido Socialismo e Liberdade.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTC – Partido Trabalhista Cristão.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RJ – Rio de Janeiro.

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão.

STM – Superior Tribunal Militar.

STF – Superior Tribunal Federal.

TCU – Tribunal de Contas da União.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

UDN – União Democrática Nacional.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFF – Universidade Federal Fluminense.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1: A DITADURA NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO TEMPO PRESENTE: MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E REVISIONISMO</b> .....	28
1.1 O REVISIONISMO SOBRE A DITADURA NO TEMPO PRESENTE: GUIA POLITICAMENTE INCORRETO, OPINIÃO PÚBLICA E ATUAÇÃO PARLAMENTAR .....	40
1.2 JAIR MESSIAS BOLSONARO: DESAFETO DAS INSPIRAÇÕES QUE O FORMARAM UM MILITAR ANTICOMUNISTA .....	55
1.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CNV E O FATOR BOLSONARO .....	60
<b>CAPÍTULO 2: DEMOCRACIA X DITADURA</b> .....	67
2.1 “UM ACORDO NACIONAL COM O SUPREMO E COM TUDO” – O GOLPE DE 2016 .....	73
2.2 AS IDEIAS POR DETRÁS DE UM “MITO” .....	78
2.3 A DITADURA SOBE AO PALANQUE: USOS DO PASSADO DURANTE A ELEIÇÃO DE 2018.....	82
<b>CAPÍTULO 3: REVISIONISMO COMO POLÍTICA DE GOVERNO: BOLSONARISMO ANO I</b> .....	95
3.1 “BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS” – O PRIMEIRO ATO REVISIONISTA DE JAIR BOLSONARO COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA....	97
3.2 O BOLSONARISMO NO PODER E SUA ESTRUTURA MILITAR DE POLÍTICA... ..	106
3.3 O GOVERNO REVISIONISTA DE JAIR MESSIAS BOLSONARO .....	108
<b>CONCLUSÃO</b> .....	125
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	130

## INTRODUÇÃO

A história do tempo presente é um modelo de escrita historiográfica que, a partir de uma visita ao passado recente das sociedades busca evidenciar as inter-relações ocorridas em determinado espaço temporal. Uma das especificidades desse campo de estudos se resume ao fato de que o pesquisador dos períodos recentes é próximo dos acontecimentos, e, sendo assim, suas memórias e experiências, se devidamente equilibradas, contribuem positivamente no processo de construção histórica. Essa afirmação se baseia na ideia de que a história é uma ciência em construção e, sendo assim, as análises que a compõem são passíveis de interpretação.

Deve ser papel do historiador dos períodos recentes, no uso de suas atribuições, a busca por elementos que contribuam de forma coletiva para o bom entendimento da conjuntura. Destaca-se ainda a necessária humildade em negar considerações feitas no calor dos acontecimentos, caso estejam equivocadas, visto o fato de que a contemporaneidade possui um caráter variável. O pesquisador deve se debruçar de forma responsável sobre seu objeto de estudo, pois, assim, o empenho intelectual que ele empreendeu será auxílio na percepção dos eventos de sua atualidade, e conseqüentemente, na formação de concepções políticas que, em determinado prazo, possam refletir na ordem comum da sociedade.

Em suma, a história do tempo presente tem o poder de familiarizar e também de advertir, no sentido de que, na política do dia a dia, nossas palavras e gestos, ou nossa omissão fazem muita diferença (SNYDER, 2017). As pessoas são livres no desenvolvimento de suas ações, entretanto, se tais ações ganharem a opinião pública, serão passíveis de discussão e, em alguns casos, poderão chegar a apontar um total desconhecimento sobre a história.

Ressalta-se também que a parcialidade é algo que sempre estará próximo das construções históricas. Os pontos de vista são necessários ao desenvolvimento de ações. Sendo assim, entende-se a forma como o caráter político da história do tempo presente se estrutura e de que maneira os estudos nessa área ganham sentido e valor científico.

A partir destas reflexões, voltaremos nosso olhar para o dia 1º de janeiro de 2019, data que marcou o início de uma nova fase política no Brasil, a chegada de



representantes da extrema-direita ao poder central da Nova República. Destaca-se que esse início da gestão liderada por um ex-capitão do Exército gerou questionamentos e dúvidas de diferentes ordens.

Com o objetivo de apreender, mesmo que um pouco, a dinâmica de tal processo, surgiu um conceito para definir esse novo grupamento que agora “chefiaria” o Executivo nacional, o bolsonarismo. Restava saber quais eram as verdadeiras diretrizes e razões de existir dessa confluência de interesses. O projeto político apresentado esboçava características de um nacionalismo exacerbado, ligado a uma tentativa de articulação político-partidária orgânica de tendência antidemocrática, e ao mesmo tempo, colocava-se como opção política para setores da sociedade brasileira inconformados com a conjuntura pós-governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Uma das marcas desse grupo é a heterogeneidade. O bolsonarismo se subdivide em bandeiras reunidas em torno de seu projeto político, e de certa maneira esse espectro buscou se apresentar como uma novidade na agenda político-institucional brasileira. Diante de tantos temas do discurso político da extrema direita, nesta dissertação, analisaremos a cultura política bolsonarista que apresenta uma visão elogiosa sobre a Ditadura militar no Brasil.

Por se tratar de um conceito ainda em fase de construção, para discutir a ideia de bolsonarismo utilizamos alguns elementos trabalhados por Daniel Aarão Reis Filho (2020). Segundo o autor, esse fenômeno não é apenas brasileiro, e de certa forma se insere em um contexto internacional de reações a mudanças percebidas como ameaças mortais a tradições, valores e costumes. Além disso, representa uma espécie de nova força política, que em seus aspectos é:

[...] descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos, instrumentalizando os quando convém, desfigurando-os “por dentro” e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital (REIS FILHO, 2020, p. 3).

Em certo sentido esses são os elementos gerais que nos possibilitam identificar o bolsonarismo em ascensão no Brasil, além de seus pares ao redor do mundo, os quais são chamados por alguns analistas como nacional-populismo ou ultra direitismo (TRAVERSO, 2018). A atualidade do tema, não nos permite uma definição exata e fiel

do que de fato o bolsonarismo representa, visto que diversas análises a respeito do mesmo seguem sendo desenvolvidas no calor dos acontecimentos.

A partir dos pressupostos de Reis Filho situamos o bolsonarismo como um movimento que pregou propostas e valores antagônicos com os ideais formadores da “Nova República” ligados a três dimensões temporais. Primeiro, há uma dimensão de longa duração, que remonta à tradição autoritária da sociedade brasileira. Segundo, há uma dimensão de média duração, no plano conjuntural, que se estende da aprovação da Constituição de 1988 até o ano de 2018. E por fim, a dimensão de curta duração, marcada pela campanha eleitoral de 2018 e por episódios localizados, influenciando diretamente na vitória política do projeto bolsonarista (REIS FILHO, 2020).

Neste trabalho problematizamos o revisionismo bolsonarista, especialmente, a visão elogiosa do ex-capitão, assim como de seus correligionários acerca da Ditadura militar no Brasil. Para este fim, utilizamos o conceito de cultura política desenvolvido por Serge Berstein (1998; 2003). Segundo o historiador, a visão global de mundo e da evolução do lugar que o homem ocupa na sociedade, assim como o partilhar de ideias, nos auxiliam a compreender certas percepções desenvolvidas, visto o fato de que os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações portadoras de normas e valores que vão além da noção de partido político (BERSTEIN, 1998, p. 32).

O conceito de cultura política foi originalmente desenvolvido nas décadas de 1950 e 1960 por cientistas sociais norte-americanos que se inspiraram em autores do século XIX interessados nos impactos de valores e comportamentos culturais sobre a política. Apenas no período posterior à Guerra Fria quando as ciências sociais norte-americanas se internacionalizaram é que o conceito se difundiu amplamente. Em um primeiro momento isto ocorreu a partir de uma noção etnocêntrica de se pensar os Estados nacionais e os comportamentos e ideais políticos presentes neles. Por sua vez, o caso francês procurou trabalhar a cultura política de forma antropológica, buscando evidenciar a existência de diversos comportamentos e de variadas maneiras de agir em disputa, ou seja, a cultura política desenvolvida na França passou a ser vista de forma pluralista.

Trata-se, portanto, “[...] de uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido, ou mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERSTEIN, 1998, p. 350).

Entendemos ser o revisionismo histórico um aspecto da cultura política de setores da extrema-direita brasileira, que ganhou projeção na opinião pública a partir dos discursos divulgados na mídia e nas redes sociais, evidenciando uma exaltação à Ditadura no Brasil. O atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, representa a voz central no que diz respeito a esse revisionismo histórico, pois aglutina em torno de si *influencers*, escritores, políticos e personalidades que, a partir de sua liderança, compartilham dessas mesmas ideias em seu cotidiano.

Escolhemos esta base teórica, pois ao serem analisados aspectos do bolsonarismo, no que tange a uma defesa do regime, foi possível observar os elementos que Berstein (1998) elenca como os referenciais para a formação de uma cultura política.

Nas palavras do autor, se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número. É construída uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como veem os detentores dessa cultura, e para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chaves, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante (BERSTEIN, 1998, p. 351).

O essencial na cultura política é a constituição de um todo homogêneo que, após os elementos interdependentes serem apreendidos, permite a percepção do sentido dos acontecimentos. Portanto, conforme Berstein, a principal questão é o substrato filosófico da cultura política. Ele é definido de acordo com o tipo de sociedade à qual estamos nos referindo (podem ser inúmeros tipos, que também podem apresentar variações em seu interior) e da cultura global dessa sociedade.

Em suma, os fatores explanados acima, fundidos à diversidade de comportamentos políticos, são os responsáveis por definirem as culturas políticas subjacentes, inseridas numa sociedade global. Sendo assim, como dito anteriormente, as ações da extrema-direita brasileira que se reúne em torno de Jair Bolsonaro e a visão elogiosa que ambos possuem do período da Ditadura serão nosso objeto de estudo nesta dissertação. Assim, como destacamos, nosso recorte temporal compreende o período da ascensão do lulopetismo, passa por sua queda, e chega ao surgimento do bolsonarismo. Momento que marca a ascensão desses discursos e personagens ao poder central do Brasil.

Apoiados na abordagem da história do tempo presente observamos o quanto que certos episódios transformam elementos da cultura política vigente. O que ocorre no Brasil, a partir da união do antipetismo ao bolsonarismo é o desencadeamento de uma visão de mundo anticomunista e elogiosa à Ditadura, de viés antidemocrático.

Sendo assim, é necessário explicar, como o bolsonarismo chegou ao poder. Inicialmente trataremos de um dos pontos centrais do discurso do ex-militar: sua aversão ao comunismo.

No Brasil, mesmo na atualidade, o anticomunismo serve a alguns grupos como meio de expressar seus temores diante de transformações na sociedade. Assim, destacam e exaltam valores tidos como tradicionais, por exemplo, a ordem e disciplina militar, para, a partir de certo oportunismo, generalizar e rotular práticas comuns de uma democracia como comunistas.

Indivíduos são estimulados a aceitar intervenções autoritárias como o único caminho para salvar o Brasil do “perigo vermelho”<sup>1</sup>. É preciso situar, entretanto, a diferença entre o anticomunismo desenvolvido no Brasil a partir de 1917 e o antipetismo, ligado ao bolsonarismo, presente na política brasileira desde a fundação do Partido dos Trabalhadores<sup>2</sup>.

Esta agremiação é lida por parcelas da sociedade como uma organização política de tendências comunistas. Mas na verdade, durante os anos que esteve no

---

<sup>1</sup> A referência teórica acerca de tal “perigo” trata-se da tese de doutorado do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, defendida em 2000 pela Universidade de São Paulo (USP), **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). A obra aqui citada trata-se da versão em livro publicada em 2002.

<sup>2</sup> Mais sobre isto ver: OLIVEIRA, Ueber José de; PEREIRA, Valter Pires. **O PT na institucionalidade democrática brasileira**. Vitória: GM, 2011.

poder, as ações logradas pelo partido são mais caracterizadas como do tipo reformista, acrescidas de amplo apelo social. Além disso, o PT pode ser considerado um partido social democrata, e o lulopetismo, como uma frente ampla que governou o país entre 2003 e 2016.

São vários os elementos que nos ajudam a compreender essa guinada da sociedade brasileira a um “novo” anticomunismo. O primeiro deles é a oposição aos 13 anos de governos de centro-esquerda capitaneados pelo lulopetismo, que perdeu a tolerância de seus inimigos políticos, a partir da crise econômica de 2014. As acusações recorrentes na Operação Lava Jato<sup>3</sup> também contribuíram para execrar o espectro político em torno do Partido dos Trabalhadores.

Os posicionamentos, principalmente do governo Dilma, em relação às políticas transicionais referentes à Ditadura, sendo a mais importante a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, causaram desconforto em setores da classe militar, os quais definiram esse ato como um “revanchismo” esquerdista. Tais ações

---

<sup>3</sup> A Operação Lava Jato é um conjunto de investigações da Polícia Federal do Brasil iniciada em 17 de março de 2014, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, prisão temporária e preventiva, assim como conduções coercitivas, com o objetivo de apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. O nome da operação foi dado em alusão a utilização de um posto de combustíveis como meio para movimentação de valores de origem ilícita, elemento investigado na primeira fase da operação, ocasião em que o doleiro Alberto Yousseff foi preso e condenado a três anos de prisão em regime fechado, pena que foi modificada para prisão domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica. As investigações e delações premiadas conduzidas pela força-tarefa da Operação Lava Jato, comprovaram o envolvimento de membros do corpo administrativo da estatal petrolífera Petrobras, políticos de diversas agremiações partidárias brasileiras, ex-presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além de governadores de estados e empresários em diversas ações ilegais de uso do dinheiro público. O sucesso das ações empreendidas pela operação influenciou em desdobramentos da política brasileira, como por exemplo a deposição de Dilma Rousseff, à época presidenta do Brasil, pois Romero Jucá, ex-senador pelo MDB de Roraima e atual presidente nacional do partido, em ligação a Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, em ligação grampeada em março de 2016 indicou interromper as ações da Operação Lava Jato depondo Dilma Rousseff e colocando Michel Temer em seu lugar no governo. Mais sobre isto: Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato.

**Folha de São Paulo.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml> >. Acesso em 25 de julho de 2019.

Além disso, o jornal *The Intercept*, dirigido pelo jornalista americano Gleen Greenwald, conseguiu acesso a conversas de procuradores, promotores e juizes da Operação Lava Jato que entre tantos feitos condenou à prisão o ex-presidente Lula. Os fragmentos de conversa divulgados apontam que ocorreu manipulações no processo, pois o juiz principal do caso, Sérgio Moro, que veio a ser tornar Ministro da Justiça do governo Bolsonaro, deu dicas e orientações de como a promotoria deveria agir nas etapas do julgamento. Em suma, por mais que essa operação seja considerada pela Polícia Federal do Brasil como a maior investigação de crimes de corrupção no país, os métodos utilizados pela sua força-tarefa e seus usos políticos deveriam ser colocados em discussão.

explicam em parte, o anticomunismo brasileiro da atualidade, além de, conseqüentemente, o triunfo bolsonarista no pleito de 2018.

Outrossim, ações como a valorização a intervenção do Estado na economia e a implantação de projetos sociais contra a vulnerabilidade foram vistas como afronta a setores de direita e conservadores. Fatos que culminaram na destituição de uma presidenta eleita democraticamente. O governo advindo em 2019, também referendado pelas urnas, pautou-se em princípios bastante diferentes, sobretudo pela defesa da moral e dos bons costumes, pelo viés armamentista, pelo desrespeito às instituições democráticas atrelado ainda a uma concepção de economia ultra neoliberal. De certa maneira, o crescimento do bolsonarismo foi potencializado pelos eventos que culminaram na queda do governo de Dilma Rousseff, em 2016.

As eleições de 2018 foram o cenário propício para o ex-capitão do Exército se projetar como salvação nacional, defendendo bandeiras como a anticorrupção, a reorganização do Estado e a libertação do Brasil de um governo de “inspirações socialistas”. O caminho escolhido para contemplar tais bandeiras conectou o governo à ordem e à hierarquia militar. Dois elementos também basilares à Ditadura, tanto elogiada por Bolsonaro.

Entretanto, essa reinvenção anticomunista não possui um sentido facilmente captável, e desse modo, a amplitude de suas ideias é, de certa maneira, questionável. É necessário entender as semelhanças e diferenças entre o anticomunismo clássico, difundido nas décadas de 1930 a 1970, no Brasil, e o antipetismo, desenvolvido na conjuntura que antecedeu ao Golpe de 2016 e presente até os dias atuais, orientando o bolsonarismo.

Ambas as teses possuem um discurso que sublinha a iminência da defesa da “pátria” de um inimigo externo. No anticomunismo brasileiro das décadas de 1930 até 1980, o perigo externo era representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Por sua vez, para os antipetistas do tempo presente, isto é, os opositores dos governos do PT que ganharam as ruas, em especial, a partir das Jornadas de Junho de 2013<sup>4</sup>, o perigo externo é representado pela Venezuela, país sul-americano que entre os grupos bolsonaristas é visto como uma “ameaça

---

<sup>4</sup> Protestos de rua organizados via rede social por organizações, coletivos e entidades diversas e que, de certa maneira, ainda influenciam em acontecimentos recentes do Brasil.

vermelha” para o continente. Outra manifestação de perigo é representada pelo Foro de São Paulo, considerado uma organização política terrorista por agregar em suas fileiras as lideranças de esquerda da América Latina. Em suas reuniões, tal organização teria como objetivo o desenvolvimento de uma revolução na região, a partir de um projeto de construção do socialismo regional denominado “bolivarianismo”.

Por fim, o Globalismo também pode ser considerado um inimigo externo para o bolsonarismo. De certa maneira, podemos defini-lo como uma conspiração planetária, encabeçada pelos adeptos do marxismo cultural, que criaram entidades internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), objetivando destruir os valores tradicionais, como a família, a Igreja, e o cristianismo. Em suma, essa ideia de orientação gramsciana, seria, portanto, responsável por corromper a sociedade ilibada, sendo o PT, o principal organismo a difundir e fomentar a destruição dos valores, no corpo social.

Historicamente, o anticomunismo à brasileira possui uma matriz religiosa representada pelo catolicismo (MOTTA, 2002). Na manifestação antipetista, por seu turno, são os evangélicos e, sobretudo os neopentecostais que representam a ala ligada à religiosidade. De acordo com Motta, em ambas as conjunturas, a defesa dos valores tradicionais da família, supostamente ameaçada, serviu para mobilizar grupos religiosos distintos.

Na conjuntura anticomunista, das décadas de 1930 e 1940, Luís Carlos Prestes<sup>5</sup> era considerado o inimigo a ser batido, representava o grande líder das

---

<sup>5</sup> Luís Carlos Prestes nasceu na cidade de Porto Alegre, em 3 de janeiro de 1898, e pode ser considerado como uma personalidade política bastante influente no Brasil durante o século XX. Foi militar, e durante os anos 1920 liderou a Coluna Prestes, movimento ligado ao tenentismo com o objetivo de contestar as oligarquias e o governo de Artur Bernardes, especificamente. Durante seus dois anos e meio de duração, a Coluna Prestes percorreu 13 estados do Brasil e contou com a participação de aproximadamente 1500 pessoas. Por conta da atuação nesse movimento, Prestes foi considerado o principal líder das esquerdas no Brasil, situação que se estendeu durante o período Vargas. Na Ditadura do Estado Novo (1937-1945), por exemplo, Prestes sofreu expurgos diversos, como a morte de sua companheira, Olga Benário, entregue pelo presidente Getúlio Vargas aos nazistas. Além de Comunista, Olga também era judia. Em 1936 foi condenado a 30 anos de prisão pela morte de Elza Fernandes, militante do Partido Comunista Brasileiro, estrangulada, após ser considerada suspeita de trair a organização, colocada na clandestinidade regime ditatorial vigente. Nos anos 1940 foi anistiado, mantendo-se na militância e de certa maneira livre para defender suas ideias até a Ditadura Militar no Brasil, quando se exilou na União Soviética, pois era considerado um subversivo pelos militares, e teve seus direitos cassados. Retornou ao Brasil apenas em 1979, com a promulgação da Lei da Anistia. Durante toda sua vida defendeu a revolução do proletariado e a implantação do comunismo no Brasil. Em 7 de março de 1990, faleceu na cidade do Rio de Janeiro.

esquerdas e, por conta disso, foi desencadeada uma campanha “antiprestista”. Durante o período da Ditadura militar, Carlos Marighela<sup>6</sup> tornou-se o alvo, até ser morto em 1969. Antes dele, o presidente João Goulart, desposto em 1964 pelo golpe civil-militar, e representante maior do trabalhismo, ocupava esse papel. Por fim, do início dos anos 1980 até a atualidade, esse posto pertence a Luís Inácio Lula da Silva, alvo das direitas, que também se consideram “antilulistas”.

O liberalismo econômico também é considerado uma matriz do anticomunismo, contudo sua manifestação foi ainda mais forte no antipetismo, se comparado às manifestações anticomunistas do século XX. O fortalecimento de grupos ultraliberais financiados por centros de pensamento americanos, os *Think tanks* neoliberais, a exemplo da *Atlas Network*<sup>7</sup>, representa a hegemonia desse ideário político-econômico na conjuntura brasileira marcada pelo fortalecimento do antipetismo.

Por fim, pode-se dizer que o uso vantajoso do “perigo vermelho” como medida de manipulação social, é semelhante quando comparamos o proveito tirado do mesmo no passado e na atualidade. Em ambos os casos, o uso de meios pejorativos e desmoralizantes para evidenciar uma oposição ocorre. Um exemplo disso é a campanha de boatos espalhados na conjuntura antecedente ao Golpe Civil-Militar de 1964 por jornais, ou mesmo a que aconteceu via redes sociais contra lideranças da esquerda, a partir das Jornadas de Junho de 2013.

Os grupos identificados com tal conjunto de ideias, e que se aglutinaram em torno de Bolsonaro, compõem o que podemos chamar de espectro bolsonarista. Alguns analistas ainda os definem como uma espécie de “Nova Direita”.

---

Mais sobre a vida de Luís Carlos Prestes: REIS FILHO, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>6</sup> Carlos Marighela nasceu em Salvador, estado da Bahia, no dia 5 de dezembro de 1911, era declaradamente marxista-leninista. Político, escritor e guerrilheiro, durante os anos iniciais da Ditadura militar no Brasil, ajudou a fundar a Ação Libertadora Nacional, desempenhando ações de guerrilhas rurais e urbana. Foi um dos principais organizadores da luta armada, sendo considerado o inimigo “número um” do regime militar brasileiro. O mini manual do guerrilheiro urbano, pode ser considerado como um de seus escritos mais famosos, onde orienta os iniciantes na guerrilha como enfrentar os militares. Em 4 de dezembro de 1969, foi morto após emboscada conduzida pela Ditadura. Mais sobre a vida de Carlos Marighela: MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: O guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>7</sup> Atualmente, é possível dizer que praticamente todos os *think tanks* pró mercado mais importantes ao redor do globo fazem parte da rede constituída pela *Atlas*. A articuladora norte-americana conta hoje com mais de 400 afiliados distribuídos em mais de 80 países, sendo 156 nos Estados Unidos, 144 na Europa e na Ásia Central, e 71 na América Latina (ROCHA, 2019, p.58).



Conforme Camila Rocha, “[...] a formação desta “Nova Direita”, no Brasil, em um amálgama ultraliberal-conservador, tem sua origem na organização de contra-públicos digitais, durante o auge do lulismo, entre 2006 e 2010” (2018, p. 7). A internet foi o refúgio encontrado pelos opositores durante os “anos dourados” do lulopetismo, visto que os índices elevados de aprovação do governo tornavam a oposição sem sentido para a conjuntura. Os grupos que resolviam se manifestar contra o governo desidratavam rapidamente, não apresentavam capilaridade, e isso permaneceu até as Jornadas de Junho de 2013, quando, para estes coletivos imersos na internet, “o gigante havia acordado”<sup>8</sup>. Vale mencionar que a organização desses grupos representa na prática o antipetismo, conceito retirado da análise de Rocha, e que utilizaremos nesta dissertação como uma das bases representantes do bolsonarismo em ascensão.

Dessa maneira, por conta de um aspecto considerado fundamental — o comportamento político dos bolsonaristas, no que diz respeito a suas ações como representantes da sociedade civil —, utilizaremos aspas em nossa análise, ao nos referirmos à “Nova Direita”, pois, se tais ações e comportamentos representam, em certo sentido, algo novo, essa novidade é muito mais uma espécie de esforço para regressar a tempos anteriores aos da Nova República, ou seja, a Ditadura militar.

O bolsonarismo se estrutura a partir de um revisionismo saudosista, que exalta a tortura, a repressão militar e os torturadores que utilizaram da violência de Estado e do anticomunismo para se afirmarem no poder por mais de 20 anos. Evidentemente, que outras ações foram desempenhadas no período, para que isso ocorresse, contudo, a brutalidade em reprimir opositores e o pretexto para tal atitude devem ser levados em consideração.

É importante fazer algumas ponderações, pois, o revisionismo histórico difere do negacionismo e do saudosismo. Os três versam sobre reanálises de um saber constituído, apontando novidades a respeito do mesmo, contudo cada um deles apresenta particularidades. O revisionismo pode ser definido como uma forma de se reinterpretar a história, tendo como base a imprecisão dos fatos históricos, assim como de sua construção, ao serem observados. Diferencia-se do negacionismo, pois

---

<sup>8</sup> Mais sobre isto: BATISTA, Ariel Chexes. “Sem viés ideológico! - Uma análise sobre a atuação política estudantil em tempos de crise”. In: **Anais do 30º Simpósio Nacional de História** - História e o futuro da educação no Brasil - organizador Márcio Ananias Ferreira Vilela. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019.

este traz a negação de alguma verdade histórica, mesmo que seja consenso sua veracidade. O negacionismo busca trazer a diminuição da seriedade sobre algum estudo e geralmente é usado para fins políticos. O exemplo mais emblemático é a negação sobre a existência do holocausto, durante o período do nazismo, na Alemanha hitlerista, entre os anos 1930 e 1940. Segundo Pierre Vidal-Naquet (1988), “[...] o método revisionista, é, em nossa sociedade de encenação e espetáculo, uma tentativa de extermínio, no papel, que substitui o extermínio real. Ressuscitam-se os mortos para atingir melhor os vivos” (VIDAL-NAQUET, 1988, p.45). Por sua vez, o saudosismo, compreende um modo exagerado de se valorizar coisas do passado que em alguns casos nem existem mais. Representa uma lealdade a princípios políticos, comportamentos, ideais e hábitos. Todos obsoletos e ultrapassados.

O revisionismo, sobressaído na era lulopetista com o propósito de esclarecer o que de fato ocorreu durante o período da repressão, também evidenciou uma disputa de narrativas que golpeou a democracia no Brasil, com o *impeachment* de Dilma Rousseff. Ambos os acontecimentos contribuíram para divulgar as interpretações sobre o bolsonarismo. Em última instância esse fenômeno colaborou para a volta do poder central da República às mãos de um militar. Contraditoriamente, elegendo democraticamente um indivíduo que, durante toda sua trajetória política, defendeu o retorno do regime militar como solução para os problemas da sociedade brasileira.

Feitas as considerações sobre os aspectos teóricos deste trabalho, enfatiza-se que o entendimento do antipetismo atrelado ao bolsonarismo tem como referência o conceito de cultura política, disposto na sociedade global (BERSTEIN, 1998). O campo da história do tempo presente contribui para que se problematize a não superação e/ou a permanência de períodos extremos já terminados, permitindo-nos observar com estes ainda controlam o presente.

Por meio da metodologia de análise do discurso a pesquisa percorreu uma gama de fontes jornalísticas entre os anos de 2011 a 2020, veiculadas no Brasil e no exterior, assim como fontes audiovisuais postadas no *site Youtube* com declarações de diversos políticos e personagens públicos, em especial de Jair Bolsonaro, relacionadas à conjuntura, e ao objeto de estudo desta dissertação, o revisionismo bolsonarista. Também nos valem de legislações e de relatórios de comissões, caso do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014). Finalmente, foi analisada de

forma particular a obra *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, escrita pelo jornalista Leandro Narloch (2009).

As fontes de natureza jornalística possuem características mistas, isto é, veiculam pontos de vista múltiplos, mas que, a seu modo, se relacionam ou estão sob supervisão de um editorial. Deve-se ter cuidado ao usá-las, recusando-as como verdades incontestáveis, mas vislumbrando-as como uma possibilidade de cotejar informações, fatos e perspectivas.

O tom geral da história politicamente incorreta, por sua vez, deprecia a história oficial. Enaltece o *passado que não passa*, e seu sucesso serve de discurso no jogo político aos grupos que preferem que a sociedade não se lembre de seu passado. Os *Guias politicamente incorretos da história* são de autoria e criação do jornalista Leandro Narloch. Possuem um tom irônico, além de simplificações e informações equivocadas, com o objetivo de endossar uma perspectiva da história supostamente coerente com a direita ultraliberal.

Nesse sentido, esta dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado *A Ditadura no Brasil e suas implicações no tempo presente: memória, verdade, justiça e revisionismo*, tem como objetivo fazer uma análise sobre as origens e o enraizamento do revisionismo acerca da Ditadura, por parte da sociedade civil, além de evidenciar a participação de Jair Bolsonaro nesse processo de defesa do regime militar. Acompanharemos o “capitão” desde o início de sua vida pública, nos idos de 1989, e que teve como ponto alto o ano de 2011, quando começaram os debates no Congresso Nacional sobre a implantação da CNV no Brasil.

O segundo capítulo recebeu o título de *Ditadura X Democracia*. Explanamos sobre a permanência do temor ao comunismo, sublinhando a presença de questões relacionadas à Ditadura Militar na institucionalidade brasileira, particularmente a partir das apresentações públicas de Jair Bolsonaro.

Por fim, no terceiro capítulo analisamos o primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro. A partir das ações desempenhadas pelo mesmo em relação à Ditadura e às temáticas que circundam tal assunto, buscamos confirmar a hipótese que dirige o trabalho, isto é, a de que o chefe do Poder Executivo brasileiro, pretende criar uma versão alternativa sobre a Ditadura a partir de sua visão revisionista e saudosista.

O discurso anticomunista brasileiro conduz o presente reafirmando aspectos e práticas de um passado que não passa. O fato de se estudar um período histórico tão próximo do tempo que temos vivido nos direciona a compreender sobretudo os desdobramentos políticos de nosso país, estando ainda atentos que esta história não pode anular ou excluir a política, ou melhor, as tradições não podem expulsar a política da história (REIS FILHO, 2020, p. 5).

Compreende-se que diversas análises sobre este período estão sendo feitas e muitas outras ainda serão desenvolvidas. Ter o privilégio de caminhar entre o passado e o presente e elaborar uma análise sobre a atualidade, pessoalmente, é de bastante valia. Assim como o fato de empreender uma análise não só histórica, mas também política, com o intuito de enriquecer o debate historiográfico, problematizar elementos relacionados à sociedade e, por fim, buscar compreender, mesmo que em partes, nuances de nossa atualidade sociopolítica.

## CAPÍTULO 1

### A DITADURA NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO TEMPO PRESENTE: MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E REVISIONISMO

*Ê ê, quando o sol nascer  
É que eu quero ver  
Quem se lembrará  
Ê ê, quando amanhecer  
É que eu quero ver quem recordará*

Pequena Memória Para um Tempo sem  
Memória (A Legião dos Esquecidos) [1980]  
(Gonzaga Jr)

Entre 1964 e 1985 o Brasil viveu a Ditadura Militar, período marcado por graves violações aos direitos humanos, repressão e violência institucionalizada. Passados 26 anos do fim desse regime de exceção, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade que contabilizou 434 mortes oficiais pelo Estado, 243 desaparecimentos, 1843 pessoas torturadas e 6016 denúncias de tortura<sup>9</sup>.

Experiências ditatoriais de países vizinhos ao Brasil, como Argentina e Chile, duraram menos tempo e possuem dados de violações que ultrapassam a média brasileira.

A Ditadura argentina, iniciada em 24 de março de 1976, após o Golpe militar sofrido por Isabelita Perón<sup>10</sup>, foi desencadeada pela Junta Militar composta pelo

---

<sup>9</sup> Mais sobre isto: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos/Comissão da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf)>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2020.

<sup>10</sup> María Estela Martínez de Perón, conhecida como Isabelita Perón, nascida na cidade de La Rioja, em 4 de fevereiro de 1931, é uma ex-presidente da Argentina. Ocupou esse cargo entre 1974-1976, tornando-se a primeira mulher a exercer essa função no país. Terceira esposa do presidente Juan Domingo Perón, na eleição presidencial de 1973, foi eleita vice-presidente na chapa com seu esposo e, por isso, serviu como vice-presidente e primeira-dama ao mesmo tempo. Após a morte do marido, em 1974, assumiu a presidência, contudo, em 24 de março de 1976, sofreu um golpe militar e foi colocada em prisão domiciliar por cinco anos. Após esse período, partiu para o exílio na Espanha, onde mora ainda hoje.

general Jorge Rafael Videla<sup>11</sup>, junto ao almirante Emilio Massera<sup>12</sup> e ao brigadeiro Orlando Agosti<sup>13</sup>. Durou cerca de oito anos, terminada em 1983, com um saldo de aproximadamente 30 mil vítimas.

Os dados chilenos, por sua vez, ultrapassam os argentinos. Duas comissões apuraram as informações relacionadas à Ditadura de Augusto Pinochet<sup>14</sup>, ocorrida entre 1973 e 1990 a partir de um Golpe Militar no governo de Salvador Allende<sup>15</sup>. Ao somar o total de vítimas listadas pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, conhecida como Informe Rettig<sup>16</sup>, com os números de vítimas apresentadas pela Comissão Valech<sup>17</sup>, chegou-se ao total de 40 mil vítimas oficiais,

---

<sup>11</sup> Jorge Rafael Videla Redondo nasceu na cidade de Mercedes, em 2 de agosto de 1925. Foi um general argentino e presidente da República de seu país entre 1976 e 1981. Chegou ao poder por um golpe de Estado que depôs a presidenta Isabelita Perón, em 24 de março de 1976, iniciando uma Ditadura na Argentina. Seu período no poder esteve marcado por repressão política, violações aos direitos humanos, perseguição a opositores, censura, torturas e mortes. Em 22 de novembro de 2010, Jorge Rafael Videla foi julgado por crimes contra a humanidade, condenado à prisão perpétua e destituído da patente militar pelas mortes de 31 prisioneiros, que ocorreram após o golpe que arquitetou contra a República. Faleceu em 17 de maio de 2013, aos 87 anos, na cadeia de Marcos Paz, no subúrbio de Buenos Aires.

<sup>12</sup> Emilio Eduardo Massera nasceu em Buenos Aires, no dia 19 de outubro de 1925. Almirante da Marinha argentina e anti-peronista, participou ativamente do golpe que destituiu Juan Domingos Perón, em 1955, e Isabelita Perón, em 1976. Comandou, durante a Ditadura no país, o "centro de detenção clandestino" da Marinha, em Buenos Aires, conhecido como Esma (Escola Superior de Mecânica da Armada). Por esse local, estima-se que passaram cinco mil presos e apenas uma centena sobreviveu. Massera foi julgado e condenado à prisão perpétua, em 1985. Recebeu indulto, durante o governo de Carlos Menem, e tornou-se novamente alvo da justiça após o presidente Néstor Kirchner reabrir os processos contra os militares participantes da Ditadura. Faleceu em Buenos Aires, no dia 8 de novembro de 2010, vítima de uma hemorragia cerebral.

<sup>13</sup> Orlando Ramón Agosti nasceu na cidade de San Andrés de Giles, em 24 de agosto de 1924. Foi um militar da Aeronáutica argentina, participante da primeira junta militar que governou o país após o golpe de Estado que destituiu a presidenta Isabelita Perón, em 24 de março de 1976. Durante o governo do presidente Raúl Alfonsín, foi julgado, e declarado culpado, em oito casos de tortura, o que o condenou a três anos e nove meses de prisão. Faleceu na cidade de Buenos Aires, em 7 de outubro de 1997.

<sup>14</sup> Augusto José Ramón Pinochet Ugarte nasceu na cidade de Valparaíso, em 25 de novembro de 1915. Era general do Exército Chileno e assumiu o poder, a partir de uma Ditadura no país, após liderar um golpe militar, apoiado pelos Estados Unidos, contra o presidente eleito democraticamente, Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. O regime instituído por Pinochet foi marcado por constantes violações aos direitos humanos. Faleceu na cidade de Santiago, em 10 de dezembro de 2006.

<sup>15</sup> Salvador Allende Gossens, nasceu na cidade de Santiago, em 26 de junho de 1908. Era médico de formação e foi fundador do Partido Socialista Chileno. Governou o Chile entre 1970-1973, quando foi deposto por um golpe de Estado, ocorrido em 11 de setembro de 1973, liderado por seu chefe das Forças Armadas, o general Augusto Pinochet. Na ocasião, Salvador Allende faleceu, pois se encontrava dentro do Palácio de La Moneda, que foi bombardeado pelas Forças Armadas chilenas.

<sup>16</sup> Recebeu este nome por ter sido liderada pelo Jurista e ex-embaixador no Brasil durante o governo de Salvador Allende, Raúl Rettig.

<sup>17</sup> Presidida pelo bispo Sergio Valech, a Comissão buscou esclarecer a identidade dos indivíduos que sofreram violações relacionadas aos direitos humanos durante os anos da Ditadura chilena.

entre executados, desaparecidos e torturados durante os 17 anos do regime ditatorial chileno<sup>18</sup>.

Tais países, como dissemos, se comparados à longa transição democrática do Brasil, destacam-se por introduzir a justiça de transição logo após o fim de suas Ditaduras. Com temporalidades distintas em ambos os países, antigos agentes que contribuíram com a repressão, em diferentes instâncias de poder, receberam as punições devidas por seus atos. Por exemplo, na Argentina, cerca de 200 agentes, até dezembro de 2017, foram condenados por seus crimes, segundo dados da Procuradoria de Crimes de Lesa Humanidade, órgão do Ministério Público argentino. Os processos foram iniciados na década de 1980, e a experiência da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) foi essencial para as futuras condenações no país. O Uruguai também se destaca em relação às punições relacionadas à Ditadura, que adveio no país entre 1973-1985. Em 2011, durante o governo de José Pepe Mujica, os crimes ocorridos no período do regime de exceção uruguaio tornaram-se imprescritíveis, mesmo que exista no país uma lei de anistia semelhante à brasileira<sup>19</sup>.

O caso brasileiro, por sua vez, diferencia-se, pois se buscou evitar os chamados “revanchismos”. Como consequência, a transição do autoritarismo para a democracia foi marcada por um longo processo de conciliação. Isto é, firmou-se um pacto entre diversos agrupamentos da elite política da sociedade, com vista a construir uma democracia em que não se abriam as feridas do passado ditatorial<sup>20</sup>.

Tal pacto não representou o êxito da justiça de transição no Brasil, mas acabou por alterar o imaginário social acerca da Ditadura. Por exemplo, a Alemanha pós-nazismo passou por um processo transicional. No entanto, ainda hoje existem células do partido nazista e indivíduos que se identificam com esta ideologia entre os meios

---

<sup>18</sup> FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

<sup>19</sup> Mais sobre isto: Anistia não impediu punições de militares na América Latina. **BBC**. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120516\\_marcie\\_comissaooverdade](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120516_marcie_comissaooverdade)> Acesso em: 4 de fevereiro de 2020.

Por que torturadores da Ditadura não vão para a cadeia no Brasil. **Nexo** Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2015/12/24/Por-que-torturadores-da-Ditadura-n%C3%A3o-v%C3%A3o-para-a-cadeia-no-Brasil>>. Acesso em 4 de fevereiro de 2020.

<sup>20</sup> Mais sobre isto: BARAHONA DE BRITO, Alexandra. “Justiça transicional” em câmara lenta: o caso do Brasil. In.: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **O passado que não passa: a sombra das Ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.235-260.

institucionais alemães<sup>21</sup>. Em outras palavras, o fato de haver reparações judiciais relacionadas ao período, punições e políticas de Estado, não necessariamente representa a solução total do problema, ainda que sejam elementos que contribuam para isso.

O governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ensaiou o início de uma abertura política, questionável a partir dos elementos que demarcam a existência de medidas repressivas adotadas<sup>22</sup>. O ano de 1979 é marcado pela promulgação da Lei da Anistia, já sob o governo de João Figueiredo (1979-1985). Entretanto, o caminho que a antecede distingue-se por uma espécie de perca da narrativa sobre o controle do perdão político pelos militares que, desde 1964, com o apoio civil, tutelavam o Estado por meio da Ditadura (NAPOLITANO, 2014).

O Poder Executivo desejava instar na opinião pública a ideia de que teria controlado o processo de anistia por completo. Isto é, que a anistia era uma iniciativa do Estado, uma medida de concessão, um favor pertencente ao governo. “Esquecendo-se” da atuação e pressão realizada pelos diversos setores da sociedade civil, isto é, pelas oposições (FORGET, 1994). Retornadas à cena pública, tais oposições mobilizaram-se e exerceram pressões contra o governo, ampliando inclusive o debate sobre a anistia. Apesar de aprovado o projeto do governo, e rejeitada a emenda substitutiva por uma diferença de cinco votos, é oportuno verificar que tais movimentos contribuíram para a obtenção da anistia, forçando os limites do projeto distensionista, mesmo com todos os limites inscritos na legislação (FAGUNDES, 2019).

A atuação de diferentes forças da sociedade no processo que anistiou os presos políticos e também os torturadores (sendo esse um fator de intensa discussão em relação aos problemas advindos com a Anistia) influenciou no fim da Ditadura. Novamente, ocasionou a construção de uma conciliação e acomodação política, como na anistia de 1945, concedida por Getúlio Vargas ao fim da Ditadura do Estado Novo. Ademais, de certa maneira, contribuiu para a manutenção do discurso e imaginário

---

<sup>21</sup> Teremos de novo nazistas no Reichstag', afirma ministro alemão do Exterior. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/teremos-de-novo-nazistas-no-reichstag-afirma-ministro-alemao-do-externior.ghtml>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

<sup>22</sup> Mais sobre isto: FAGUNDES, Pedro Ernesto. Ernesto Geisel: o general da “abertura”? **Ágora**, n. 28, p.104-115, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/21678/15967>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.



anticomunista, fator elementar para a instauração do regime, assim como para uma visão elogiosa do mesmo, ainda que de forma velada.

O dispositivo nomeado “crimes conexos”, inscrito na lei de anistia, forneceu respaldo jurídico para que os agentes militares não sofressem punições mediante as ações cometidas em nome da Ditadura. Isto é, o texto da lei possibilitou diversas interpretações, fruto muito mais da vontade política daqueles que a aplicaram, do que de um entendimento positivado do seu texto.

Por sua vez, “[...] no processo de transição, as esquerdas não esqueceram os crimes contra seus militantes, mas também não investiram suas principais energias no tema da verdade e da justiça” (NAPOLITANO, 2014, p. 324). Ao contrário, concentraram suas atenções na institucionalidade e na participação no jogo democrático reconstruído com a conciliação.

Nesse sentido, vamos observar o caso brasileiro. O término da Ditadura, no Brasil, tem como marco a passagem de poder das mãos de um militar para um civil. Em 1985, após eleição indireta no Congresso Nacional, Tancredo Neves foi escolhido para suceder o general João Baptista Figueiredo.

Em 15 de janeiro de 1985, o político mineiro venceu Paulo Maluf, no colégio eleitoral por 480 votos, contra 180, o pleito indireto contou ainda com 26 abstenções. Contudo, no dia 14 de março, véspera da posse, o presidente eleito adoeceu, e o vice-presidente eleito José Sarney, foi quem fez a leitura do discurso escrito por Tancredo, pregando a conciliação nacional e a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, sendo assim, empossado. Tancredo Neves faleceu 39 dias depois de adoecer, em 21 de abril de 1985. Entretanto, a ideia proposta foi colocada em prática. O Poder Executivo saiu do controle de um militar e passou para um civil. Pretendia-se, a partir de então, que, com o advento da Nova República, apenas civis fossem presidentes. Mais ainda: a partir das próximas eleições gerais, os civis seriam eleitos pelo voto popular, fato incomum desde a eleição de Jânio Quadros em 1960. Usando um jargão popular, de certa maneira, os militares “entraram no armário”, ao fim da Ditadura.

Em 1989 sobreveio o primeiro pleito de votação direta para a Presidência da República, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Concorreram nesta eleição, 22 chapas compostas por presidente e vice-presidente, em dois turnos. O

primeiro em 15 de novembro com a participação de todas as chapas inscritas e o segundo, em 17 de dezembro entre Fernando Collor de Mello candidato pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), atual Partido Trabalhista Cristão, contra Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

Collor se intitulava o “Caçador de Marajás” e prometia resolver os problemas sociais que assolavam o país há bastante tempo. Lula, por sua vez, representava as esquerdas e a classe trabalhadora em seus discursos, mas devido ao seu histórico de lutas durante o regime militar era considerado um radical.

No segundo turno da eleição a disputa ficou polarizada e Collor mudou o foco de seu discurso de protetor dos humildes e contra os poderosos para defensor dos símbolos nacionais” (CANAVEZ, 2014, p.5). As temáticas dos programas de propaganda eleitoral de Fernando Collor passaram por uma mudança entre os meses de novembro e dezembro. A primeira aparição desta ideia se dá em 7 de novembro, ou seja, sete dias antes do primeiro turno, em uma fala rápida e pontual a palavra de ordem foi: “O Brasil precisa sair do vermelho”<sup>23</sup>.

Para uma pessoa leiga essa frase poderia representar as agruras econômicas advindas da “década perdida”, modo como ficaram conhecidos os anos 1980. De certa maneira o trocadilho foi feito para ser utilizado de forma ambígua, pois, a economia ia mal e o outro partido que estava na disputa pelo poder no segundo turno (o PT), utilizava a cor vermelha e apresentava-se como um defensor dos trabalhadores orientado normativamente pelo socialismo. No plano internacional, sobreveio a derrubada do muro de Berlim e o processo de desagregação da URSS e da experiência comunista. “Ser vermelho” e aliado às ideias socialistas não era um ponto “positivo” para uma parcela da sociedade recém-saída de um período antidemocrático.

Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o primeiro civil eleito presidente pelos brasileiros de forma democrática, passados 25 anos da última eleição direta ocorrida no país. Em sua campanha, utilizou do discurso anticorrupção como o elemento norteador, ligando-o a sua atuação contra os marajás<sup>24</sup>, quando esteve à frente do governo do estado de Alagoas. Em meados de 1991 começaram a surgir na imprensa,

---

<sup>23</sup> DOXA IESP/UERJ. **Melhores Momentos - Collor 1989**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mrlwi-mZYhI>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

<sup>24</sup> Funcionários públicos que recebiam salários altos e desproporcionais.

denúncias de irregularidades fiscais que vieram à tona em entrevista de seu irmão Pedro Collor à revista *Veja*, no mês de maio de 1992. O esquema de corrupção do governo foi detalhado e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi aberta na Câmara dos Deputados. Publicações semanais em periódicos do país confirmavam a tese do irmão do presidente nos meses em que se seguiam as investigações.

Collor também foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto no Brasil afastado por vias democráticas. No dia 2 de setembro de 1992 foi aberto na Câmara dos Deputados o processo de *impeachment*. Vale mencionar a forte mobilização popular para que isso ocorresse, a partir do movimento dos caras-pintadas<sup>25</sup>. O afastamento ocorreu no mesmo mês, em 29 de setembro. Dentre os 479 parlamentares, 441 votaram a favor da medida, e apenas 38 foram contra.

O então vice-presidente Itamar Franco assumiu a chefia do Poder Executivo no dia 2 de outubro, permanecendo no cargo até o fim do mandato. Em 29 de dezembro de 1992 Collor renunciou à Presidência horas antes de ser também afastado pelo Senado por crime de responsabilidade e ter a suspensão de seus direitos políticos por oito anos<sup>26</sup>.

As eleições de 1994 e 1998 ficaram marcadas pelas vitórias do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sobre Luís Inácio Lula da Silva, do PT. No primeiro pleito, FHC utilizou o sucesso do Plano Real como mote de sua campanha. Tal plano, que veio a contribuir para a estabilização da economia, foi realizado pela equipe econômica dirigida pelo sociólogo, que na época exercia o cargo de Ministro da Fazenda<sup>27</sup>.

O primeiro mandato de FHC foi marcado pelas várias privatizações de empresas, afirmando o Brasil no desenvolvimento de uma política neoliberal, já iniciada por Collor e Itamar Franco. Em 1997, ocorreu a aprovação da emenda constitucional número 16 pelo Congresso Nacional, que permitiu a reeleição

---

<sup>25</sup> Os caras-pintadas foi o nome recebido pelo movimento estudantil brasileiro ocorrido durante o ano de 1992 que teve como principal objetivo o *impeachment* do presidente da República Fernando Collor de Mello. O nome referia-se à principal forma de expressão dos manifestantes, as cores verde e amarelo pintadas no rosto durante os atos.

<sup>26</sup> SALLUM JR., Brasília; PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. O *impeachment* do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, n. 82, 203-212, 2011.

<sup>27</sup> Mais sobre isto: MOTTA, Marly. A estabilização e estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

consecutiva em todos os níveis da República e determinando o tempo de quatro anos para cada cargo<sup>28</sup>.

Em 1998, a declaração de moratória russa<sup>29</sup> fez com que o Real sofresse intensa especulação, e assim sua desvalorização tornou-se incontrolável, colocando em risco a principal conquista do governo. Para um segundo mandato, a campanha de FHC pautou-se na estabilidade e continuação de reformas fiscais para finalização do Plano Real, e a projeção do cumprimento de metas em diversos setores, como saúde, agricultura, emprego, educação e segurança. Outro argumento utilizado pela campanha tucana era o de que o país já havia passado por diferentes rupturas institucionais e não deveria correr este risco outra vez, elegendo um governo reformista de esquerda que mediante o decorrer dos acontecimentos poderia empreender uma espécie de “revolução”, ou seja, não respeitaria a constituição e a democracia.

A proposta de estabilidade política aliada ao controle da economia convenceu os eleitores que reelegeram FHC ainda no primeiro turno, tornando-se o primeiro presidente da República no Brasil a conquistar dois mandatos nas urnas, após a aprovação da lei que permitia a reeleição.

Em 2002, ao final de seu segundo governo a inflação brasileira estava controlada, mas a distribuição de renda no país ainda era bastante desigual. Vale mencionar que a política neoliberal desenvolvida, tornou o Brasil dependente do Fundo Monetário Internacional (FMI), provocando aumento da dívida externa. Durante os meses finais desse mesmo ano ocorreram eleições gerais para a Presidência da República, e após três derrotas consecutivas, Lula da Silva venceu o pleito. Sua vitória

---

<sup>28</sup> Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm)>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

<sup>29</sup> O colapso político da URSS em 1991, provocou na Rússia uma grave crise econômica, pois a partir de 1992, o governo de Boris Iéltsin, buscou implementar uma política de capitalismo de mercado semelhante à da China. Contudo, essa medida não deu certo, pois os setores produtivos tradicionais não se reestruturaram, e além disso a implementação de outros que seriam novos também não ocorreu. Desse modo, milhares de empresas russas faliram e milhares de desempregados surgiram no país que entre 1992 e 1998 apresentou altas taxas de inflação e PIB negativo. A moratória, ou seja, a interrupção no pagamento da dívida externa provocou a desvalorização do Rublo (moeda russa) no mercado financeiro mundial, e apenas a partir de 1999 com as medidas implantadas pelo governo de Vladimir Putin, que a Rússia começou a apresentar novamente índices de crescimento econômico.

foi sobre o ex-ministro da saúde entre os anos de 1998 e 2002, o economista José Serra, candidato apoiado por Fernando Henrique Cardoso pelo PSDB.

Em junho de 2002, ainda antes da campanha, mas já como pré-candidato, Lula divulgou a “Carta ao Povo Brasileiro” em que deixava claro que se vencesse a disputa eleitoral como mostravam as pesquisas não alteraria os meios econômicos drasticamente. Por ser o candidato da esquerda, mesmo com uma coalizão mais liberal entre seus aliados, Lula ainda despertava medo. Seu adversário, José Serra, mesmo com um passado de lutas contra a Ditadura militar, inclusive se exilando no Chile e nos Estados Unidos, deu uma declaração durante a campanha eleitoral que associava um eventual governo do PT com a transformação do Brasil na Venezuela, à época governada por Hugo Chávez<sup>30</sup>. Na eleição de 2006, Lula foi reeleito após vencer o segundo turno contra Geraldo Alckmin, também do PSDB.

Os governos de Lula (2003-2010) ficaram marcados pela criação e pelo funcionamento de programas assistencialistas, como o Bolsa Família e o Fome Zero. Seus mandatos são considerados reformistas, pois produziram transformações sociais e econômicas no Brasil a partir dos projetos desenvolvidos, um exemplo disso é o fato de o PIB *per capita* brasileiro ter triplicado no período.

Lula é considerado um dos presidentes mais populares da história do Brasil, devido aos índices elevados de aprovação em ambos os mandatos<sup>31</sup>. Em 2010, sua ministra chefe da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff, derrotou José Serra (PSDB) e se tornou a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Em 2014, foi reeleita ao vencer o político mineiro Aécio Neves (PSDB).

O governo Dilma (2011-2016) pode ser considerado como uma espécie de vanguarda na política brasileira, devido aos simbolismos presentes em torno da presidenta: mulher, ex-guerrilheira e ex-presa política durante a Ditadura militar. Tais elementos de representatividade confirmavam até então o “sucesso” da democracia brasileira após o período autoritário. O país seria dirigido por uma mulher proveniente de setores que por bastante tempo não tiveram voz e visibilidade política. Dilma seria

---

<sup>30</sup> Serra ataca e diz que país pode virar Venezuela se Lula vencer. **Folha de São Paulo**, em 11 de outubro de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u40275.shtml>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

<sup>31</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

também responsável por substituir o presidente mais popular da Nova República, dando continuidade aos projetos de combate à vulnerabilidade social desenvolvidos.

O início do governo Dilma é marcado por uma crise econômica global advinda de 2008 que ainda não havia atingido o Brasil. Buscando reverter tal crise, a presidenta aumentou os investimentos na área de infraestrutura, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), ainda em 2011. Outra medida adotada foi a abertura de transações comerciais com países da América Latina e a China. As taxas de juros reduziram e o crédito para empresas e pessoas físicas foi facilitado.

O ano de 2012 ficou marcado pelo lançamento da Comissão Nacional da Verdade, grande símbolo dos anos iniciais do governo Dilma à frente da presidência. Inicialmente, os trabalhos da CNV foram coordenados por um grupo de trabalho composto por sete integrantes, em sua maioria juristas, auxiliados por outros profissionais de diversas áreas do conhecimento. O objetivo da comissão era apurar fatos sobre a Ditadura e promover, a partir das informações levantadas, a reconstrução da história de graves violações aos direitos humanos no Brasil.

Em contrapartida ao sucesso da instalação da CNV, as ações ligadas à economia não surtiram o efeito necessário. A crise econômica advinda contribuiu para a tensão política no governo de Dilma Rousseff, que a essa altura despertava certa rejeição em setores das Forças Armadas, ressentidos com a atuação da comissão recém instalada. Por fim, as pautas encaminhadas pela presidenta no Congresso Nacional não eram apoiadas. O cenário que se desenhava não era animador.

Em 2013 foi realizada no Brasil a Copa das Confederações, evento que antecedeu a Copa do Mundo da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA). Os investimentos feitos pelo governo para o êxito desses campeonatos, mesmo em meio a uma crise econômica, fizeram com que a oposição à presidenta aumentasse significativamente. Essa insatisfação popular foi demonstrada à época em manifestações de rua que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho.

Em 2014 surgiram denúncias sobre casos de desvio de verba e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobrás. As pessoas ligadas ao governo que se tornaram suspeitas foram investigadas pela operação “Lava Jato”. Mesmo diante deste cenário, Dilma foi reeleita com mais de 51% dos votos válidos.

O segundo mandato ficou marcado pelo crescimento da crise e, por consequência, da oposição. Um movimento pedindo o afastamento da presidenta ganhou as ruas de todo o país durante o ano de 2015, os manifestantes trajados de camisa amarela, boa parte pertencentes às classes média e alta, reunidos em avenidas e logradouros importantes do Brasil, culpavam o PT pelos problemas na economia e, principalmente, por conta dos escândalos de corrupção surgidos.

Diferente do *impeachment* de Fernando Collor em 1992, o afastamento de Dilma intensificou a polarização existente na sociedade desde 2014 quando foi reeleita, pois organizações sindicais e movimentos sociais organizaram manifestações em apoio a sua permanência no poder. Tal reação serviu de justificativa para o crescimento e para a radicalização da sociedade. Como resultado, a disputa polarizou grupos da oposição antagonizando uma frente de direita que protestava pedindo seu *impeachment*. Entre as propostas e os grupos antipetistas, ganhou espaço setores que começaram, publicamente, a clamar até mesmo por uma intervenção militar.

O processo de afastamento da presidenta foi instaurado a partir da acusação de crime de responsabilidade. Duas ações teriam sido desempenhadas por Dilma. Primeiro, o uso das chamadas “pedaladas fiscais”, uma espécie de manobra para simular um saldo positivo nas contas do governo. E segundo, a abertura de decretos para obtenção de créditos suplementares, que na visão dos denunciadores teria sido um fator responsável no aumento de gastos da gestão acima do que estava previsto no orçamento federal. Vale mencionar o fato de que as referidas “pedaladas fiscais”, crime de responsabilidade a qual Dilma Rousseff foi enquadrada, e sofreu afastamento, após o *impeachment*, deixou de ser um delito eleitoral passível de afastamento.

Os campos políticos brasileiros estavam polarizados entre os defensores da tese de crime de responsabilidade, os quais queriam o *impeachment* de Dilma Rousseff. E os que consideravam o movimento de afastar a presidenta como Golpe de Estado. Em abril de 2016, o Congresso Nacional votou pelo impedimento do mandato de Dilma, e em maio, a maioria do Senado aprovou a abertura do processo de *impeachment*, por crime de responsabilidade fiscal, por 61 votos a favor contra 20. Vale mencionar que mesmo distante da chefia do Executivo, a presidenta não teve seus direitos políticos cassados como ocorreu com Collor.

A presidenta afastada foi sucedida por seu vice, Michel Temer, pertencente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)<sup>32</sup>. Uma crise institucional ganhou corpo a partir de então. Faltava legitimidade ao novo governo, especialmente para alguns setores da sociedade, que posteriormente vieram a apoiar o bolsonarismo, pois consideravam Temer no poder como a manutenção do “governo corrupto petista. Além disso, aqueles que viam o afastamento da presidenta como um Golpe, também não reconheciam o novo governo. Desse modo, o mandato do sucessor de Dilma Rousseff ficou marcado por grandes índices de desaprovação popular, em grande parte advinda da política ultraliberal implementada, além das medidas austeras desenvolvidas em pouco mais de dois anos de governo como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 ou Emenda Constitucional número 95<sup>33</sup>, que impôs limites a gastos futuros do governo federal, a Lei da Terceirização<sup>34</sup>, que alterou as diretrizes relacionadas aos trabalhos temporários e a reforma trabalhista de 2017<sup>35</sup>, que provocou uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por fim, houve também a tentativa de propor uma reforma da previdência, não levada adiante naquele momento.

Em suma, foram esses os governos da Nova República comandados por civis até 2018. Ao final deste ano, tal sequência sofreu uma modificação. Ao cabo do segundo turno foi eleito o ex-capitão reformado do Exército Brasileiro, Jair Messias Bolsonaro. Uma nova fase política se iniciava no Brasil.

O presente capítulo começou a ser redigido em 29 de outubro de 2018, dia seguinte ao segundo turno das eleições. Vale ainda mencionar que outras candidaturas de militares à presidência da República ocorreram entre 1989 e 2018. A mais bem-sucedida até então, foi a de Enéas Carneiro, visto às vezes como uma figura folclórica pelo eleitorado brasileiro<sup>36</sup>. Em 2018, além de Bolsonaro, o cabo do Corpo

---

<sup>32</sup> Em dezembro de 2017 o PMDB alterou o nome de sua legenda para MDB, sigla utilizada pelo partido durante a Ditadura militar, quando o mesmo era a única agremiação de oposição no cenário de bipartidarismo.

<sup>33</sup> Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm)>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

<sup>34</sup> Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm)>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

<sup>35</sup> Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm)>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

<sup>36</sup> Mais sobre isto: CALDEIRA NETO, Odilon. “**Nosso nome é Enéas! Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006)**”. 413F. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: BR-RS, 2016.



de Bombeiros Militar do estado do Rio de Janeiro, Benevenuto Daciolo Fonseca dos Santos (PATRIOTA)<sup>37</sup>, também pleiteou o cargo de presidente, alcançando o sexto lugar nas eleições com mais de um milhão de votos.

De trajetória política extensa, Bolsonaro atravessou os anos da Nova República exercendo cargos no Poder Legislativo. Foi vereador no município do Rio de Janeiro, entre 1989-1991, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Em seguida, elegeu-se deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, o que se sucedeu em outras sete oportunidades, por oito legendas diferentes, entre os anos de 1991-2018<sup>38</sup>. Destaque-se, mais uma vez, que sua atuação parlamentar foi marcada por constantes elogios ao período da Ditadura no Brasil. O fato de ter desempenhado carreira militar, nas décadas de 1970 e 1980, pode ser considerado como um elemento que o faz enxergar com bons olhos o período em que a República brasileira foi governada por representantes das Forças Armadas.

Neste capítulo, trataremos da visão elogiosa que Bolsonaro possui desse período, e porque ela representa um tipo de revisionismo. Dessa maneira, em três partes, discutiremos sobre: o que é o revisionismo, como ele funciona a partir da ótica bolsonarista e quais são as suas raízes no tempo presente brasileiro. Na conclusão, discorreremos sobre o papel que Bolsonaro desempenhou durante os anos da CNV e de que maneira isso o projetou como a voz central, no parlamento brasileiro, em defesa da Ditadura e dos militares, por mais que as Forças Armadas não o considerassem como um representante maior.

## 1.1 O REVISIONISMO SOBRE A DITADURA NO TEMPO PRESENTE: GUIA POLITICAMENTE INCORRETO, OPINIÃO PÚBLICA E ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Em nossa interpretação um dos alicerces do discurso bolsonarista é a construção de versões alternativas sobre a história. O revisionismo desempenhado

---

<sup>37</sup> Referimos aqui ao ex-deputado federal, atualmente filiado ao Partido Liberal (PL), anteriormente nominado Partido da República (PR). Cabo Daciolo é famoso por aliar sua fé cristã evangélica ao discurso político.

<sup>38</sup> Durante sua trajetória política até a presidência da República, Jair Bolsonaro foi filiado aos seguintes partidos: PDC (1988-1993), PPR (1993-95), PPB (1995-2003), PTB (2003-2005), PFL (2005), PP (2005-2016), PSC (2016-2017), e PSL (2018-2019). Atualmente busca registrar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a agremiação Aliança pelo Brasil, e por conta disso encontra-se sem partido.

por Bolsonaro e seus aliados se enquadra neste aspecto. Quando desempenham uma visão elogiosa acerca dos anos da Ditadura<sup>39</sup> acabam por criar também uma versão alternativa da história oficial, ou seja, aquela que não nega o que de fato aconteceu. Todavia, mesmo esta “versão oficial”, é de certa maneira problemática. Marcos Napolitano (2014), a define como memória liberal hegemônica, segundo o autor:

[...] a memória hegemônica sobre o regime, em que pese a incorporação de elementos importantes da cultura de esquerda, é fundamentalmente uma memória liberal, que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extrainstitucionais. Essa memória liberal condenou o regime, mas relativizou o golpe. Condenou politicamente os militares da linha dura, mas absolveu os que fizeram a transição negociada [...] Denunciou o radicalismo ativista da guerrilha de esquerda, mas compreendeu o idealismo dos guerrilheiros. Condenou a censura e imortalizou a cultura e artes da esquerda dentro da lógica abstrata da “luta por liberdade”. E, mais do que tudo, a memória liberal autoabsolveu os próprios liberais que protagonizaram o liberticídio de 1964 -, culpando a incompetência de Goulart e a demagogia de esquerda pelo golpe (NAPOLITANO, 2014, p. 319)

Desse modo, observamos que a visão “aceita” pela sociedade civil desde a transição apresenta problemas, entretanto, o fato de haver uma memória hegemônica não quer dizer que outras memórias, subordinadas, não tenham existido e não lutem para se afirmar (NAPOLITANO, 2014, p. 319). É neste ponto que o bolsonarismo, e seu revisionismo acerca da ditadura entram na discussão. Precisamos entender um dos meios de difusão das teses bolsonaristas sobre esse período?

Nesta dissertação resolvemos selecionar algumas obras que “alimentaram” o discurso bolsonarista. Vale mencionar que assim como as redes sociais, a imprensa e a literatura foram outros meios que serviram para divulgar as ideias de uma “história alternativa”. Desse modo, um dos principais canais de divulgação dessas teses é o *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, escrito pelo jornalista paranaense, Leandro Narloch (2009).

Observamos, entretanto, que tal livro compunha a estrutura de algo muito maior. Em entrevista ao comediante Danilo Gentili, no dia 10 de agosto de 2013<sup>40</sup>, o

---

<sup>39</sup> 10 vezes em que o clã Bolsonaro flertou com a Ditadura militar. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/31/10-vezes-em-que-o-cla-bolsonaro-flertou-com-a-Ditadura-militar.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020. Referências à Ditadura militar são recorrentes entre a família Bolsonaro e integrantes do governo. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/referencias-Ditadura-militar-sao-recorrentes-entre-familia-bolsonaro-integrantes-do-governo-1-24103165>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020. Em Itaipu, Bolsonaro exalta presidentes militares e ditador paraguaio. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/02/26/bolsonaro-exalta-presidentes-militares-e-ditador-paraguaio-em-itaipu.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

<sup>40</sup>NEUSANATV. **Agora é Tarde** - Leandro Narloch - 10/08/2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0DxbmU1Z4sM>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

autor apresentou dados sobre sua obra, motivos para escrevê-la e como enxergava todo o sucesso de sua criação. A entrevista foi concedida ao programa *Agora é Tarde*, que era exibido semanalmente pela emissora paulista Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Se, inicialmente, o objetivo do programa era apresentar o *Guia politicamente incorreto da história do mundo*, para tratar da nova obra organizada, os *Guias do Brasil* e da América Latina também entraram no assunto.

A conversa iniciou com o autor sendo identificado como aquele que “desmascara mitos da história”. Em seguida, diversas perguntas foram feitas para Leandro Narloch (2009). A seguir, destacamos algumas das respostas dadas. Sobre a tiragem dos livros, o autor indicou o número de 450 mil livros para o *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* e de 250 mil exemplares para o *Guia politicamente incorreto da América Latina*. Ou seja, a escolha dessa obra se justifica como uma das mais importantes fontes de transmissão e divulgação de uma versão pós-factual da história do Brasil, sobretudo, da Ditadura militar. A disputa no mercado editorial com os historiadores é outro fator que justifica a escolha da análise do livro como um “porta-voz” das teses negacionistas que se tornaram populares na última década.

Segundo Narloch (2009), a ideia dos livros surgiu quando trabalhava como editor da revista *Superinteressante*. Ao procurar pautas para a revista e se deparar, no *site* da *Amazon*, com um livro estadunidense de mesmo nome, sobre fatos da história dos Estados Unidos, pensou que uma versão brasileira do mesmo projeto seria algo importante e significativo de se empreender.

Além disso, o objetivo da obra, segundo o autor, era o de popularizar a história, torná-la algo atraente e diferente das ideias apresentadas no ensino básico, pois, para ele, os professores de história são militantes, e geralmente, a abordagem desenvolvida em sala de aula sobre os temas históricos leva os alunos ao engajamento, fazendo-os se enxergarem como agentes possíveis de transformar o mundo à sua volta. Narloch, completou o raciocínio tecendo opiniões sobre a história ensinada, afirmando ser ela composta, na maioria das vezes, por um dualismo no qual os ricos são maus e os pobres, pessoas do bem que lutam contra a opressão. Por fim, esclareceu que, de fato, o livro produzido era sobre história, mas ele não o escrevera como historiador, e sim como jornalista, porque tinha organizado o pensamento de

sua obra com conteúdos sobre os quais bons historiadores já tinham escrito anteriormente.

O *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* foi escrito em 2009 e, a partir de seu ano de lançamento, ficou na lista dos mais vendidos por 300 semanas, ou seja, até meados de 2013, mesmo ano em que ocorreram as Jornadas de Junho. Isso porque, analisando a obra, percebemos que um dos aspectos presentes era o mesmo revisionismo histórico desenvolvido pela extrema-direita, que está em estudo nesta dissertação.

Curiosamente, no período em que o livro alcançou seu maior sucesso, a CNV estava em atuação e diversas críticas a ela ocorriam no Congresso Nacional, sendo um dos expoentes de tais manifestações o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro. Assim, uma primeira conclusão que podemos tirar é a de que o *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* possui uma convergência, em sua narrativa, com o revisionismo que Bolsonaro defende.

Existe um amplo debate no meio acadêmico historiográfico em relação ao fato de os jornalistas escreverem sobre história<sup>41</sup>. O livro de Narloch (2009) é composto por um texto jornalístico que recebe uma dose de historicidade, porém tal historicidade merece ser discutida pelos aspectos que apresenta. A seguir, elencamos alguns deles, retirados do capítulo intitulado *Comunistas*, o que fecha o livro.

O primeiro aspecto que foi observado por nós na obra de Narloch (2009) é o uso intenso de fontes secundárias. Evidentemente, não existe uma regra específica no *métier* historiográfico sobre o uso exclusivo de fontes primárias para a construção da história, contudo desenvolver uma análise apenas com base na visão de outrem empobrece a narrativa. Além disso, mostra também a carência de trabalho investigativo, o qual faz parte dos procedimentos do historiador ao empreender seu estudo.

As noções apontadas por Leandro Narloch (2009) relacionadas à Ditadura no Brasil possuem ligações com o revisionismo histórico, pelas características apresentadas. Por exemplo, nas páginas 313 e 314, foi observada uma contradição nas opiniões do autor sobre a tortura. Em um primeiro momento ela é apontada como

---

<sup>41</sup> Mais sobre isto: RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAVEAU, Agnes; TETARD, Phillipe. (Org.). **Questões para a História do Presente**. Bauru: Edusc, 1999.

uma política de Estado para todos os guerrilheiros comunistas e, posteriormente, o autor indica que nem todos os condenados à tortura eram militantes.

Essa contradição no pensamento de Narloch (2009) será esclarecida por nós com base na análise de Marcos Napolitano. Este historiador indica o fato de que “[...] a Ditadura construiu um círculo de medo cuja máxima dizia que fazer política ou lutar contra as injustiças sociais era sinônimo de prisão e tortura, para *qualquer indivíduo*” (NAPOLITANO, 2014, p. 128, grifo nosso). Quando Narloch (2009) justifica o uso da tortura pelos militares como uma maneira legítima de combate aos guerrilheiros, comunistas e militantes, ou seja, uma resposta do regime ao “terror” desempenhado por esses indivíduos nas ruas, utiliza a *Teoria dos Dois Demônios*, ou seja, uma leitura equivocada da realidade. Em outros termos, o autor colocou em equivalência as ações repressivas do Estado frente à violência dos guerrilheiros, buscando apontar que a atuação de ambos amedrontava a sociedade, a qual não se via representada por nenhum lado desse conflito armado. Tal argumento justifica o uso do terrorismo de Estado como a maneira correta de conter qualquer forma de oposição, seja ela armada, ou não.

Também é possível encontrar, no texto, algumas passagens que se tornam discutíveis, pois, ao que parece, buscam levantar uma versão alternativa para a história oficial. Por exemplo, todas as passagens que apontaremos aqui trazem a ideia de que o país estaria passando por uma ameaça comunista que possivelmente tomaria o poder nos idos dos anos 1960. Isso fica claro no fragmento a seguir: “um ano antes do Golpe militar, já havia doze militantes brasileiros aprendendo luta armada na ilha comunista [Cuba]” (NARLOCH, 2009, p. 315).

Segundo o autor, a iminência de um golpe comunista, em 1964, era algo possível de acontecer, pois o governo de Fidel Castro apoiava a implantação de guerrilhas em solo brasileiro. Entretanto, essa ideia é refutável, pois, desde a década de 1930, expurgos a grupos de esquerda acontecem no Brasil<sup>42</sup>. Nesse momento a repressão contra o comunismo ganhou ainda mais força com o Plano Cohen, utilizado como argumento para uma suposta invasão soviética no Brasil. Naquela conjuntura, a opinião pública se uniu ao presidente Vargas e, de certa forma, autorizou o Golpe

---

<sup>42</sup> Conforme Motta (2002), o anticomunismo surgiu no Brasil, logo após a Revolução de 1917, contudo, as primeiras expressões de combate ao perigo vermelho são propagandísticas, desse modo apenas na década de 1930 começam a ser desenvolvidas medidas repressivas autoritárias por parte do Estado brasileiro contra os seguidores do comunismo.

de Estado que trouxe a primeira experiência ditatorial brasileira, a Ditadura do Estado Novo (1937-1945).

O temor anticomunista ligado a saídas autoritárias continuou presente na política brasileira das décadas seguintes. Em 1947, o presidente Eurico Gaspar Dutra sancionou a Lei Antiterrorismo, que colocou os partidos e as agremiações de esquerda na clandestinidade. Esse ato de Dutra se relacionou ao fato de que, em seu governo, ocorreu uma política de alinhamento aos Estados Unidos, que havia espalhado, ao mundo capitalista ocidental, a Doutrina Truman<sup>43</sup>. Assim, o anticomunismo foi elemento marcante no governo de Dutra e a lei que levou o comunismo à clandestinidade seu principal legado como presidente.

Ao analisar discursos e entrevistas do presidente, após o ano de 1947, é possível verificar que o anticomunismo foi o fator preponderante a legitimá-lo no poder até o fim de seu mandato. No fragmento a seguir, retirado de uma coletânea com discursos de Dutra durante o seu mandato, organizada por José Teixeira de Oliveira (1956), isso fica explícito:

No ano findo, o Tribunal Superior Eleitoral considerou o Partido Comunista incurso na proibição do parágrafo 13, do Art. 141, da Constituição. Em consequência, aprovou o Congresso uma lei que considerou extintos os mandatos dos representantes eleitos sob a legenda daquele Partido, em todos os corpos legislativos: da União, dos Estados e dos Municípios. Fez o Poder Executivo cumprir os termos daquela decisão judiciária, o que não originou qualquer incidente de monta. É possível, estou a crer, que nem toda a opinião do país compreendesse, na sua inteira extensão, a natureza real e os propósitos últimos do Partido Comunista. Diante do que se vem passando em todos os países europeus incluídos na órbita militar soviética e, sobretudo, depois do ocorrido na antes modelar democracia tcheca, parece, no entanto, não poder restar dúvidas a qualquer espírito, não perturbado pelo fanatismo, sobre o caráter antidemocrático e antinacional daquele partido. Os fatos se encarregaram de comprovar o flagrante acerto do que foi deliberado pelo Tribunal Superior Eleitoral, quando considerou o seu programa e a sua ação contrários ao regime democrático, "baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem". A Ditadura de um só partido e a supressão total e impiedosa desses direitos seguiram-se, invariável e

---

<sup>43</sup> O conjunto de práticas do governo dos Estados Unidos, em escala mundial, à época da chamada Guerra Fria, que buscava conter o avanço do comunismo junto aos chamados "elos frágeis" do sistema capitalista recebe o nome de Doutrina Truman. A Europa devastada, ao final da Segunda Guerra Mundial, assiste à ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética como potências no palco das relações internacionais. O chanceler britânico Winston Churchill, percebendo o avanço comunista na Europa em busca de hegemonia no continente, inicia fortes pressões para que o Ocidente encontrasse uma estratégia que pudesse deter o avanço soviético. Em resposta à atitude britânica, o então presidente dos EUA, Harry S. Truman, pronunciou, em 12 de março de 1947, diante do Congresso americano, um discurso em que assumia o compromisso de "defender o mundo livre contra a ameaça comunista". Assim, foi lançada a Doutrina Truman e iniciada a Guerra Fria, dividindo o mundo entre o capitalismo e o comunismo.

imediatamente, aos golpes engendrados e levados a efeito pelas respectivas agências nacionais dessa agremiação estrangeira. É de reconhecer a corajosa clarividência com que os Juizes do Tribunal Superior Eleitoral resguardaram a ordem democrática brasileira, com base em dispositivo de defesa da Constituição, criado pela sabedoria previdente dos seus elaboradores (OLIVEIRA, 1956, p.279).

Essas palavras foram ditas ao final de 1947, logo após a sanção da lei que colocou na clandestinidade os partidos políticos e agremiações taxadas como esquerdistas. O fragmento a seguir, de uma entrevista do presidente proferida em 1948, possui as justificativas, na visão dele, para que o Congresso aprovasse a Lei Antiterrorismo:

Em face destes dispositivos constitucionais, foi impedido de funcionamento legal o Partido Comunista, por decisões dos mais altos Tribunais do país, tanto mais quanto ficou apurado pela Justiça Eleitoral que esse partido usava dois estatutos, sendo um para efeito de ser invocado perante a Justiça Eleitoral, e outro, Marxista-leninista, para efetiva aplicação (OLIVEIRA, 1956, p. 294).

Fica expresso que a lei sancionada por Dutra aliou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao stalinismo. O que de certa forma não estava errado, inclusive pelo fato de que, por conta da conjuntura da Guerra Fria, esse partido era visto como um perigo real para a democracia recém-instituída e possuía simpatizantes do regime soviético em suas fileiras. Contudo, precisamos deixar claro que era objetivo dos comunistas disputar o eleitorado democraticamente. Podemos afirmar isso a partir do número de cadeiras obtidas no parlamento pelo partido e o total de votos de seu candidato à Presidência no pleito de 1946:

As eleições realizadas a 2 de dezembro foram, como é da opinião geral, dirigidas com imparcialidade, e se passaram sem maiores incidentes. Os adeptos de Dutra não precisavam ter-se preocupado. O ex-Ministro da Guerra obteve 55 por cento da votação nacional, com inclusive uma confortável margem de diferença nos Estados-chave: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Eduardo Gomes recebeu 35 por cento dos votos. *Muito surpreendente foi a relativamente grande votação do candidato comunista, Fiúza, que recebeu 10 por cento do total nacional.* Nas eleições para o congresso, o PSD ganhou 42 por cento dos votos (151 cadeiras), a UDN, 26 por cento (77 cadeiras), o PTB, 10 por cento (22 cadeiras) e o PCB, 9 por cento (14 deputados e um senador) (SKIDMORE, 1982, p. 90, grifo nosso).

Por fim, vale ressaltar que: “a supressão oficial do Partido Comunista coincidiu também com o início da Guerra Fria. Os anticomunistas brasileiros podiam, portanto, encontrar no exterior uma pronta justificativa para os seus atos” (SKIDMORE, 1982,

p. 94). Conseqüentemente, o início da bipolarização e o bom desempenho eleitoral dos comunistas acabaram selando a sorte da agremiação.

Segundo a historiadora Dulce Pandolfi (1999), o impacto da Guerra Fria no Brasil aconteceu de forma imediata. Em 7 de maio de 1947, ocorreu a cassação do registro do PCB e o Ministério do Trabalho decretou intervenção em diversos sindicatos e também na organização Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). A situação se agravou, mas não mudou, pois, o partido fez uma apelação ao Poder Judiciário, buscando *habeas corpus* para a liberdade de funcionamento de suas sedes, mas teve o pedido negado. Após esse fato, seus dirigentes tentaram organizar um novo partido, o Partido Popular Progressista (PPP) que, em sua agenda, incorporava os ideais gerais do PCB, mas o TSE negou o registro.

Em janeiro de 1948, os mandatos de todos os parlamentares foram cassados e, numa tentativa de resistência, os comunistas lançaram o Manifesto de Janeiro de 1948, criticando o governo Dutra, taxando-o de antidemocrático, traidor dos interesses nacionais e entreguista. O manifesto foi escrito por Luís Carlos Prestes (1948), principal liderança do partido. O documento é uma espécie de autocrítica da atuação do PCB durante o período pós-eleições, marcado por uma conciliação em nome da democracia. A seguir, destacamos uma parte do texto:

Diante das ameaças cada vez mais fortes da reação, fomos silenciados cada vez mais a respeito dos nossos objetivos revolucionários e caindo insensivelmente nos limites de um quadro estritamente legal e de pequenas manobras [...]. Essa tendência direitista se caracteriza (ainda pela sistemática contenção das lutas das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a burguesia-progressista (PRESTES, 1948).

Durante os anos 1950, o perigo comunista era visto como algo que, de certa forma, estava controlado nacionalmente, principalmente pela desmobilização provocada pela ilegalidade do PCB e aliados pós 1947. Internacionalmente, o período ficou marcado pela política de caça às bruxas norte-americana chamada de macarthismo<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Macarthismo é um termo que se refere à prática de acusar alguém de subversão. O termo remonta ao período da Guerra Fria nos Estados Unidos, quando uma espécie de “caça às bruxas” ocorre, patrulhando possíveis posicionamentos ideológicos de instituições, entidades e personalidades da sociedade americana. O desencadeador dessa prática foi o senador republicano Joseph McCarthy. No Brasil, o Penabotismo pode ser considerado a nossa versão do Macarthismo, pois o Almirante Carlos Pena Boto, em 1951, fundou a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) que denunciava o comunismo



Em 1959, ocorreu a Revolução Cubana e as atenções para a América Latina foram redobradas, inclusive para o Brasil que, anteriormente, era considerado como um país em que o perigo comunista estava extirpado. Esse período findou, tendo a opinião pública do início dos anos 1960 apresentado uma espécie de euforia com a eleição de Jânio Quadros (1961-1961) para a Presidência da República. As tensões em torno do suposto perigo vermelho retornaram à história política brasileira, com a condecoração concedida a Ernesto Che Guevara por Jânio Quadros<sup>45</sup> e a partir da política externa independente adotada, retirando o alinhamento com o Estados Unidos. Tais tensões foram intensificadas após a renúncia relâmpago de Quadros, que resultou na volta de um varguista ao poder central do país, o então vice-presidente João Goulart.

Jango, pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agremiação criada por Getúlio Vargas e que tinha como objetivo ser uma alternativa eleitoral para o operariado urbano (o que irá ocorrer após o PCB ser colocado na clandestinidade), tendo como base ideológica o trabalhismo.

João Goulart (1961-1964) foi deposto por um Golpe Civil-Militar realizado em 31 de março de 1964. Um argumento utilizado como pretexto para a ação ligava-se ao fato de o presidente ser considerado comunista, mesmo que nunca houvesse se declarado assim. Vale mencionar o fato de tal ideia apresentar um equívoco, pois Jango era um herdeiro político de Getúlio Vargas, um anticomunista convicto.

A opinião pública do período usava, como argumentos cabíveis para classificar Goulart como alinhado ao comunismo, uma viagem realizada por ele à China Comunista de Mao Tsé-Tung (durante os dias em que ocorreu a renúncia de Jânio Quadros) e a política reformista que empreendeu a partir de 1963 em diversos setores da sociedade. Reformas de Base foi o nome dado para as mudanças estruturais nos setores educacional, fiscal, político e agrário brasileiro. Em outras palavras, o reformismo janguista foi associado ao comunismo e, dentre vários pretextos, serviu para se empreender o Golpe Civil-Militar de 1964 a fim de impedir que um perigo vermelho assolasse o país.

---

de forma exacerbada nas instituições políticas, militares e civis brasileiras. Mais sobre isto: (MOTTA, 2002, p 144).

<sup>45</sup> No dia 20 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros condecorou o líder adjunto da Revolução Cubana, Ernesto Guevara de la Sierna com a “Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul”.

Entretanto, fica evidente e inteligível o fato de que nenhuma das ações comunistas denunciadas e temidas pela sociedade brasileira ocorreu, elas jamais existiram. Porém, “serviram como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o *status quo*” (MOTTA, 2002, p. 24). O comunismo brasileiro, ou qualquer outra força determinante que simpatizou ou se aproximou desse modelo político, em nenhum momento de nossa história, foi superior politicamente ou mesmo tomou o poder utilizando-se de métodos revolucionários, mas sempre foi fruto de intensa oposição. Ou seja, esse discurso esteve sempre presente na sociedade brasileira, em geral, e no interior das Forças Armadas, em especial.

Leandro Narloch (2009) não nega em seu livro o fato de ter ocorrido uma Ditadura no Brasil. Contudo, em seu texto, defende a tortura como maneira ideal de se conter o avanço de guerrilheiros comunistas, e traz uma ideia diferente sobre quem eram esses indivíduos que praticavam a luta armada. Segundo o autor, qualquer notícia de movimentação comunista era um motivo razoável de preocupação: “[...] poucos guerrilheiros, com a ajuda de partidários, [...] poderiam sim derrubar o Estado” (2009, p. 321).

Ao afirmar isso, o autor do *Guia* se esquece de que, além do fato de os integrantes da luta armada serem, em sua maioria, estudantes ou pessoas com alto grau de instrução, o sectarismo das organizações de esquerda contribuiu para a queda frente à repressão. Em outras palavras, a guerrilha pouco significava em termos de ataque ao “coração do Estado” ou como abalo para o ambiente de crescimento econômico (NAPOLITANO, 2014, p. 125). Sendo assim, as ideias levantadas por Narloch (2009) sobre o perigo representado pelos integrantes da luta armada são imprecisas, pois, por mais que tenham lutado e tido triunfos contra as Forças Armadas, a brutalidade, organização, experiência e efetividade da repressão eram muito maiores<sup>46</sup>. Finalizando esta parte, vale lembrar que o fim da Guerrilha do Araguaia, no ano de 1974, marcou o fim da luta armada no Brasil.

---

<sup>46</sup> Em 1977, o major de cavalaria do Exército Brasileiro Freddie Perdigão Pereira escreveu uma monografia para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme) sobre o Destacamento de Operações Especiais (DOI). A escrita da monografia é bastante simples, contudo nela é possível observar o tamanho da estrutura do aparato repressivo montado pelos militares. O texto de Perdigão está disponível no livro: GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

Outro problema encontrado no texto que analisamos do *Guia* é a defesa da existência de uma normalidade democrática no Brasil até 1968, quando o AI-5 foi imposto à sociedade pelo Marechal Arthur da Costa e Silva. Esta ideia também é defendida pelo historiador Marco Antonio Villa (2014)<sup>47</sup>, no livro *Ditadura à brasileira*.

Segundo Narloch (2009), “apesar de a Ditadura ter começado em 1964, até 1968 o governo tinha que levar as leis para serem apreciadas no Congresso e as pessoas podiam responder processos criminais em liberdade” (NARLOCH, 2009, p. 316). O autor completa o texto, afirmando que o regime só endureceu de verdade em dezembro de 1968 (NARLOCH, 2009, p. 318). No fragmento existe um equívoco, pelo fato de que, entre os anos de 1964 e 1967, quando o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco governou, quatro Atos Institucionais foram impostos, o Congresso Nacional ficou suspenso, por cerca de 30 dias<sup>48</sup>, parlamentares e funcionários públicos das mais diversas ordens foram cassados, além do fato de os primeiros envios de exilados a outras nações acontecerem nesses anos. Em suma, Castelo Branco,

[...] apesar de passar à história como um presidente “liberal”, foi o que mais cassou os direitos políticos e os mandatos parlamentares, além de estruturar as bases jurídicas do regime autoritário com vistas a uma ação política institucional e de longo prazo. [...] mesmo antes de a Ditadura se tornar “escancarada”, o governo Castelo Branco [e o regime que se construía com ele e por ele] não poderia ser caracterizado como propriamente “liberal”, como sugere certa memória do período. As denúncias de torturas em instalações militares pipocavam. O governo reprimia a oposição no atacado, através dos IPM presididos pelos coronéis linhas-duras, e pontualmente, cassando mandatos, mas evitando prisões em massa (NAPOLITANO, 2014, p. 81).

Ou seja, a democracia já havia sido interrompida com o Golpe contra o governo de João Goulart e as primeiras ações desempenhadas pelo regime de exceção instituído davam mostras de que a sua volta não era algo planejado, por mais que a promessa inicial fosse de restabelecer a democracia com apenas um ano de controle militar no Poder Executivo. A Ditadura havia chegado e não tinha data para terminar.

---

<sup>47</sup> VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira**, 1964-1985: A Democracia golpeada à Esquerda e à Direita. São Paulo: Leya, 2014.

<sup>48</sup> Vale mencionar que o Congresso Nacional teve suas atividades suspensas em mais duas oportunidades durante a Ditadura, após o AI-5, seis meses, e durante o governo Geisel, 15 dias.

Finalizando esta parte sobre o revisionismo presente no *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, localizamos ainda outros dois problemas, levando em consideração que o livro busca ser uma opção historiográfica.

A polarização entre “militares X guerrilheiros” é apresentada como o clima presente no Brasil. Segundo os defensores dessa tese, a repressão seria justificada como forma de salvar o país de uma hipotética “Ditadura comunista”.

Outrossim, em diversas partes do capítulo, usou-se a conjunção *se*, na construção de suposições que remetem a uma espécie de exercício contra-factual, com vista a produzir uma história oficial. Na página 324, o autor faz a seguinte afirmação: “como não houve socialismo no Brasil, nunca saberemos como teria sido o sistema por aqui” (NARLOCH, 2009, p.324). Nessa frase não há nada incongruente, todavia ele a completa, inserindo dados discutíveis de experiências socialistas pelo mundo. Para tal, utiliza dados de apenas duas pesquisas entre os cinco exemplos que situa, de como seria o funcionamento de um regime socialista no Brasil. Nas palavras do autor:

[...] a Amazônia seria uma enorme prisão onde aliados e incômodos inimigos do regime fariam trabalho forçado como o *gulag soviético*. Estudantes arrastariam seus professores para fora da sala de aula e os linchariam, por acharem que eles representavam a velha cultura, como aconteceu durante a Revolução Cultural da China. Em episódios semelhantes às mortes nas praias cubanas, cidadãos seriam executados depois de flagrados tentando fugir para o Paraguai. Na pior das hipóteses, 21% da população seria exterminada, como fez o Khmer Vermelho no Camboja. No melhor, burocratas trocariam cargos por sexo e mais de 1% da população seria de espões como na Alemanha Oriental (NARLOCH, 2009, p. 324).

A maneira como o autor exemplifica sua hipótese de funcionamento do regime socialista no Brasil beira ao cômico, mas também ao trágico, se analisarmos historicamente. Por um lado, funde eventos históricos isolados e diferentes no tempo e no espaço, como se tratassem do mesmo referencial. Dos cinco exemplos citados, apenas dois trazem a fonte de onde foram retirados os dados. O primeiro, trata-se do extermínio cambojano, por intermédio de pesquisas realizadas pela universidade de Yale<sup>49</sup>. Mas são ausentes os aprofundamentos em sua nota. O segundo, é o caso dos

---

<sup>49</sup> O autor colocou em sua nota apenas o *site*: <<https://gsp.yale.edu/>> e o título do programa - *Cambodian Genocide Program* - que estuda, além da questão cambojana, outros conflitos e massacres ocorridos na África, Oriente Médio e América Latina. Inserir apenas o *link* e não mostrar os dados corretamente levanta certo ceticismo sobre serem verdadeiros ou não. Para chegar ao número exato, é necessário acessar a aba no *site* correspondente aos estudos relacionados ao Camboja: Programa

espiões da Alemanha Oriental, extraído da publicação digital de uma revista alemã chamada *Der Spiegel*<sup>50</sup>. Em sua nota, o autor apenas coloca o *link* da revista.

Outro problema encontrado relaciona-se novamente às opiniões do autor sobre a Ditadura militar. Nas páginas finais do capítulo defende que, na verdade, o regime foi uma “ditabranda”. Termo originalmente utilizando no editorial de 17 de fevereiro de 2009 do caderno *Opinião*, do jornal *Folha de São Paulo*<sup>51</sup>. Novamente, o autor estabelece um exercício contra-factual para defender sua ideia. Tanto o editorial, quanto Narloch (2009) argumentam o fato de que o regime militar instaurado no Brasil em 1964 foi uma Ditadura, mas, se comparada aos regimes de países vizinhos (inclusive citados no início deste capítulo), foi branda, visto que o número de mortes no caso brasileiro torna-se irrisório.

A defesa dessa ideia se dá no intuito de, mais uma vez, criticar o comunismo ou o perigo comunista que, como explanado anteriormente, serviu de base para se empreender o Golpe Civil-Militar de 1964 e o início da Ditadura no Brasil. Segundo o autor, caso fosse estabelecida uma Ditadura socialista, o número de mortes seria altíssimo. Como dissemos, ele estabelece comparações imaginativas, a partir dos casos cubano, chinês e cambojano, e novamente utiliza apenas uma fonte, um *site* estadunidense que busca levantar dados sobre mortes e desaparecimentos advindos da Revolução Cubana<sup>52</sup>. Segundo o autor,

[...] se o Brasil vivesse um regime como o cubano ou o chinês, como sonhavam os guerrilheiros de esquerda, pelo menos mais 88 mil pessoas seriam mortas, (além da 434 aceitas oficialmente). Se a Ditadura socialista brasileira matasse 90% menos que a cubana, haveria vinte vezes mais mortos que as vítimas dos militares. Por fim, se déssemos o azar de ser governados por socialistas mais agressivos, como o ditador Pol Pot, do Camboja, assistiríamos ao maior genocídio do século 20 (NARLOCH, 2009, p. 325).

Para exemplificar seus cálculos, o autor inseriu abaixo de sua citação uma tabela em que compara o número de mortos pelos regimes citados com a média populacional dos países no período, e o percentual de indivíduos executados em cada

---

de estudos sobre genocídio <<https://gsp.yale.edu/resources/gsp-books>> e debruçar-se sobre a leitura dos mais de 15 livros já organizados por este grupo de pesquisa, além das dez dissertações aprovadas na Universidade de Yale sobre o tema.

<sup>50</sup> As informações levantadas no texto divulgado pela revista em meio eletrônico referem-se à experiência socialista da Alemanha Oriental finalizada em 1989 e possuem apenas dados iniciais. Para acessar a reportagem na íntegra: <<https://www.spiegel.de/international/germany/east-german-spies-new-study-finds-more-stasi-spooks-a-540771.html>>. **Der Spiegel**. Acesso em: 9 de janeiro de 2020.

<sup>51</sup> Limites a Chávez. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/z1702200901.htm>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2020.

<sup>52</sup> **Arquivo de Cuba**. Disponível em: <<http://cubaarchive.org/>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2020.

país. Em seguida, utilizou o mesmo método para estimar o possível número de mortes no Brasil, aplicando como média, em sua operação para se chegar ao número final, o total de habitantes da sociedade brasileira entre 1964 e 1984, 105 milhões de pessoas. Segundo Narloch (2009), o suposto Brasil socialista se configuraria assim:

**Tabela 1:** Comunismo no Brasil, segundo o *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* (2009).

	Mortos pelo regime	População média no período	Parcela da população executada	Se a mesma porcentagem de execuções fosse aplicada no Brasil, quantas mortes haveria?
Cuba (1959-2005)	7038	8.35 milhões	0.0842%	88.410
China (1949-1959)	700 mil	556 milhões	0.1259%	132.195
Camboja (1975-1979)	1,7 milhão	8.2 milhões	21%	22 milhões

**Fonte:** Narloch, 2009.

A Tabela 1 foi inserida aqui para apreciação, com o objetivo de ilustrar o pensamento desenvolvido por Narloch. O autor, a seu modo, defende o legado da Ditadura de expurgo ao comunismo, indo ao encontro da visão golpista de 1964. Segundo tal ótica, uma possível Ditadura de esquerda no Brasil teria sido muito mais sangrenta, com um número de mortes superior. Portanto, quando o jornalista estabelece os cálculos como justificativa de provar que um regime socialista seria nocivo ao Brasil, legitima o argumento construído em 1964, ou seja, antes uma Ditadura de direita do que uma do proletariado. Além desse fato, é válido ressaltar que suposições sem embasamento na realidade factual são uma forma de negacionismo.

Revisar o conhecimento e questionar o saber já estabelecido é um movimento positivo, que faz parte do progresso de qualquer forma de ciência ou saber acadêmico. O problema é quando isso se faz sem consistência metodológica, sem evidências, sem provas, ou com base apenas na paixão política. Os *Guias* foram escritos com o intuito de criticar a influência de ideologias de esquerda sobre o conhecimento produzido, mas a resposta trazida pelo seu autor é composta por uma “ideologização” à direita muito mais intensa.

O revisionismo e a conseqüente visão positiva sobre a Ditadura, com base no anticomunismo, não deixou de existir com o fim do regime autoritário. A título de exemplo, situamos a pesquisa<sup>53</sup> de campo do cientista social Flávio Pierucci (1987), realizada na cidade de São Paulo, durante a segunda metade da década de 1980, a partir de entrevistas com malufistas e janistas. O autor, ao perguntar sobre comunismo, Ditadura, democracia e afins recebeu respostas muito próximas das ideias que fomentaram o início das rupturas institucionais, em 1937 e em 1964. Tais convicções também estão presentes no pensamento construído por Narloch (2009). Em suma, o jornalista verbalizou ideias e teses que sempre existiram no país, mas que, por conta do contexto pós-1985, tornaram-se marginais, sobretudo, nos meios acadêmicos<sup>54</sup>, que não as analisavam a fundo.

Dessa forma, o ambiente político da Nova República contribuiu para o surgimento do fenômeno da chamada “Direita envergonhada”. Caracterizada por um discurso ambíguo, identificar-se como de direita era ser taxado como um defensor do autoritarismo de linha militar. Apesar de marginal, a direita não deixou de existir. Setores da sociedade anteriormente ligados aos militares passaram a se aliar, no jogo político, a quem lhes parecesse mais oportuno no momento.

Passada a era FHC, no advento da era lulopetista, os grupos à direita, antes isolados, se fortaleceram. Em um primeiro momento os institutos liberais ressurgiram em fóruns de internet. Já em 2015, de forma mais precisa, os protestos de ruas passaram a pedir por intervenção militar<sup>55</sup>. Vale ressaltar que esses protestos eram organizados por intermédio de páginas do *Facebook* e se inspiravam em atos realizados no Oriente Médio, ligados ao movimento que ficou conhecido como Primavera Árabe<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> Mais sobre isto: PIERUCCI, Antonio Flávio. As bases da nova direita. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 19, 1987. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-19/>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

<sup>54</sup> Mais sobre isto: JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan./mar. 2018.

<sup>55</sup> Em 2015, no bojo das passeatas contra Dilma e o PT, pedidos de intervenção militar e até mesmo manifestações com essa temática ocorreram em várias cidades do Brasil. Desde essa época, é possível encontrar em redes sociais páginas que defendem tal ideia.

<sup>56</sup> A Primavera Árabe foi uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreu no Oriente Médio e norte da África em dezembro de 2010. Os protestos compartilharam técnicas de resistência civil, como greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura. Sem o auxílio da internet, o movimento possivelmente não obteria o mesmo êxito, pois foi a partir do ativismo virtual que os setores mais

## 1.2 JAIR MESSIAS BOLSONARO: DESAFETO DAS INSPIRAÇÕES QUE O FORMARAM UM MILITAR ANTICOMUNISTA

Enquanto as mobilizações pediam por intervenção militar, Jair Messias Bolsonaro se destacava no Congresso Nacional justamente pela defesa da Ditadura Militar, fato corriqueiro durante sua carreira no parlamento. Desde o início da atuação como deputado, declarações favoráveis aos generais-presidentes, à tortura e à repressão foram marcantes em sua narrativa. Contudo, mesmo entre os militares, existiu críticas a tais manifestações públicas, exemplo dos depoimentos do ex-presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979) e do político e militar Jarbas Passarinho<sup>57</sup>.

Ernesto Geisel, em entrevista à cientista política Maria Celina D'Araújo, no ano de 1993, ao ser perguntado sobre parlamentares que diziam representar e falar pelos militares e que inclusive defendiam um novo Golpe Militar, respondeu: “neste momento em que estamos aqui conversando, há muitos dizendo: ‘Temos que dar um golpe! Temos que derrubar o presidente! Temos que voltar à Ditadura militar!’ E não é só o Bolsonaro, não!”. Geisel ainda completou a fala, dizendo: “presentemente, o que há de militares no congresso? Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1998, p. 112-113).

---

inconformados da sociedade puderam canalizar as críticas contra os abusos de poder das autoridades, assim como agendar, se organizar e protestar. As mobilizações tornaram possíveis as revoluções na Tunísia e no Egito, uma guerra civil na Líbia e na Síria, e grandes protestos na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iémen, além de protestos menores no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental. Por fim, é válido mencionar que o exemplo dado por essas concentrações populares inspirou a existência de outras ações ao redor do mundo.

<sup>57</sup> Nascido em 11 de janeiro de 1920, na cidade de Xapuri, estado do Acre, Jarbas Passarinho era militar de carreira, tendo recebido a patente de tenente-coronel, no ano de 1964. Além disso, foi ministro do Trabalho durante o governo Costa e Silva, da Educação no governo Médici e da Previdência Social no governo de João Figueiredo. Entre os anos de 1981 e 1983 presidiu o Senado Federal, e em três ocasiões, governou o estado do Pará, dois mandatos consecutivos entre os anos de 1967 a 1983, e um terceiro entre 1987 e 1995. Durante o governo Collor comandou a pasta do Ministério da Justiça, renunciando a função antes das investigações que resultariam no *impeachment* do então presidente. Em 5 de junho de 2016, faleceu na cidade de Brasília.

Mais sobre isto: Morre aos 96 anos o ex-ministro Jarbas Passarinho. **Folha de São Paulo**. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1778483-morre-aos-96-anos-o-ex-ministro-jarbas-passarinho.shtml>>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.



Jarbas Passarinho, ao ser entrevistado pelo Jornal *O Globo* em 2011, após declarações dadas por Jair Bolsonaro, à época deputado federal pelo Rio de Janeiro, ao programa CQC, da Rede Bandeirantes de Televisão, comentou:

Já tive com ele [Bolsonaro] aborrecimentos sérios. Ele é um radical e eu não suporto radicais, inclusive os radicais da direita. Eu não suportava os radicais da esquerda e não suporto os da direita. (informação verbal)

Passarinho também afirmou que Bolsonaro nunca foi um bom militar e que "só se salvou de não perder o posto de capitão porque foi salvo por um general que era amigo dele no Superior Tribunal Militar (STM)". Quando indagado sobre a influência dos pensamentos do deputado nas Forças Armadas, Passarinho indicou que as suas considerações não pertencem à maioria dos militares:

Nem todos os militares estão ligados a ele, mas como ele é o único que aparece falando ... os militares, inclusive depois do meu silêncio por doença, perderam espaço. Eu perdi meu espaço no "Estado de S. Paulo", no "JB" [Jornal do Brasil], que infelizmente faliu, no "Correio Braziliense", no "Estado de Minas". Então, desapareceu essa voz que tinha uma penetração na área mais nobre da mídia. Ele irrita muito os militares também, porque quando está em campanha, em vez de ele ir ao Clube Militar, como oficial, ele vai pernoitar no alojamento dos sargentos (risos) <sup>58</sup>. (informação verbal)

Em suma, observa-se que dois representantes do grupamento amplamente elogiado por Bolsonaro, naquele momento, não enxergavam sua atuação com bons olhos, por mais que o mesmo sempre tenha exaltado a Ditadura. De certa maneira, isso faz parte da educação militar que o formou enquanto serviu às Forças Armadas. O fato de Bolsonaro ter desrespeitado a hierarquia e a disciplina — um dos pilares das regras militares — foi um elemento que o marginalizou, nessa época, dentro das próprias Forças Armadas.

A formação de Bolsonaro no Exército aconteceu durante os anos de 1970 e 1980. As ideias que ele formou em relação à Ditadura estão diretamente ligadas ao que o alto oficialato determinou naquele contexto. Dentre elas, está a repudia ao comunismo, extirpando qualquer indivíduo que se enquadrasse no perfil de um subversivo. O temor anticomunista presente no discurso bolsonarista ainda hoje

---

<sup>58</sup> Jarbas Passarinho critica posições de Jair Bolsonaro e diz que não 'suporta' deputado. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/jarbas-passarinho-critica-posicoes-de-jair-bolsonaro-diz-que-nao-suporta-deputado-2802680>>. Acessado em 30 de janeiro de 2020.

representa o vocabulário político que marcou sua formação. Segundo Caroline Bauer (2019),

[...] gran parte de la socialización en las Fuerzas Armadas se realiza en un contexto de gran carga afectiva, fundamental para la delimitación de un 'nosotros'. La formación de una identidad "militar" alienta a las nuevas generaciones a involucrarse con una interpretación del pasado predeterminada, acudiendo a la transmisión de sus memorias como 'mecanismo cultural' para fortalecer un 'sentido de pertenencia'. Sabemos que el Ejército está regido por un conjunto de valores, tales como el honor, el deber, el patriotismo, la lealtad y la disciplina, y que para el militar la defensa de la patria es un destino superior. Bolsonaro encarna esos valores (BAUER, 2019, p. 43).

A biografia de Bolsonaro nos ajuda a entender o caráter de sua educação militarizada, influenciando suas atitudes como pessoa pública e, atualmente, como chefe de Estado. Nascido em uma família humilde e grande, na cidade de Glicério, situada no Vale do Ribeira, interior do estado de São Paulo, presenciou, durante a adolescência, conflitos entre grupos guerrilheiros e as Forças Armadas, fator que o influenciou a seguir a carreira militar (BAUER, 2019, p. 43). Aos 18 anos, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), apesar de desejar realizar sua formação na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman).

Prestou concurso em 1973, formando-se em 1977. Naquele mesmo ano, especializou-se em paraquedismo e, em seguida, serviu como Aspirante a Oficial no estado do Rio de Janeiro e depois no Mato Grosso do Sul. Em 1987, estudou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), quando chegou à patente de capitão do Exército<sup>59</sup>.

A personalidade de Bolsonaro é diversa, indicando "orden y obediencia, por un lado, y falta de respeto y agresividad contra los que no son los suyos, por el otro" (BAUER, 2019, p. 44). Por exemplo, o fato de os militantes bolsonaristas o chamarem de "Capitão" é uma evidencia de como essa graduação que conquistou nas Forças Armadas foi transportada como um trunfo para sua vida no parlamento. Entre os colegas de corporação, era ainda chamado de "Cavalão", devido ao grande vigor físico

---

<sup>59</sup> Informações retiradas da biografia: BOLSONARO, Flávio. **Jair Messias Bolsonaro – Mito ou Verdade**. Rio de Janeiro: Altadena, 2017.

que apresentava. Inclusive, tendo vencido, segundo suas próprias declarações, várias provas de atletismo<sup>60</sup>.

Bolsonaro, em 1986, assinou um artigo na revista *Veja*, queixando-se dos salários dos militares<sup>61</sup>. Por esta ação recebeu um processo militar e veio a ser preso, ficando 15 dias encarcerado. Após cumprir pena, planejou um ataque a bombas no quartel em que ficava alojado, com o mesmo intuito de protestar contra os baixos soldos. Novamente foi processado, tendo sido afastado e aposentado do Exército. Vale ressaltar que, por não ter tido uma carreira de destaque nas Forças Armadas, recebeu um apelido pejorativo<sup>62</sup>. Em 1989, como dito anteriormente, ingressou na política.

Mesmo expulso e rejeitado pela cúpula do Exército, desde o início de sua carreira no parlamento Bolsonaro portou-se como uma espécie de “líder sindical” dos oficiais de baixa patente e militares da reserva. Esse fato permitiu que ampliasse suas ações em outros setores ligados à segurança pública, como os policiais militares e civis. O discurso em defesa dos interesses da chamada “família militar” garantiu a Bolsonaro sete mandatos como deputado federal. Contudo, como dissemos, suas declarações polêmicas e radicais o confinaram na posição de deputado exótico do “baixo clero” do Congresso Nacional. Essa situação, como destacamos, mudou bastante a partir das Jornadas de Junho, das manifestações pelo *impeachment* e, finalmente, devido ao cenário da campanha presidencial de 2018.

Inicialmente, o governo de Jair Bolsonaro, causou uma espécie de temor nos opositores, pois parecia ser a volta de um governo militar na Nova República. Por exemplo, o número de militares nas instâncias do governo federal foi o maior desde o fim da Ditadura<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> Bolsonaro ganhou no Exército o apelido de 'Cavalão' devido à saúde de ferro. **O Globo**. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/marina-caruso/post/bolsonaro-ganhou-no-exercito-o-apelido-de-cavalao-devido-saude-de-ferro.html>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

<sup>61</sup> O artigo em *Veja* e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

<sup>62</sup> No Exército Brasileiro, quando um oficial não alcança patentes maiores na carreira e, de certa forma, é considerado um mau militar pelos seus pares, recebe a alcunha de: “bunda suja”. Mais sobre isto: A ameaça Bolsonaro. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-ameaca-bolsonaro-2/>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

<sup>63</sup> Mais sobre isto: Ministério terá mais militares do que em 1964. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/12/16/ministerio-tera-mais-militares-do-que-em-1964.htm>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

Evidentemente, existem diferenças entre um governo militar e um governo composto por militares, principalmente em relação ao apoio da categoria no que diz respeito às decisões tomadas pelo Poder Executivo. Pode-se dizer que, no governo Bolsonaro, a estrutura institucional democrática permanece a mesma, salvo as mudanças na nomenclatura de alguns ministérios, assim como o fechamento de outros. Contudo, mesmo que isso não interfira no funcionamento das instituições, o Estado Democrático de Direito está em alerta. Os posicionamentos antidemocráticos do presidente e de grupos próximos a ele, como, por exemplo, os militares, influenciam esse contexto político.

Destaca-se que os simpatizantes da Ditadura que ainda permanecem no governo, compondo as fileiras do bolsonarismo, possuem concordância de ideias em dois aspectos. Primeiro, temem a revogação da Lei da Anistia. Caso isso viesse a ocorrer poderia causar processos jurídicos relativos aos crimes cometidos durante a Ditadura. E segundo, são contrários à Comissão Nacional da Verdade, pois os fatos esclarecidos por ela evidenciam a necessidade dos julgamentos desses crimes que foram “perdoados” em 1979 com a Anistia. Em suma, o discurso militarista, sobretudo, o de defesa da “época da Ditadura” sempre esteve presente em parte das direitas brasileiras. Contudo, na última década ganhou porta-vozes nas livrarias, nas redes sociais e no governo federal.

Atrelado ao bolsonarismo, tal discurso ganhou espaço e força na esfera política e, assim como em uma espécie de elogio ao passado, tem papel de destaque nas decisões referentes aos destinos do país.

Conforme analisamos, o discurso anticomunista tem sido uma constante na cultura política brasileira, e ganhou novo fôlego, ressurgindo, de certa forma, como um dos traços mais importantes do discurso bolsonarista. Esse fato torna-se nítido quando verificamos a defesa feita por Bolsonaro ao “regime militar” como um acontecimento de grande importância na história do Brasil pelo trabalho de combate ao “perigo vermelho”.

### 1.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CNV E O FATOR BOLSONARO

Apesar de clamores de familiares e militantes dos direitos humanos a institucionalização de uma Comissão da Verdade no Brasil começou apenas no final da década de 2000. Assim, no segundo mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), instituído pelo Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Na ocasião, formou-se um grupo de trabalho (GT) destinado a elaborar um Projeto de Lei (PL) que visava a criação da Comissão Nacional da Verdade.

O texto apresentado no evento tinha como um de seus objetivos expressos a ideia de que a comissão buscaria trazer à tona a “verdade histórica” sobre o período em que os militares estiveram no poder e que promoveria a “reconciliação nacional”<sup>64</sup>. Esse texto foi modificado algumas vezes, por conta da oposição militar surgida à CNV. Temia-se uma revisão da Lei da Anistia de 1979. Além disso, os militares também exigiam que a comissão tratasse das organizações de esquerda que foram participantes da luta armada. A expressão “repressão política” foi abolida do projeto, após o conjunto de reclames feitos por integrantes das Forças Armadas. Por fim, vale lembrar que o período de análise foi ampliado. Inicialmente, compreendia os anos de 1964-1985, passando a contemplar o recorte de 1946-1988. A conclusão dos trabalhos do GT se deu no mês de abril de 2010 quando o PL nº 7.376/10 foi encaminhado ao Congresso Nacional.

O pacto conciliatório firmado na Anistia ficou em evidência na sessão da Câmara que aprovou a criação da CNV, em 2011<sup>65</sup>. De forma quase unânime, mesmo com a existência de divergências político-partidárias, houve a preocupação entre os parlamentares de não reabrir as feridas do passado ditatorial, para que não se causassem revanchismos no país.

A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela lei 12.528/2011 e instituída em maio de 2012 pela presidenta Dilma Rousseff. Durante dois anos, o colegiado

---

<sup>64</sup> Decreto nº 7.037/2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm)>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

<sup>65</sup> Câmara aprova criação da Comissão da Verdade. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/09/camara-aprova-criacao-da-comissao-da-verdade.html>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

constituído a fim de apurar as denúncias de violações aos direitos humanos, entre 1946-1988 no Brasil, colheu 1120 depoimentos (sendo 132 de agentes militares), produziu 21 laudos periciais e realizou 80 audiências públicas em 15 estados da federação.

O nome escolhido, Comissão Nacional da Verdade, já deixava claro o objetivo de produzir uma verdade que correspondesse aos fatos objetivos da repressão, e não aos fatos alegados pelas “verdades oficiais” das Ditaduras, que sempre negaram qualquer tortura ou desaparecimentos forçados de militantes (NAPOLITANO, 2014, p.320). Além disso, era necessário romper com o silêncio mantido pelos agentes, quando interrogados, ou questionados sobre o período.

Silenciar sobre os tempos da Ditadura no Brasil, serviria, segundo os militares, como a etapa inicial do esquecimento da sociedade. Além do mais, consideravam o fato de que,

[...] o direito subjetivo à memória nem sempre [conseguiria] dar conta de todas as contradições objetivas da história, abrindo espaço para vitimizações, distorções ideológicas, ou mesmo para a invenção de um passado que nunca existiu (NAPOLITANO, 2014, p. 322).

Em 2012, após a instalação da CNV houve um crescimento das estratégias revisionistas, intensificadas após a divulgação do relatório final da Comissão, em 2014. Tais estratégias contribuíram para as disputas de narrativas relacionadas à Ditadura militar<sup>66</sup>.

Com a instalação da CNV, alguns focos militares se agitaram, sobretudo entre os oficiais da reserva, fazendo eco em algumas vozes civis de direita, ainda minoritárias no debate. A principal argumentação é que a “Comissão” é revanchista e parcial, focando apenas as violências dos agentes do Estado e esquecendo a dos guerrilheiros de esquerda. Diga-se, uma argumentação frágil, pois, independentemente de qualquer consideração de ordem ideológica, o fato é que a maioria dos guerrilheiros foi de alguma forma punida, com prisão, exílio, tortura e morte. Já os agentes do Estado que participaram de atos ilícitos e crimes de lesa-humanidade sequer foram

---

<sup>66</sup> Em 10 de dezembro de 2014, o Clube Militar, associação civil com sede no Rio de Janeiro, composta por oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, publicou uma nota, em sua página oficial, assinada pelo general Gilberto Rodrigues, intitulada Relatório Requentado. Em uma das passagens do texto, o líder da entidade à época afirmou que o Relatório Final da CNV, era “uma coleção de meias verdades, calúnias, e mentiras inteiras, embaladas com pedaços de verdade cuja divulgação confirma a orientação socialista dos comissários”. Em suma, é perceptível o caráter anticomunista e revisionista da nota. Mais sobre isto: Clube Militar vê coleção de 'calúnias' em relatório da Comissão da Verdade. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/relatorio-e-absurdo-em-nome-da-causa-socialista-diz-clube-militar.html>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020. A nota está disponível na íntegra em: <<http://rplib.com.br/index.php/artigos/item/4479-relatorio-requentado>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

mencionados ou intimados oficialmente pela justiça (NAPOLITANO, 2014, p. 332).

Foi nesta conjuntura que Bolsonaro ampliou sua visibilidade na opinião pública, sobretudo, nos setores negacionistas e ufanistas ao “regime militar”. Como destacamos, desde os anos 1990 o capitão reformado do Exército proferia declarações polêmicas relacionadas à Ditadura, e em alguns casos era criticado por oficiais da alta cúpula das Forças Armadas.

Durante os anos do governo Dilma e com o surgimento da CNV, o ex-militar e então deputado federal pelo Partido Progressista do Rio de Janeiro, semanalmente, era entrevistado em programas de auditório e entretenimento veiculados no horário nobre. Em tais ocasiões evidenciava seu conservadorismo a partir de temas como casamento homoafetivo, política sobre drogas, e através da defesa da moral e dos bons costumes. Vez por outra ainda tecia elogios à Ditadura militar no Brasil, chegando a mencionar o temor de um perigo comunista em nossa República.

Diante do cenário de desgaste dos governos do PT, as vozes discordantes das diretrizes políticas petistas ganharam destaque nas mídias tradicionais e nas redes sociais. Em 11 de fevereiro de 2011, quando Bolsonaro ainda compunha os quadros do Partido Progressista (PP), assinou um artigo na coluna Opinião da *Folha de São Paulo*, intitulado “Comissão da inverdade”<sup>67</sup>, criticando o Projeto de Lei de criação da CNV. O parlamentar abriu o artigo exaltando a ordem e a hierarquia presentes nas Forças Armadas. Em seguida, afirmou que a esquerda havia chegado ao poder, pelo voto, graças aos militares que impediram uma revolução do proletariado. Novamente, como se lê no artigo, Bolsonaro enaltece os militares, apontando que o período em que estiveram à frente da República representou “20 anos de ordem e de progresso”<sup>68</sup>. Porém, duas dimensões não foram mencionadas pelo parlamentar sobre esse período. Primeiro, a grave crise econômica que tomou os anos 1980, considerados como “a década perdida”. E a baixa aceitação da sociedade civil em relação aos militares nos anos finais da Ditadura.

---

<sup>67</sup> A comissão da inverdade. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1101201107.htm>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

<sup>68</sup> A comissão da inverdade. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1101201107.htm>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

O ponto-chave do texto é observado quando Bolsonaro cita exemplos de ações bem-sucedidas dos movimentos de guerrilha urbana e, a partir disso, afirma que o “regime, dito de força, negociou e foi além das expectativas dos derrotados ao propor anistia até mesmo para crimes de terrorismo praticados pela esquerda”.<sup>69</sup> Assim, os objetivos do texto ficam claros: criticar os trabalhos desempenhados pela CNV e proteger a Lei da Anistia de modificações, pois, uma vez que isso acontecesse, agentes do Estado receberiam as devidas punições por seus atos durante a Ditadura. O autor completa a narrativa tecendo uma crítica ao governo, afirmando que “no poder, eles querem escrever a história sob sua ótica, de olhos vendados para a verdade”. Segundo o então parlamentar, a comissão seria parcial, pois quem a comporia era indicado pela presidenta Dilma Rousseff e, para que houvesse veracidade nos fatos apurados, integrantes dos Clubes Naval, Militar e da Aeronáutica deveriam integrar o grupo.

Além disso, direcionou críticas ao fato de que os crimes a serem aferidos seriam apenas os dos militares, tergiversando os atos cometidos pela esquerda, que estaria buscando, com a comissão, “passar para a história como a grande vítima que lutou pelo Estado Democrático atual, invertendo completamente o papel dos militares”<sup>70</sup>. Nesse ponto do texto, Bolsonaro destaca que os militares apenas haviam atendido a solicitações de entidades da sociedade civil: Igreja, empresários, agricultores e mulheres (nesta parte, sem querer, confirma o caráter Civil-Militar do Golpe de 1964). Por fim, o autor se coloca como porta-voz das Forças Armadas, indicando que elas nunca se ausentaram das responsabilidades que lhes cabiam e que, em nome da verdade, mais uma vez, não se ausentariam e estariam dispostas a cumprir seu papel, caso fosse necessário.

O referido artigo saiu logo após as primeiras sessões em que a matéria da criação da Comissão da Verdade entraria em votação para aprovação na Câmara, fato que aconteceu apenas sete meses depois, no dia 21 de setembro de 2011. Na sessão, Bolsonaro se exaltou. Em discurso no plenário da Câmara, afirmou que “os argumentos para a criação da comissão são piadas”. Além disso, proferiu ofensas à presidenta Dilma Rousseff e aos parlamentares favoráveis à aprovação do projeto.

---

<sup>69</sup> A comissão da inverdade. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1101201107.htm>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

<sup>70</sup> A comissão da inverdade. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1101201107.htm>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.



Segundo Bolsonaro, as verdades sobre o período seriam apagadas com a comissão, e, repetindo argumentos de seu artigo para a *Folha*, aos gritos, disse que houve ligação entre a atividade de guerrilha e Fidel Castro, assim como que os guerrilheiros tinham feito cursos em Cuba, Coreia do Norte e China. Na realidade, todo esse afinco em criticar a aprovação do Projeto de Lei e os trabalhos da comissão representava o temor de que se modificasse a Lei da Anistia, possibilitando uma expansão nas ideias a que se destinava inicialmente, ou seja, o perdão político a torturadores e torturados.

Gostaríamos de destacar nesse momento a similaridade entre o discurso anticomunista de Bolsonaro e os argumentos apresentados no *Guia politicamente incorreto*. Ambas as argumentações são baseadas em termos pós-factuais. A referência ao “perigo vermelho” como justificativa para os acontecimentos pós-1964 são muito semelhantes. E curiosamente, o sucesso editorial do livro e a ascensão política-midiática de Bolsonaro aconteceram na mesma conjuntura.

Mesmo com a oposição de Bolsonaro, e as ideias do *Guia*, a CNV foi criada e desenvolveu seus trabalhos, entre 2012 e 2014. Em 10 de dezembro de 2014, dia internacional dos direitos humanos, ocorreu a solenidade de entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, com a participação de ex-presos políticos, entre eles, a presidenta Dilma Rousseff, parlamentares e familiares de desaparecidos no período. Dividido em três volumes, compostos por 18 capítulos e nove textos temáticos, o relatório trata de graves violações aos direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. Vale ressaltar que o terceiro volume do texto possui 29 recomendações, com base na legislação brasileira, relacionadas ao assunto elucidado. Contudo, nenhuma dessas recomendações expressa a “revisão” da Lei da Anistia.

Nesse período emergiram autores e editoras especializadas em publicar “novas versões” sobre a história do país, caso dos *Guias politicamente incorretos*. Como dissemos, parte desses argumentos alimentaram a retórica do deputado Bolsonaro. Em ambiente de “tempestade perfeita” contra o governo Dilma Rousseff, alguns discursos — antes vistos como exóticos — estavam em consonância com as teses defendidas por amplos setores da sociedade. De tal maneira, o discurso de Bolsonaro rompeu seu círculo de eleitores e atingiu milhares de brasileiros. Em tempos de relativização do passado, o ufanismo da “intervenção militar” passou a ser defendido publicamente como alternativa para impedir a “implantação do comunismo” no Brasil.

Períodos históricos como os analisados neste capítulo reforçam a ideia da existência permanente de reflexos do passado em nossa contemporaneidade. Portanto, é necessário que nosso tempo seja analisado, compreendido, mas não justificado. Temos a responsabilidade de fazer o possível para que traumas históricos emblemáticos, como os já analisados neste texto, não aconteçam novamente. Compreender não significa aceitar as práticas desenvolvidas nessas épocas, mas considerar que, de certa maneira, elas ainda não estão ultrapassadas e seguem sendo combatidas. Surge aqui a importância da história e dos bons usos da memória.

Em suma, negar a história, não é o mesmo que revisá-la. E mesmo esse processo de revisão deve ser feito com responsabilidade. A partir do momento em que se nega algo comprovadamente existente, o que parecia ser um revisionismo transforma-se em negacionismo. Por fim, revisionismo e negacionismo ainda se diferem do saudosismo, que significa uma admiração exacerbada por aspectos do passado, no que tange a comportamentos, hábitos, princípios e ideias. A melancolia em tratar desses aspectos evidencia uma espécie de nostalgia por parte do indivíduo que a transparece.

De acordo com as particularidades referentes aos três termos — negacionismo, revisionismo e saudosismo — fica evidente que no Brasil ocorre a prática do revisionismo histórico. O processo é explicado pela ação de lembrar e, de certa forma, de reinventar versões sobre o período da Ditadura. Dentro desta dimensão destaca-se o anticomunismo, elemento que justificou golpes de Estado no Brasil e duas experiências ditatoriais, a do Estado Novo, com Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, e a Ditadura Militar, entre 1964 e 1985.

Isto posto, cabe observar que, os abusos da memória, seja na hora de escrever a história, seja através dos discursos bolsonaristas, buscaram evidenciar o antipetismo. A construção de uma versão “positiva” sobre a Ditadura militar foi uma das abordagens mais utilizadas para hostilizar os governos do PT. Além disso, a visão revisionista flertou com uma reinvenção anticomunista contrária aos anos de governo do lulopetismo, assim como dos elementos ligados a tal conjuntura.

Em suma, os governos reformistas da Nova República representaram a tentativa de construir uma normalidade democrática na política brasileira. Apesar de contradições, a democracia tem se afirmado durante 30 anos ininterruptos.

O bolsonarismo, por sua vez, tem buscado o retorno a um passado traumático e autoritário, que deve permanecer onde está, no pretérito. Assim, a normalidade democrática da Sexta República frente à ascensão bolsonarista retrata de forma literal o embate de ideias e práticas na política brasileira reproduzidas numa disputa de narrativas entre a modernidade e as forças do atraso.

## CAPÍTULO 2

### DEMOCRACIA X DITADURA

*Memória de um tempo onde lutar  
Por seu direito  
É um defeito que mata  
São tantas lutas inglórias  
São histórias que a história  
Qualquer dia contará  
De obscuros personagens  
As passagens, as coragens  
São sementes espalhadas nesse  
chão.*

Pequena Memória Para um Tempo sem  
Memória (A Legião dos Esquecidos) [1980]  
(Gonzaga Jr)

A Sexta República construiu sua memória a partir das experiências obtidas em nossa última fase autoritária: a Ditadura militar. É válido reforçar o fato de que a institucionalidade, e mesmo determinadas diretrizes jurídicas presentes na atualidade remetem a esse passado. Assim, a contemporaneidade brasileira possui a Ditadura como uma espécie de evento não superado, que determina situações sociopolíticas.

Desde o início do trabalho da *Comissão Nacional da Verdade*, em 2012 e da efeméride dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, em 2014, acontece, no Brasil, uma disputa de narrativas, relacionada à memória e à versão oficial sobre o que de fato ocorreu no país entre as décadas de 1960 e 1980. O conflito é representado por grupos da sociedade que demonstram preferências distintas, entre o esquecimento e o elogio aos acontecimentos do período, ou mesmo no que tange à memória, verdade e justiça.

O Brasil bolsonarista é revisionista. Nossa conjuntura está marcada por revisionismos de várias ordens. Sendo assim, o tempo presente brasileiro atravessa uma “febre memorialística” relativista. Por exemplo, durante os anos de 2015 e 2016, ocorreram manifestações, em várias cidades brasileiras, contrárias ao lulopetismo. Foi possível observar nelas grupos mais radicais. Segundo a pauta extremista, a solução

para “todos os problemas” passava por uma intervenção militar como forma de superar os “males” do governo Dilma<sup>71</sup>.

Desse modo, os grupos que foram, e que ainda vão, às ruas pedir intervenção militar defendem um tipo de “passado que nunca existiu”. Segundo suas versões da história recente os setores militares foram superiores aos civis. Ao listar as justificativas revisionistas os militares seriam: mais patriotas, mais preparados tecnicamente e, principalmente seriam um exemplo de retidão moral. Assim, o retorno dos militares ao poder sanaria os principais problemas do país: a corrupção, o comunismo e as ameaças à “família tradicional”. Ou seja, os enxergam como os únicos capazes de resolver os problemas da nação.

Eventos ligados a uma visão apologética da Ditadura também aconteceram em 2018, e agitaram a opinião pública brasileira. Entre os dias 21 de maio e 1º de junho do ano citado, a categoria dos caminhoneiros paralisou suas atividades em todo o território nacional. Os grevistas manifestavam-se contra os frequentes reajustes no preço dos combustíveis, principalmente do óleo diesel. Todavia, durante as ações do grupo paredista, ocorriam, de forma isolada, pedidos de intervenção militar como forma de resolver o imbróglio junto ao governo<sup>72</sup>.

O segundo caso sucedeu em 1º de outubro de 2018, quando o ministro e atual presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, se referiu ao Golpe Civil-Militar de 1964 como apenas um “Movimento”, e não como um regime de exceção imposto através da força<sup>73</sup>. Nas palavras de Toffoli: “Hoje, não me refiro nem mais a

---

<sup>71</sup> Protestos em ao menos 17 Estados pedem de impeachment a intervenção militar. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603185-protestos-em-17-estados-pedem-de-impeachment-a-intervencao-militar.shtml>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020. Mais sobre isto: DÊNIA PASSOS. Protesto Intervenção Militar - Copacabana - agosto de 2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=dnyNe7Yi\\_Pg](https://www.youtube.com/watch?v=dnyNe7Yi_Pg)>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>72</sup> Ideia de intervenção militar move caminhoneiros em greve. **Correio Braziliense**. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/05/30/internas\\_economia,684890/ideia-de-intervencao-militar-move-caminhoneiros-em-greve.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/05/30/internas_economia,684890/ideia-de-intervencao-militar-move-caminhoneiros-em-greve.shtml)>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

Mais sobre isto: MARCOS UMBERTO. 28/05/2018, **Caminhoneiros pedindo Intervenção Militar**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U65agEWcK38>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>73</sup> Toffoli diz que hoje prefere chamar golpe militar de “movimento de 1964”. **Folha de São Paulo**. <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/toffoli-diz-que-hoje-prefere-chamar-Ditadura-militar-de-movimento-de-1964.shtml>>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

golpe nem a revolução. Me refiro a movimento de 1964”<sup>74</sup>. O ministro sustentou seu argumento utilizando como base a análise de Daniel Aarão Reis Filho sobre a deposição de João Goulart. Este historiador rebateu a fala do presidente do Supremo, em entrevista ao jornal *El País*, repudiando a visão sobre 1964 que, segundo ele, recebe um novo significado pela extrema direita. De acordo com Reis Filho,

[...] a interpretação é vesgamente enviesada, procura um ponto de equilíbrio que não existe em história e tem como resultado a absolvição histórica do golpe e dos golpistas. No limite, e este limite foi agora ultrapassado pelo Toffoli, preconizam deixar de se falar em Ditadura<sup>75</sup>. (informação verbal)

Dessa maneira, afirmamos a expressão multifacetada do revisionismo bolsonarista. Seus argumentos revisionistas estão presentes em diferentes ambientes, situações e instâncias da sociedade brasileira. Isto é, o revisionismo se manifesta por meio de ações da classe média e dos caminhoneiros, pedindo por intervenção militar, assim como via declarações do presidente do STF.

Além disso, afirma-se que o revisionismo se traveste em negacionismo histórico, defendendo a legalidade institucional, a partir do uso da força, como o único modo de resolver os problemas da nação. Em suma, são indícios que revelam a existência de uma tendência na sociedade brasileira, acelerada a partir de 2013, de relativizar e institucionalizar o revisionismo elogioso à Ditadura.

Conforme afirma Marcos Napolitano (2015), o revisionismo brasileiro se orienta a partir de algumas nuances, a maioria delas ligada ao passado atinente à repressão da Ditadura iniciada em 1964. Nas palavras do autor, as características são:

a) negacionismo que recusa a existência de tortura a presos políticos; b) nostalgia que representa a Ditadura como época de prosperidade, honestidade pública e segurança aos trabalhadores; c) autoritarismo conservador como saída legítima para a crise política e moral brasileira, rejeitando valores liberais ou socialistas; d) elitismo como forma de explicar a crise moral da sociedade brasileira da era PT; e) moralismo que vê a política como reino da corrupção e prega uma cruzada moral para regenerar as instituições corrompidas pelo “lulopetismo” (NAPOLITANO, 2015, p. 34).

<sup>74</sup> MUDABRASIL. **Dias Toffoli diz que prefere chamar o regime militar de Movimento de 1964**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5JhiUMUSVhM>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020. Vale mencionar que o canal em questão, no qual a declaração de Dias Toffoli se encontra na íntegra, é bolsonarista e exalta a posição do ministro.

<sup>75</sup> “Toffoli imagina amaciar a extrema direita com acenos conciliadores”, diz historiador citado por ministro. **El País**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538497133\\_463693.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538497133_463693.html)>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

O negacionismo é a vulgarização de ideias, fatos e elementos indiscutíveis que ganham espaço na opinião pública, pois se integra ao processo histórico e, muito em particular, à história política: se a história é também explicação do passado, não existe explicação completa sem que seja elucidado o papel desempenhado pela opinião pública (BECKER, 2003, p. 201). Todavia, não é por desempenhar um papel no processo histórico que a opinião pública tenha razão. Em suma, é analisando a ideologia e sua popularização em meio à sociedade que observamos os usos e abusos da memória sendo desenvolvidos de maneira mais usual.

Manipular a história é a expressão do desenvolvimento de um processo ideológico que orienta a construção de narrativas. Nesta perspectiva, a manipulação ocorre de maneira complexa, e analisar ou mesmo entender a sustentação desse movimento requer cautela, pois, a partir da construção de memórias por determinados grupos, contrafações podem ocorrer na história, tornando fatos irreais, oficiais.

Estamos imersos em tempos negacionistas. A formação do pensamento vigente no Brasil apresenta heranças do período ditatorial. O pacto de conciliação e de acomodação, que findou os governos militares e que ascendeu ao poder um civil, fez com que, institucionalmente, a sociedade se guiasse por uma união pela paz, buscando o desenvolvimento social e ainda criando certo esquecimento relacionado à repressão.

À época, a sociedade civil preferiu obliterar sobre a real necessidade em se julgar os crimes da Ditadura, em outras palavras, não havia demandas significativas da sociedade civil para responsabilização penal dos membros do aparato repressivo. Naquele contexto, construir um novo Brasil estavam na ordem do dia. O pronunciamento de Tancredo Neves, em entrevista coletiva, no dia 17 de janeiro de 1985, como o primeiro civil a assumir a Presidência da República, após 21 anos de Ditadura, confirma essa hipótese:

Os fatos ocorridos no Brasil foram deveras lamentáveis. Mas alcançamos, por decisão praticamente unânime no Congresso Nacional, a anistia. Ela é abrangente e recíproca. Ela atinge todos os lados e todos os departamentos, todos os setores da vida social brasileira. Reabrir esse processo seria implantar no Brasil o revanchismo, e não cuidaríamos nem do presente, nem do futuro. Todo o nosso tempo seria pequeno para voltarmos a esse rebuscar, a essa revisão, a esse processo de inquirição sobre o passado. Não creio que a sociedade brasileira aspire por isso (NEVES, 1985 *apud* NAPOLITANO, 2015, p. 23).

À vista disso, a análise de Tancredo Neves serve ao país até os tempos atuais, e explica o motivo de nossa democracia se mostrar frágil em alguns momentos. Durante os 30 anos que separam a promulgação da Constituição Federal de 1988 da eleição de Jair Bolsonaro, o pacto conciliatório esteve em vigor. Concretamente, as discussões sobre o passado autoritário sempre foram vistas como tabu por diversos setores da elite política brasileira. Além desse fato, o receio e a omissão em tratar do tema Ditadura nos apresentaram eventos no mínimo curiosos. Citamos, como exemplo, o fato mencionado no capítulo anterior sobre a promulgação da CNV no Congresso Nacional, quando membros de partidos opositores se uniram a partir da ideia de que a comissão deveria tomar os cuidados devidos ao apurar os crimes do período, pois o trabalho desenvolvido não poderia levar o país ao revanchismo.

Entretanto, é necessário discutir se, na verdade, o revanchismo temido pelos parlamentares representa a justiça sendo feita, ao invés de algo ligado apenas à reparação por desagravo. Questionamos por não ter ocorrido julgamento dos crimes políticos ocorridos durante a Ditadura no Brasil, além de que aqueles que foram resistência ao regime à época, sendo participantes da luta armada ou não, foram execrados e sofreram punições baseadas na jurisprudência vigente no período. Em contrapartida, reforçamos, seus perpetradores e algozes permanecem impunes na atualidade, ou morreram sem pagar por suas ações.

O uso do passado, no debate público, atende a critérios que, não necessariamente, são de comprovação e verificação da veracidade histórica. De fato, sua utilização está servindo para o fortalecimento de identidades políticas e ideológicas que, mediante orientação, visam o esquecimento dos fatos oficiais relacionados à repressão. Segundo a análise de Marcos Napolitano, mencionada acima, isso pode ser chamado de nostalgia tendo em vista que a exaltação do autoritarismo é nostálgica. De certa forma, a “comemoração” do que foi a Ditadura não ocorre apenas quando ela é festejada no sentido estrito da palavra, mas também quando ela é saudada, mesmo longe no tempo e no espaço.

O revisionismo bolsonarista é nostálgico, pois sustenta lembranças elogiosas sobre o período da Ditadura. Aponta “benfeitorias” desenvolvidas na administração pública pelos governos militares. Exalta uma suposta salvação nacional advinda com o Golpe Civil-Militar de 1964, que não é designado de Golpe, mas sim de “Revolução”. Vale mencionar o fato que esse discurso se fundamenta na ideia de que o “perigo



comunista” era uma ameaça estrangeira. Ou seja, mesmo o comunismo longe ou inexistente, ainda aparece como um temor. Em suma, a Ditadura ficou no passado, mas ainda se apresenta como alternativa, na atualidade, para, de certa maneira, moldar o futuro. Finalmente, a defesa da “intervenção militar” se manifesta como contemporânea, uma vez que há variadas demandas na sociedade que ainda não foram resolvidas e, como indica o título desta dissertação, representam uma imersão entre o passado e o presente.

O autoritarismo liga-se ao revisionismo bolsonarista uma vez que este se estabelece sobre julgamentos. Em outras palavras, as pesquisas científicas buscam analisar os fatos e não os julgar. O revisionismo, por sua vez, quer julgá-los, e faz isso indicando parâmetros morais. Isso se dá porque a chance de conseguir simpatizantes a esse ideário é maior quando se inserem nos debates, por exemplo, questões ligadas a uma ética pautada nos bons costumes. Sendo assim, para os que se baseiam nessa visão, o fato de a Ditadura ter derrotado o “comunismo ateu”, ou eliminado os guerrilheiros que assaltavam bancos ou sequestravam pessoas torna as ações do regime legítimas.

Os dois últimos pontos elencados por Marcos Napolitano (2014), o elitismo e o moralismo, também estão associados ao tempo presente brasileiro. O antipetismo representa, na atualidade, o conceito fundamental que orienta o Poder Executivo. As mazelas sociais do país, advindas de outras épocas, são associadas pelos bolsonaristas aos 13 anos de lulopetismo no governo. A solução encontrada para esse problema foi o empreendimento de uma “cruzada ideológica” que visava execrar aqueles que simpatizam com o PT, ou mesmo as políticas públicas universais, que não necessariamente foram petistas, mas direitos humanos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 restabeleceu a democracia brasileira. A promulgação da lei máxima do país visou a manutenção do Estado Democrático de Direito. Exaltar o Golpe Civil-Militar de 1964 em tom de comemoração acrítica é uma demonstração de engajamento com as propostas bolsonaristas. Em síntese, rever o passado, criando versões alternativas para a história em benefício de um projeto político pessoal é uma indicação do nível de adesão às políticas do governo federal em relação a esse aspecto, isto é, a rememoração de fatos relacionados à Ditadura no Brasil de forma elogiosa.

Em suma, o discurso de uma facção política com elementos ligados ao senso comum está transformando o revisionismo em política de governo no Brasil. Contudo, antes de analisar as intenções bolsonaristas, no que corresponde a sua visão revisionista da Ditadura, é necessário explanar sobre os desdobramentos políticos que resultaram na chegada de Jair Messias Bolsonaro ao poder. Nesse sentido, o Golpe de 2016 será contextualizado como o momento de triunfo das teses e das narrativas da extrema direita, no geral, e do bolsonarismo, em especial.

## 2.1 “UM ACORDO NACIONAL COM O SUPREMO E COM TUDO” – O GOLPE DE 2016

Concordamos com os analistas que indicam o Golpe de 2016 como o ponto de ruptura que dividiu a história da Nova República brasileira<sup>76</sup>. Se o pacto da Constituição Federal de 1988 começou a ser quebrado na deposição de Dilma Rousseff, entendemos que os problemas relacionados à transição do militarismo para a democracia, surgidos ao fim da Ditadura<sup>77</sup>, influenciaram no decurso político que encerrou a chamada “era lulopetista”.

O caráter golpista de 2016 guarda semelhanças e diferenças com o Golpe de 1964. A semelhança principal está ligada ao fato de ambas as deposições terem sido desenvolvidas a partir de uma reunião de interesses. De acordo com Napolitano o Golpe Civil-Militar de 1964 “[...] envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo [...]. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores (NAPOLITANO, 2014, p. 44). Por sua vez, o evento de 2016 foi um Golpe sem armas e militares, não se utilizou o belicismo para se empreender a sedição, todavia inclinações confluentes e propensas, de grupos diversos, estavam na ordem do dia. Sendo assim, a experiência golpista de 2016 pode ser considerada palaciana. Quando

---

<sup>76</sup> Mais sobre isto: **Democracia em risco?** – 22 Ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

<sup>77</sup> Mais sobre isto: BARAHONA DE BRITO, Alexandra. “Justiça transicional” em câmara lenta: o caso do Brasil. In.: PINTO, António Costa. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **O passado que não passa**: a sombra das Ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.235-260.

ocorre um evento dessa natureza, “[...] os insurretos visam unicamente a substituir os líderes políticos, a participação popular é nula, a duração da luta brevíssima e a violência interna limitadíssima” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999, p.1122).

O Golpe de 2016 — empreendido a partir de “um acordo nacional, com o supremo e com tudo”<sup>78</sup> (informação verbal) — tinha como objetivo depor Dilma Rousseff e colocar no poder o grupo derrotado nas eleições, isto é, o PSDB e seus aliados. Curiosamente, mesmo estando como base aliada do governo Dilma, o PMDB estreitou laços com o PSDB e o com o “Centrão”<sup>79</sup>, chegando com eles ao resultado final, o Golpe.

O movimento golpista possuía como lema “Uma ponte para o futuro”<sup>80</sup> e, inicialmente, foi liderado por Aécio Neves, candidato à Presidência pelo PSDB, derrotado por uma pequena margem de votos em relação à Dilma Rousseff nas eleições de 2014<sup>81</sup>. A partir desse evento, uma infinidade de indivíduos, entidades e organizações se aproveitaram da desmoralização pública lulopetista e “surfaram na onda” de aversão ao PT e a seus 13 anos de governo<sup>82</sup>.

Conforme Rocha (2018, p.161), “[...] foi apenas após a derrota de Aécio Neves nas eleições presidenciais que os grupos políticos razoavelmente consolidados, formados a partir [de] contra-públicos digitais, passaram a se unificar de fato contra o

---

<sup>78</sup> Fala de Romero Jucá, presidente do PMDB nacional e ex-líder do partido no Senado Federal, em ligação telefônica para Sérgio Machado, presidente da Transpetro. Mais sobre isto: Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

<sup>79</sup> Na política brasileira, o termo Centrão refere-se a um conjunto de partidos políticos que não possui uma orientação ideológica específica e tem como objetivo assegurar uma proximidade com o Poder Executivo, de modo que este lhe garanta vantagens e lhe permita distribuir privilégios por meio de trocas de favores. Apesar do nome, o grupo não necessariamente possui espectro político-ideológico centrista, pois, na verdade, é um agrupamento de siglas com orientação conservadora, geralmente composto por parlamentares com pouca influência na Casa de leis, e que atuam conforme seus próprios interesses, ou seja, desenvolvendo o fisiologismo.

<sup>80</sup> Nome dado à plataforma de governo utilizada pelo governo Michel Temer após o Golpe de 2016. Disponível em: <<https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

<sup>81</sup> Dilma Rousseff venceu Aécio Neves nas eleições gerais de 2014 por uma pequena margem de votos. A candidata petista foi votada por 54.501.118 eleitores, o que equivaleu a 51,64% do total. O candidato tucano por sua vez, foi escolhido por 51.041.155 pessoas nas urnas, percentual de 48,36%.

<sup>82</sup> Entre os grupos que se mobilizaram na organização de manifestações contra a reeleição de Dilma Rousseff, destacam-se os contra-públicos de internet, Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados *On-line*. A cientista política Camila Rocha desenvolveu pesquisa sobre esses vários grupamentos na tese: ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)** 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PT”. No Congresso Nacional, Jair Messias Bolsonaro, à época deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC), começou a representar uma das vozes desses grupamentos. Como destacamos, seu papel entre as oposições tornou-se mais evidente durante as manifestações de 2013 e ao longo dos trabalhos da CNV. Isso ficou explícito no decorrer da votação do afastamento da presidenta, em 17 de abril de 2016, quando o parlamentar discursou, aliando sua visão revisionista sobre a Ditadura ao antipetismo:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa. Parabéns presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo! Pela nossa liberdade! Contra o Foro de São Paulo! Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias! Pelas nossas Forças Armadas! Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!<sup>83</sup> (informação verbal)

Bolsonaro protagonizou um dos momentos mais marcantes da sessão. O voto foi favorável à continuidade do processo e, durante sua fala, deixou visível ser um entusiasta da Ditadura, homenageando o ex-torturador e chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) na década de 1970, Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>84</sup>. Vale mencionar que Ustra foi o primeiro militar condenado pela Justiça brasileira por tortura durante a Ditadura militar. Além disso, Bolsonaro fez alusão às torturas sofridas pela ex-presidenta nos idos dos anos 1960 e 1970, período no qual participou de movimentos guerrilheiros contrários à Ditadura no Brasil.

---

<sup>83</sup> INFORMA BRASIL TV. **Voto de Bolsonaro no impeachment**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=26-CoLfy920>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>84</sup> Carlos Alberto Brilhante Ustra nasceu em 1932, na cidade de Santa Maria (RS) e faleceu em 15 de outubro de 2015, em Brasília. Durante a Ditadura militar no Brasil (1964-1985), atuou como chefe do DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, nos anos de 1970 a 1974. Sua patente no Exército Brasileiro era a de Coronel. Também era conhecido pelo codinome Dr. Tibiriçá, utilizado nas sessões de tortura em presos políticos contrários ao regime. Uma de suas vítimas mais ilustres é a ex-presidenta Dilma Rousseff. Em 2008, Ustra foi o primeiro militar condenado pela Justiça Brasileira por ter sido torturador durante o período de exceção. Dois livros foram escritos por ele sobre o período, fazendo uma espécie de autodefesa: *Rompendo o Silêncio*, publicado em 1987, e o mais famoso, *A Verdade Sufocada*, publicado em 2006. Abertamente, o Presidente Jair Bolsonaro, em entrevista ao Programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, em maio de 2018, declarou que esse é seu “livro de cabeceira”. De acordo com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, enquanto Ustra esteve à frente do órgão, houve 40 mortes, em 40 meses, e uma denúncia de tortura a cada 60 horas. O Comitê dos Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo relaciona Ustra diretamente com mais 60 mortes e desaparecimentos. A Comissão Nacional da Verdade, em seu Relatório final, registrou pelo menos 502 casos de tortura e mais de 40 assassinatos ocorridos no DOI-Codi sob o comando de Ustra.

Saudar um torturador e a Ditadura, em uma sessão ordinária de uma casa legislativa, é crime de responsabilidade para o qual cabe o afastamento do parlamentar, contudo, na ocasião, nada aconteceu. Pelo contrário, tal declaração serviu para potencializar a imagem do “capitão” entre a população, sobretudo, nas redes sociais. Essa postura continuou a partir da posse de Bolsonaro na Presidência. Dessa forma, como veremos adiante, aconteceram outros eventos em que os tempos da Ditadura foram exaltados, principalmente após Bolsonaro se tornar presidente da República.

O *impeachment* de Dilma foi aprovado na Câmara dos Deputados e levado à votação no Senado, tendo sido também aprovado, em 31 de agosto de 2016, por 61 votos favoráveis e 20 contrários. Consideramos correto chamar essa manobra política travestida de legalidade de Golpe de 2016.

O Golpe de 2016 deixou um legado: a aceleração do desmonte do Estado e de suas políticas públicas, o aumento dos privilégios da burguesia industrial e estrangeira, assim como a ascensão das “Novas Direitas”, mas também colocou em evidência o fisiologismo. Nas eleições de 2018, os “cabeça de chapa” que concorreram à Presidência, principalmente no campo progressista, redobram a atenção ao escolherem o candidato a vice. O assunto ganhou destaque, inclusive, entre a opinião pública, porque Michel Temer tinha passado de um vice decorativo, como ele mesmo se intitulou numa carta a ex-presidenta Dilma<sup>85</sup>, a “traidor”, quando se transformou na solução para “estancar a sangria”<sup>86</sup> da Lava Jato.

O plano inicial daqueles que conspiraram contra o lulopetismo não se concretizou, saindo do controle de seus idealizadores. O “clã” bolsonarista, ou seja, políticos aliados, personalidades e *influencers*, fizeram uso intenso do antipetismo,

---

<sup>85</sup> Mais sobre isto: Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. **G1**, em 7 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

<sup>86</sup> A expressão destacada, utilizada por Romero Jucá, pode ser traduzida como “conter o avanço da Operação Lava Jato, modificando o governo”, ou seja, foi na ligação mencionada na nota 3 que, de certa maneira, o Golpe Parlamentar contra Dilma Rousseff foi arquitetado.

além dos disparos instantâneos de mensagens falsas<sup>87</sup>, as chamadas *Fake News*<sup>88</sup>, para vencer o pleito de 2018.

A vitória de Bolsonaro nas urnas surpreendeu o mundo político institucional. Em síntese, deve ser analisada levando em consideração a conjuntura pós-2013, e principalmente como um desdobramento do Golpe de 2016. O sucesso eleitoral foi uma consequência do antipetismo, que serviu de pretexto para a deposição de uma presidenta democraticamente eleita. O triunfo bolsonarista se inscreve num movimento mundial de forças antiemancipatórias, considerado por alguns autores como uma direita radical<sup>89</sup>. O objetivo desses grupos não é a liquidação direta e imediata da democracia, mas, sim, a sua ocupação. Assim, o Estado Democrático é solapado de fora para dentro, algo semelhante a uma infestação de cupins num tronco.

Em suma, o Golpe parlamentar de 2016 utilizou o rito democrático para destruir a democracia internamente e, de certa maneira, isso é ser antidemocrático, utilizando aqui a palavra em sua forma estrita. Além disso, experiências golpistas desenvolvidas por meios legais, como foi o Golpe de 2016, são adversas à sociedade. A coletividade é feita refém de figuras que despontam como uma espécie de libertação política nacional, mas, que na realidade, acabam influenciando amplos seguimentos a adotarem comportamentos políticos nocivos, questionáveis e anti-*establishment*. Nesse processo de radicalização temas como a defesa da Ditadura passam a ser apresentados como uma manutenção dos ditos “valores tradicionais”.

---

<sup>87</sup> Mais sobre isto: Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

<sup>88</sup> As *Fake News* sempre foram um fenômeno existente na política, mas ganharam destaque com a eleição do candidato Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2016. Podemos considerar as *Fake News* como um tipo de imprensa marrom que consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos por jornal, televisão, rádio, ou mesmo *online*, por exemplo, em redes sociais. O objetivo da proliferação dessas notícias falsas é a enganação para a obtenção de ganhos financeiros e políticos. No Brasil, o Movimento Brasil Livre (MBL), *Think Tank* brasileira ligada à *Atlas NetWork*, organização legalmente denominada *Atlas Economic Research Foundation*, sediada em Washington, D.C. e atuando, desde 1981, na defesa e propagação de concepções da direita ultraliberal, com organizações parceiras em todos os continentes, é o movimento que mais espalha *Fake News* relacionadas à esquerda brasileira, sendo um dos principais desencadeadores do golpe de 2016, que depôs Dilma Rousseff.

<sup>89</sup> Mais sobre isto: GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 17-36.

## 2.2 AS IDEIAS POR DETRÁS DE UM “MITO”

A candidatura de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente da República tornou-se oficial apenas em julho de 2018<sup>90</sup>. Contudo, desde a vitória da presidenta Dilma Rousseff nas eleições gerais de 2014, o militar reformado já demonstrava publicamente<sup>91</sup> o desejo de ser candidato, fato que se popularizou na opinião pública à época. Durante seu voto no afastamento de Dilma Rousseff, alguns parlamentares, inclusive, se referiram a ele como “o presidente”.

Em 9 de novembro de 2016, reiterou isso, durante depoimento prestado ao Conselho de Ética da Câmara, no processo que abriu contra o ex-deputado do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), Jean Wyllys, por quebra de decoro parlamentar<sup>92</sup>. Em sua declaração, o capitão afirmou: “serei candidato em 2018, gostem ou não gostem”<sup>93</sup>.

Apesar dos três meses oficiais de campanha presidencial, o projeto de Bolsonaro se processou durante dois anos<sup>94</sup>. Não obstante, a popularidade desenvolvida desde o Golpe, assim como o antipetismo, transformou Bolsonaro na opção de grande parcela da sociedade brasileira para ocupar a cadeira presidencial, conquistada em 28 de outubro de 2018.

É oportuno destacar que a produção parlamentar do capitão não foi muito expressiva. Em 28 anos de vida pública, aprovou apenas três projetos de lei dos 174 enviados à votação na Câmara. Além disso, sempre declarou ser o porta-voz dos

---

<sup>90</sup> PSL oficializa candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência, mas adia definição de vice. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/07/22/psl-confirma-candidatura-de-jair-bolsonaro-a-presidencia-da-republica.ghtml>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

<sup>91</sup> Bolsonaro: “Serei o candidato da direita à presidência em 2018. **Estadão**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/marcelo-moraes/2014/10/30/bolsonaro-serei-o-candidato-da-direita-a-presidencia-em-2018/>>. Acesso em: 3 de março de 2020.

<sup>92</sup> Durante a sessão do *impeachment*, o psolista cuspiu em Bolsonaro. Não foi suspenso de suas funções, apenas advertido pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

<sup>93</sup> Mais sobre isto: Bolsonaro diz que será candidato em 2018, “gostem ou não gostem”. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-que-sera-candidato-em-2018-gostem-ou-nao-gostem.html>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

<sup>94</sup> De capitão a presidente: conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/de-capitao-a-presidente-conheca-a-trajetoria-de-jair-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

militares no plenário. Em 1992, na ocasião da votação do *impeachment* de Fernando Collor de Mello, o voto favorável ao afastamento teria sido em nome dos militares<sup>95</sup>.

Outro fator de destaque sobre a carreira parlamentar de Bolsonaro é o fato de que suas posições relacionadas ao militarismo não mudaram. Isso é provado pelas declarações que deu, defendendo a volta da Ditadura e as ações desempenhadas no período pelas Forças Armadas. Uma de suas declarações mais famosas sobre isso foi concedida em 1999, no programa *Câmera Aberta*, da Rede Bandeirantes de Televisão<sup>96</sup>. Na ocasião, defendeu o fuzilamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, o fechamento do Congresso Nacional e a prática da tortura. Além disso, elementos e ações que fizeram parte de seu cotidiano na Câmara nos servem de exemplo para atestar suas tendências autoritárias, mesmo sendo representante do povo em um Estado Democrático de Direito.

Entre os anos de 2013-2015, nos aniversários do Golpe Civil-Militar de 1964, o então parlamentar compartilhou, em seus perfis de rede social, vídeos comemorativos, agradecendo aos militares por terem vencido o comunismo<sup>97</sup>. A gravação deles acontecia sempre em frente ao prédio do Ministério da Defesa. Nos vídeos, Bolsonaro, próximo a uma faixa amarela estendida, em que saudava os militares, soltava fogos de artifício, ao som da *Canção do Expedicionário*, canto popular do Exército Brasileiro, criado em 1944, em homenagem aos pracinhas, soldados da Força Expedicionária Brasileira participantes da Segunda Guerra Mundial. Vale lembrar que essa ação se transformou em evento oficial de seu governo,

---

<sup>95</sup>ELIVELTON MENINÃO. **RARIDADE!: Voto Jair Bolsonaro no Impeachment de Fernando Collor em 1992**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ph9lwykkBtk>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

<sup>96</sup> Bolsonaro já defendeu a tortura e o fuzilamento de FHC. Revista **Fórum**. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-ja-defendeu-tortura-e-o-fuzilamento-de-fhc-veja-o-video/>>. Acesso em: 3 de março de 2020.

Mais sobre isto: ATIVISMO PROTESTANTE. **Bolsonaro: "Sou a favor da tortura, golpe militar, fechar o Congresso nacional e matar inocentes"**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ihvl497x37c>>. Acesso em: 3 de março de 2020.

<sup>97</sup> JAIR BOLSONARO. **VIVA 31 DE MARÇO DE 64**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6q4KUxYLppQ>>. Acesso em: 3 de março de 2020. (Vídeo de 2013)

JAIR BOLSONARO. **ESQUERDA NUNCA MAIS - 31/MAR/64**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=2I\\_0pT0SDwM](https://www.youtube.com/watch?v=2I_0pT0SDwM)>. Acesso em: 3 de março de 2020. (Vídeo de 2014)

JAIR BOLSONARO. DEFESA COMEMORA O 31 DE MARÇO. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4b9ZpFeCASI>>. Acesso em 3 de março de 2020. (Vídeo de 2015)



quando assumiu a Presidência, ordenando as Forças Armadas para comemorarem a data como algo positivo<sup>98</sup>.

**Figura 1:** Deputado federal Jair Bolsonaro comemorando o Golpe Civil-Militar de 1964



Retirada de: Com faixa e rojão, Bolsonaro comemora aniversário do Golpe de 64. Revista **Fórum**. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/com-faixa-e-rojao-bolsonaro-comemora-aniversario-do-golpe-de-64/>>. Acesso em: 3 de março de 2020.

Por fim, seu gabinete no Congresso Nacional, o de número 482, desde 2005, mantinha colado na porta um cartaz com os dizeres "Desaparecidos do Araguaia. Quem procura [osso] é [cachorro]"<sup>99</sup>, além de retratos dos cinco generais-presidentes acima de sua mesa. Destarte, de acordo com o conjunto de fatos apresentado, observa-se que o revisionismo sobre a Ditadura é o princípio fundamental que orienta Bolsonaro como homem público.

<sup>98</sup> Bolsonaro determina que militares celebrem golpe de 64. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-determina-que-militares-celebrem-golpe-de-64-23549592>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

<sup>99</sup> Em 2009, o Partido Comunista do Brasil entrou com uma representação contra Bolsonaro, no Conselho de Ética da Câmara, por expor esse cartaz. O processo foi arquivado.

**Figura 2:** Porta do gabinete do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.



**Fonte:** Jair Bolsonaro: as frases polêmicas do deputado. **BOL**. Disponível em: <[http://fotos.noticias.bol.uol.com.br/imagensdodia/bolsonaro-polemica\\_album.htm?abrefoto=9&fb\\_comment\\_id=10150246531503559\\_18269466](http://fotos.noticias.bol.uol.com.br/imagensdodia/bolsonaro-polemica_album.htm?abrefoto=9&fb_comment_id=10150246531503559_18269466)>. Acesso em: 3 de março de 2020.

**Figura 3:** Gabinete do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.



**Fonte:** Novatos do PSL disputam gabinete de Bolsonaro no "chiqueirinho" da Câmara. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/10/26/novatos-do-psl-disputam-gabinete-de-bolsonaro-no-chiqueirinho-da-camara.htm>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

Durante toda a última década, em especial, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, o revisionismo bolsonarista definitivamente associou a visão positiva da Ditadura e do anticomunismo como pilares do antipetismo. Tal tese, foi difundida maciçamente em redes sociais. Nessa mesma época, como dito anteriormente, Bolsonaro se tornou popular perante a opinião pública, a partir das bandeiras levantadas e defendidas nos vários *posts* que compartilhava. Principalmente, a permanente defesa da Ditadura e dos militares, inclusive, dos notórios torturadores.

Um indicativo da aceitação da narrativa autoritária e elogiosa à Ditadura bolsonarista foi o crescimento de seguidores do “mito” nas redes sociais. Entre outubro de 2017 e outubro de 2018, o número de seguidores cresceu de forma vertiginosa. No *Instagram*, apresentou um aumento percentual de 98,77%, e no *Twitter* atingiu a marca de 90,48%, sendo 33,8% desse total composto por robôs<sup>100</sup>. O *Facebook* foi o local em que cresceu menos o número de simpatizantes, tendo aumento de apenas 17,30% no período mencionado. Todo esse arsenal discursivo foi colocado à prova no decorrer da campanha eleitoral de 2018.

### 2.3 A DITADURA SOBE AO PALANQUE: USOS DO PASSADO DURANTE A ELEIÇÃO DE 2018

Entre agosto e outubro de 2018, aconteceram as eleições gerais no Brasil. Durante o pleito, a ligação de Bolsonaro com a Ditadura foi posta em evidência por seus oponentes na disputa ao cargo de presidente. Suas declarações públicas relacionadas ao assunto, quando perguntado e durante sua trajetória política, foram bastante exploradas.

O primeiro a criticar de forma pública a visão elogiosa de Bolsonaro à Ditadura foi Geraldo Alckmin, em maio de 2018, antes mesmo de se tornar candidato oficial do PSDB à Presidência da República. Na ocasião, o pré-candidato, após se reunir com as bancadas tucanas do Senado e da Câmara à época, disse em entrevista coletiva: “Esses pré-candidatos que flertam com a intervenção militar e a Ditadura não

---

<sup>100</sup> Em nove meses, número de seguidores de Bolsonaro cresceu mais de 90%. **Poder 360**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/em-9-meses-numero-de-seguidores-de-bolsonaro-cresceu-mais-de-90/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

deveriam ser candidatos. Eles não acreditam no regime democrático." <sup>101</sup> (informação verbal)

No decorrer do 1º turno, em 15 de setembro de 2018, após realizar um comício e uma carreata na cidade de Vitória (ES), Marina Silva, em entrevista, criticou a ideia de uma Constituinte sem pessoas eleitas pelo povo. Esse projeto foi defendido pelo vice na chapa de Jair Bolsonaro, general Hamilton Mourão: uma nova Constituição seria escrita por uma comissão de notáveis e, após isso, seria submetida a um plebiscito popular<sup>102</sup>. Segundo a candidata,

[...] uma Constituinte feita sem pessoas eleitas pelo povo é golpe. Em uma democracia, a Constituição é feita por mandatos escolhidos para formar uma Constituinte. Os saudosistas da Ditadura militar podem inventar todo tipo de ilusionismo para enganar o povo, mas quem passou o trauma da Ditadura não vai se enganar. <sup>103</sup> (informação verbal)

O debate que antecedeu a votação do 1º turno das eleições de 2018 ficou marcado pelo discurso feito pelo candidato do Psol à Presidência da República, Guilherme Boulos, quando indagado pelo candidato do PT, Fernando Haddad, sobre a retirada de direitos, proposta pelo militar da reserva. O presidenciável aproveitou o momento para fazer um discurso contra a Ditadura e também contra Bolsonaro, mesmo sem citar o capitão. Nas palavras de Boulos:

Não dá para a gente fingir que está tudo bem. A gente está há meses fazendo uma campanha marcada pelo ódio. Faz 30 anos que saímos de uma Ditadura, muita gente morreu, muita gente sofreu tortura, tem mãe que até hoje não conseguiu enterrar o filho. Faz 30 anos, mas eu acho que a gente nunca esteve tão perto. Se a gente está aqui hoje, discutindo o futuro do Brasil, é porque correu sangue. Se você vai votar domingo, é porque muita gente morreu para que haja democracia. Eu nasci na Ditadura e não quero que minhas filhas vivam nela. Sempre começa assim, com arma, dizendo que tudo se resolve na porrada. Temos que dar um grito no momento e dizer: Ditadura nunca mais<sup>104</sup> (informação verbal).

<sup>101</sup> Quem promove "bagunça" e "Ditadura" não deveria ser candidato, diz Alckmin. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/05/30/quem-promove-bagunca-e-Ditadura-nao-deveria-ser-candidato-diz-alckmin.htm>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>102</sup> Vice de Bolsonaro defende nova Constituição sem Constituinte. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/vice-de-bolsonaro-defende-nova-constituicao-sem-constituente.shtml>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

<sup>103</sup> Marina Silva: "Saudosistas da Ditadura estão tentando enganar o povo". **CBN**. Disponível em: <[https://www.gazetaonline.com.br/cbn\\_vitoria/reportagens/2018/09/marina-silva--saudosistas-da-Ditadura-estao-tentando-enganar-o-povo-1014148329.html](https://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2018/09/marina-silva--saudosistas-da-Ditadura-estao-tentando-enganar-o-povo-1014148329.html)>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>104</sup> Na Globo, Boulos faz discurso contra Ditadura e fala repercute na web. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/na-globo-boulos-faz-discurso-contraditadura-e-fala-repercute-na-web/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

MÍDIA NINJA. **Fala emocionada de Guilherme Boulos sobre a Ditadura militar**. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cK5Z1ucKm-4>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

João Goulart Filho, do Partido Pátria Livre (PPL), também criticou Bolsonaro por suas posições revisionistas relacionadas à Ditadura. Em 9 de outubro de 2018, declarou apoio ao candidato Fernando Haddad, do PT, na disputa do 2º turno contra o candidato do PSL. Relembrando o Golpe Civil-Militar de 1964, que depôs seu pai, o presidente João Goulart, o candidato derrotado no primeiro turno disse:

Contra a Ditadura, a opressão, o ódio às minorias, o homofobismo, o combate ao direito dos povos autóctones, o racismo e tantas outras propostas fascistas do candidato Bolsonaro, um herdeiro golpista disfarçado de candidato dos militares, venho-me colocar ao lado das forças populares, da união nacional pelos direitos humanos, pela resistência a todo tipo de violência e opressão que possam centralmente cair mais uma vez, como a grande noite negra de 21 anos produzidos pelo golpe de 1964 e que enterrou o sonho do projeto de nação, das reformas de base.<sup>105</sup> (informação verbal)

Por fim, na semana final do segundo turno, o candidato Fernando Haddad, do PT, intensificou suas críticas em relação ao revisionismo bolsonarista. Vale mencionar que isso foi feito durante toda sua campanha. O programa que apresentou na TV, entre 22 e 26 de outubro de 2018, destacou que Bolsonaro representava o perigo da Ditadura<sup>106</sup>, pela apologia que fazia ao regime de exceção, defendendo o uso da tortura, em especial, e a repressão, no geral. No programa do petista, Bolsonaro aparecia, afirmando: “Se morrer inocentes, tudo bem”<sup>107</sup>.

Desse modo, é possível observar que diversos candidatos dos mais variados campos políticos, com a exceção de Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), a sua maneira, repudiaram as constantes sinalizações de apoio ao autoritarismo e à Ditadura, dadas por Jair Bolsonaro. Vale ressaltar que isso não impediu o avanço bolsonarista nas urnas. Como indicamos, tais elementos — o anticomunismo e a defesa da Ditadura — sempre estiveram presentes em seus discursos, sendo um dos fatores que podem indicar seu sucesso na conjuntura pós-2013. Haja vista, por exemplo, segundo pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, que o

<sup>105</sup> Goulart declara apoio a Haddad e chama Bolsonaro de "filhote de Ditadura". **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/09/goulart-apoio-haddad-ptb-voto-bolsonaro.htm>> Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>106</sup> TV 247. **Campanha de Haddad denuncia a Ditadura Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2k6aOr9Us90>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>107</sup> Bolsonaro aposta em antipetismo e moral; Haddad pede virada contra 'perigo de Ditadura'. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-aposta-em-antipetismo-moral-haddad-pede- virada-contra-perigo-de-Ditadura-23186590>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

AI-5 é o elemento da Ditadura mais conhecido por quem apoia o presidente Jair Bolsonaro. Além disso, a porcentagem de indivíduos favoráveis a um eventual retorno da Ditadura é maior entre seus apoiadores<sup>108</sup>.

Antes do início oficial de sua campanha, Bolsonaro foi entrevistado, em 30 de julho de 2018, pelo programa *Roda Viva*, da TV Cultura de São Paulo, como candidato oficial à Presidência da República, pelo Partido Social Liberal (PSL). Na ocasião, foi possível observar os vários acenos e elogios feitos por Bolsonaro ao regime de exceção iniciado em 1964. Vários assuntos, como economia, saúde, educação, plano de governo e trajetória política estavam entre os questionamentos feitos ao candidato pelos jornalistas. Contudo, o assunto Ditadura foi o mais debatido durante 1 hora e 20 minutos de perguntas e respostas.

Ao ser indagado sobre o elogio feito a Carlos Alberto Brilhante Ustra durante seu voto no *impeachment* de Dilma Rousseff, respondeu ser contrário à tortura, mas justificou o seu uso durante a Ditadura. Para o candidato, como à época o mundo vivia a Guerra Fria e o Brasil era aliado dos Estados Unidos, sendo, assim, inimigo da URSS, caso não se torturassem os contrários à Ditadura, um governo de inspirações socialistas tomaria o poder. Bolsonaro completou, relativizando a verdade histórica sobre a tortura, ao dizer que provavelmente tenha ocorrido sim alguns casos, uma ou outra maldade, todavia, segundo ele, quem diz ter sido torturado, afirma isso buscando indenizações por parte do Estado brasileiro, ou mesmo com objetivo de se projetar a nível nacional para receber votos em eleições e chegar ao poder. Finalizando sua resposta, defendeu a ideia de que apenas um lado da história da Ditadura é contado, sendo essa parte um grande equívoco de quem a sustenta. E afirmou, em tom autoritário: se “nós” (os militares) tivéssemos perdido a guerra naquele momento, seríamos uma Cuba<sup>109</sup>.

No capítulo anterior discutimos como as posições negacionistas são contraditórias à luz da história oficial. Contudo, tais ideias ganharam espaço e, principalmente aceitação em amplos setores da população. Tal fato ficou evidente na análise da repercussão do *Guia politicamente incorreto*. Assim, Jair Bolsonaro, em

---

<sup>108</sup> Apoio à democracia cai no primeiro ano do governo Bolsonaro, diz Datafolha. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/apoio-a-democracia-cai-no-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>109</sup> RODA VIVA. **Roda Viva | Jair Bolsonaro | 30/07/2018**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=464s>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.



apenas uma resposta, foi capaz de apresentar grande parte de seu repertório revisionista, construído durante anos, esclarecendo, para os que tinham dúvidas a respeito, a sua visão elogiosa acerca da Ditadura militar no Brasil.

Após Bolsonaro responder a pergunta sobre Ustra, questionaram-no acerca da condenação que o Estado brasileiro recebeu, pelo Comitê Interamericano de Direitos Humanos (CIDH), pela tortura e assassinato do jornalista Vladimir Herzog, bem como pela aplicação da Lei da Anistia no caso<sup>110</sup>.

A resposta de Bolsonaro sobreveio em forma de ataque a Herzog. Ao invés de comentar sobre a condenação dada pela entidade, perguntou à jornalista Maria Cristina Fernandes, do jornal *Valor Econômico*, o porquê de não ter ocorrido o mesmo tipo de julgamento aos responsáveis pelo atentado ao aeroporto de Guararapes (PE), em 25 de julho de 1966, arquitetado e desenvolvido pelo grupo guerrilheiro Ação Popular (AP), já que na ocasião, um jornalista também foi morto, o secretário do governo de Pernambuco, Edson Régis de Carvalho. Para completar seu questionamento em forma de resposta, o presidente exaltou a Lei da Anistia, afirmando ser a Ditadura um passado que não precisa ser revisitado. Além disso, para defender a Ditadura, citou o editorial assinado por Roberto Marinho, no jornal *O Globo*, em 7 de outubro de 1984. O jornalista e presidente do grupo Globo escreveu: “participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”<sup>111</sup>.

A jornalista que estava sabatinando Bolsonaro retrucou, tratando da *mea culpa* ao Golpe Civil-Militar de 1964, feita por entidades e instituições durante o advento da Nova República, inclusive o Grupo Globo<sup>112</sup>. Bolsonaro treplicou, negando que houve um Golpe em 1964. Segundo ele, a cadeira da Presidência havia ficado vaga, pois João Goulart fugira do país. Então, a sessão de 11 de abril de 1964, que elegeu o

---

<sup>110</sup> Corte Interamericana de Direitos Humanos condena Brasil por assassinato de Vladimir Herzog. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/corte-interamericana-de-direitos-humanos-condena-brasil-por-assassinato-de-vladimir-herzog-22851806>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>111</sup> Relembra o editorial de Roberto Marinho apoiando a Ditadura e a retratação da Globo em 2013. **Inf Money**. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/politica/relembra-o-editorial-de-roberto-marinho-apoiando-a-Ditadura-e-a-retratacao-da-globo-em-2013/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>112</sup> Apoio ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**. Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/erro-s-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, teria sido legítima à luz da legislação do período. Por fim, apontou que Ulisses Guimarães, à época deputado pelo Partido Social Democrata (PSD), havia votado a favor da posse de Castelo Branco, além de que, se a eleição do Marechal não deveria ser aceita por ter sido indireta, a de Tancredo Neves pelo Colégio eleitoral, em 1985, também não poderia<sup>113</sup>. Novamente gostaríamos de destacar que essa versão do candidato reproduziu as teses de publicações revisionistas baseadas na história pós-factual, em especial, o trecho sobre a Ditadura do *Guia politicamente incorreto*.

Sobre o atentado ao aeroporto de Guararapes, Bolsonaro “esqueceu-se” do fato de que, desde 1967, há uma placa que homenageia os mortos na ocasião<sup>114</sup>, ou seja, a devida reparação pelo Estado brasileiro foi feita, ainda no período da Ditadura, diferente do caso Herzog, que levou aproximadamente 40 anos para ser devidamente apurado. Bolsonaro, devemos ressaltar, se considera a voz dos militares.

Por conseguinte, defende a Lei da Anistia como foi promulgada em 1979, recusando que a mesma sofra alterações, principalmente no aspecto do esquecimento aos atos cometidos por próprios militares durante a Ditadura. Isso porque caso não houvesse o perdão aos próprios agentes do Estado (o que ficou conhecido por auto anistia), diversos oficiais seriam condenados pelo Estado brasileiro por crimes de violação aos direitos humanos. Esse é o grande temor da “tigrada”<sup>115</sup>, no que diz respeito a mudanças dessa legislação.

Portanto, negar a existência do Golpe Civil-Militar de 1964 é ignorar os fatos. Argumentar que a Presidência da República “estava vaga” é uma inverdade histórica. Goulart, em 2 de abril de 1964, estava no Rio Grande do Sul enquanto ocorria sua deposição em plenário do Congresso Nacional. Sendo assim, no aspecto constitucional adveio um Golpe em 1964. Além disso, diferentemente da sessão da Câmara de 11 de abril, anulada por ser anticonstitucional pelo Congresso Nacional, em 21 de novembro de 2013, a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral,

---

<sup>113</sup> RODA VIVA. **Roda Viva | Jair Bolsonaro | 30/07/2018**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=464s>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>114</sup> Aeroporto Internacional dos Guararapes/Gilberto Freyre. **Fundação Joaquim Nabuco**. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=340&Itemid=181](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=340&Itemid=181)>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>115</sup> Termo utilizado no Exército para se referir aos militares das alas mais radicais.



realizada em 15 de janeiro de 1985, foi legítima, porque se deu a partir dos parâmetros estabelecidos pela legislação da época, a Constituição Federal de 1967.

Ainda na entrevista ao programa *Roda Viva*, Leonêncio Nossa, jornalista do *Estado de São Paulo*, perguntou a Bolsonaro se ele abriria os arquivos da repressão, caso fosse eleito, ou manteria o mesmo posicionamento de Lula e Dilma quanto a isso, ou seja, a não abertura dos registros.

Novamente o capitão respondeu de maneira ríspida e agressiva, desviando-se de dar uma resposta à pergunta feita. Iniciou sua fala criticando Dilma Rousseff e seus dois ex-maridos, Carlos Franklin Paixão de Araújo e Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, por terem atuado na luta armada e feito viagens a Cuba. Em seguida, afirmou não existirem arquivos sobre o regime, pois a Lei da Anistia os sepultou. Além disso, argumentou que os papéis possuem um prazo de validade no meio militar e, novamente, defendeu a ideia de o passado da Ditadura ser algo distante, que precisa ser esquecido. Completando a resposta, Bolsonaro criticou a atuação da Comissão Nacional da Verdade e o fato de os sete integrantes do grupo de trabalho terem sido indicados pela presidenta Dilma Rousseff<sup>116</sup>.

Jair Bolsonaro, novamente defendendo teses negacionistas, não se atentou a três questões importantes em sua resposta. A primeira se relaciona ao fato de que Dilma e seus dois ex-maridos foram punidos durante a Ditadura por sua atuação na luta armada, em segundo lugar, o fato de ser uma escolha pessoal o engajamento na guerrilha e em terceiro escolher Cuba como destino para uma viagem.

Sobre os arquivos da repressão, o ex-militar se enganou. Os documentos referentes ao período da Ditadura foram recolhidos ao Arquivo Nacional e estão disponíveis no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas<sup>117</sup>. O acervo é de livre acesso, pois, com a regulamentação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), instituições

---

<sup>116</sup> RODA VIVA. **Roda Viva | Jair Bolsonaro | 30/07/2018**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=464s>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>117</sup> O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, foi instituído pela Casa Civil da Presidência da República, em 2009, com o objetivo de fortalecer as políticas públicas que buscavam valorizar o acervo histórico documental brasileiro, além de servir como um auxílio na exaltação do exercício da cidadania e desenvolvimento da democracia no país. De certa maneira, a entidade busca ampliar o acesso às informações existentes nos documentos da repressão política no Brasil durante a Ditadura militar. Assim, com a organização documental, preservação e difusão de arquivos, a partir de um banco de dados e realização de um concurso de monografias e teses, cumpre seu papel em relação à memória do regime militar.

públicas detentoras de documentos puderam liberá-los para consulta popular. Por fim, a indicação presidencial dos integrantes da CNV estava prevista na Lei nº. 12.527, que a criou, em seu artigo 2º:

A Comissão Nacional da Verdade, composta de forma pluralista, será integrada por 7 (sete) membros, designados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos (BRASIL, 2011).

Sendo assim, mais uma vez, o capitão respondeu questionamentos ligados à Ditadura com base em uma visão revisionista e elogiosa ao regime, pautando suas ideias a partir de um olhar anticomunista e, de certa maneira, maniqueísta, ou seja, suas visões baseiam-se nos pretextos utilizados pelo Exército Brasileiro no empreendimento da ruptura institucional ocorrida em 31 de março de 1964.

A última pergunta que levou Bolsonaro a tratar do tema da Ditadura estava na verdade ligada a aspectos econômicos e a sua mudança de posicionamentos durante a trajetória política. A jornalista Thaís Oyama, da revista *Veja*, perguntou a Bolsonaro como funcionaria a economia liberal defendida por ele, já que, em algumas declarações, ele exaltava a ideia de um “Brasil Grande”, semelhante ao que teria sido implementado pelos militares nas décadas de 1960 e 1970.

O capitão afirmou se considerar um liberal na atualidade, contudo enxergava com bons olhos a política econômica dos Estados Unidos desenvolvida por Donald Trump, o que segundo ele seria próxima ao nacional-estatismo desenvolvido pelos militares na Ditadura. Nesse momento da entrevista, o jornalista Leonêncio Nossa apontou o fato de Bolsonaro ter mudado de opinião, pois, por bastante tempo, declarava-se nacionalista, assim como os militares. Bolsonaro replicou, dizendo ser livre para mudar suas posições. Não obstante, defendeu a economia ao longo da Ditadura, afirmando ser ela excelente, pois, dentre vários motivos, “não existia corrupção no período, porque nenhum militar enriqueceu ilícitamente”. Completou dizendo que, caso isso tivesse ocorrido, a CNV deveria ter feito o devido apuramento a respeito desse tipo de suspeita<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup> RODA VIVA. **Roda Viva | Jair Bolsonaro | 30/07/2018**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=464s>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

O argumento de Bolsonaro sobre não existir corrupção na Ditadura é bastante comum entre os defensores dos governos militares. Todavia, como recentes pesquisas apontam, durante o período ditatorial no Brasil ocorreram inúmeros casos de corrupção. Entretanto, também havia uma forte blindagem estatal, feita por meio da censura, o que dificultava denúncias desse tipo contra os militares e seus aliados. Essa prática era considerada estratégia de segurança nacional, uma vez que mantinha a maior parte da população alheia aos acordos governamentais que envolviam troca de favores, distribuição de cargos entre amigos e parentes, desvio de verbas públicas, enriquecimento ilícito e pagamento de propinas.

Vale mencionar o fato de que, apesar da repressão, episódios de corrupção foram divulgados durante o regime militar. Entre eles, há o Caso Lutfalla, que envolveu o empréstimo de dinheiro público para salvar da falência a empresa Lutfalla, da família de Paulo Maluf<sup>119</sup>; a venda de terrenos superfaturados que movimentaram cerca de US\$ 200 milhões na época pelo Banco Nacional de Habitação (BNH); e escândalos envolvendo governadores de alguns estados brasileiros.

Outro exemplo, em 1970, Haroldo Leon Peres, governador do Paraná, foi pego extorquindo um empreiteiro em US\$ 1 milhão. Na Bahia, Antônio Carlos Magalhães foi acusado, em 1972, de beneficiar a Magnesita, da qual seria acionista, abatendo em 50% as dívidas da empresa em seu primeiro mandato no estado. Além disso, os ministros e servidores federais dispunham de mordomias, como jatos da Força Aérea à disposição, mansões com piscina e dezenas de empregados e gastos pessoais sem limites. No governo Médici, os generais de brigada que iam para Brasília contavam com US\$ 27 mil para comprar mobília. Tudo financiado pelo dinheiro público<sup>120</sup>. A partir desses fatos, chegamos à conclusão de que Jair Bolsonaro, mais uma vez, utilizou o negacionismo a respeito do período<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup> O Caso Lutfalla trata-se de denúncias contra Paulo Maluf, à época presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e o ministro do planejamento do governo Geisel, Reis Veloso, por irregularidades na concessão de empréstimos ao grupo Lutfalla no ano de 1977. Desde o ano de 1974, muitas denúncias a respeito do caso surgiam, contudo nenhum quadro do primeiro escalão da Ditadura militar foi punido. Além disso, ainda hoje a investigação segue obstruída na Polícia Federal.

<sup>120</sup> Mais sobre isso: CAMPOS, Pedro. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a Ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2017.

<sup>121</sup> Conheça dez histórias de corrupção durante a Ditadura militar. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/01/conheca-dez-historias-de-corrupcao-durante-a-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

Finalizando a entrevista, ao responder perguntas rápidas, afirmou que considera o general Ernesto Geisel um herói, mesmo tendo sido criticado pelo ex-presidente em livro<sup>122</sup>, e confessou ter como leitura de cabeceira, *A verdade sufocada*, obra escrita por Ustra<sup>123</sup>. Isto é, sem surpresa, Bolsonaro reiterou admirar um ditador e um torturador.

Questões histórico-sociais, comprovadas academicamente, e também entre o senso comum, tornam-se motivo de polêmica, a partir do revisionismo presente no discurso Bolsonarista. Da mesma forma, que em receptores e, principalmente, eleitores.

Na era da pós-verdade, há uma discussão de fatos a partir de uma visão de mundo deturpada, pois, uma vez que se cria para a opinião pública uma narrativa acerca de algum acontecimento, episódios que são verdadeiros e indiscutíveis têm menos influência frente aos apelos, às emoções e às crenças pessoais. Em outras palavras, podemos resumir a pós-verdade a partir da ideia de que algo que aparenta ser verdade é mais importante do que a própria verdade. Curiosamente, em 2016, a *Oxford Dictionaries*, pertencente ao departamento da Universidade de Oxford responsável pela elaboração de dicionários, elegeu o vocábulo "pós-verdade" como a palavra do ano na língua inglesa<sup>124</sup>. A partir disso, conseguimos ter noção do quanto as versões alternativas sobre a realidade ganharam campo nos últimos tempos.

Jair Messias Bolsonaro foi eleito três meses após a entrevista concedida ao programa *Roda Viva*, e as ideias que apresentou aos jornalistas estão sendo colocadas em prática no Executivo nacional.

O ex-militar se elegeu com votos de uma parcela considerável da sociedade brasileira. Os eleitores foram motivados por diversas questões, entre elas: a crise econômica, que se agravou nos idos de 2015 (início do segundo mandato de Dilma Rousseff); a campanha contra a corrupção e a rejeição aos “políticos tradicionais”. Contudo um elemento novo foi a utilização do recurso midiático, difundido maciçamente no aplicativo para troca de mensagens instantâneas, o *WhatsApp*, e nas

---

<sup>122</sup> D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

<sup>123</sup> RODA VIVA. **Roda Viva | Jair Bolsonaro | 30/07/2018**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=464s>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>124</sup> O que é 'pós-verdade', a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford. **Nexo**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

redes sociais, com a ação de *bots*<sup>125</sup>, para triunfar e sair vitorioso do pleito sobre Fernando Haddad, do PT.

Além disso, a campanha de Bolsonaro até o Palácio do Planalto foi marcada por um atentado batizado pela mídia de: “O atentado do 6 de setembro”<sup>126</sup>. Inúmeras denúncias comprovam o uso de *Fake News* a seu favor<sup>127</sup>, e uso do extremismo político como estratégia de campanha<sup>128</sup>, por exemplo, defendendo o armamento da população e também, como discutido nesta dissertação, saudando os tempos da Ditadura no Brasil.

Gostaríamos de sublinhar esse ponto: a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República representa a chegada ao Poder Executivo do grupamento mais truculento dentre os defensores da Ditadura militar no país. Não se trata, simplesmente, da chegada dos militares ao poder (em aliança com tantos outros atores), mas sim, reconhecidas as distinções internas, da ascensão do grupo que expressa menos escrúpulos ao defender as práticas de tortura, graves violações aos direitos humanos e execução de adversários políticos. Vale ressaltar que eram práticas comuns no período ditatorial, e, por conseguinte, são exaltadas pelo atual ocupante do Palácio da Alvorada.

Jair Bolsonaro não chegou à Presidência por nenhum Golpe de Estado. Pelo contrário, recebeu cerca de 58 milhões de votos, 10 milhões a mais do que conseguiu seu oponente no segundo turno das eleições gerais de 2018. O observador imediatista, ao analisar tais índices, concluiria solidamente que a democracia

---

<sup>125</sup> *Bot* é o diminutivo de *robot*, que também pode ser chamado de Internet *bot* ou *web robot*. Esta aplicação de software é utilizada para simular ações humanas repetidas vezes de maneira padrão, da mesma forma como faria um robô. Na eleição de Jair Bolsonaro os *bots* foram utilizados para disparar *Fake News* sobre candidatos da oposição.

<sup>126</sup> Um atentado foi cometido contra o militar da reserva e político brasileiro Jair Messias Bolsonaro durante sua campanha eleitoral para a presidência do Brasil, em 6 de setembro de 2018, na cidade de Juiz de Fora (MG). Adélio Bispo de Oliveira, de 40 anos, natural de Montes Claros (MG), deu uma facada no à época presidenciável, que atingiu a região de seu intestino. No mesmo dia do incidente o suspeito da ação foi autuado e veio à tona o fato de que anos antes havia sido militante do Psol. Esta informação provocou um sentimento de comoção na sociedade, além do comentário de que o crime ocorreu por motivações políticas. Todavia, Adélio confessou que a motivação para o que fez foi pessoal.

<sup>127</sup> Cinco “*fake news*” que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. **El País**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547\\_146583.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html)>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2020.

<sup>128</sup> T1. **Jair Bolsonaro**: porte e posse de armas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9sYSmVEQ-xM>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2020. 'Arma é garantia de nossa liberdade', defende Bolsonaro em Curitiba. **Estadão**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,arma-e-garantia-de-nossa-liberdade-defende-bolsonaro-em-curitiba,70002247541>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2020.

brasileira funciona normalmente, visto que a extrema direita brasileira teria chegado à Presidência legitimamente, a partir da alternância de poder.

Entretanto, existem causalidades que explicam a ascensão do bolsonarismo. Elas estão ligadas, como demonstramos nos tópicos anteriores, a uma sequência de acontecimentos ocorridos desde 2013, que, de certa maneira, transcendem ao que pode ser chamado de “normalidade democrática”. Assim, deve-se reconhecer que o pleito de 2018 foi realizado num contexto de democracia já rigorosamente corrompida. Além disso, a vitória nas urnas de uma ultradireita “saudosista da Ditadura” trouxe dúvidas sobre a capacidade da sociedade brasileira resistir a surtos autoritários.

Entre 2013 e 2018 o Brasil atravessou abalos políticos e sociais. O marco inicial, as Jornadas de Junho, foi seguido de manifestações contrárias a uma presidenta eleita, tanto nas ruas como em eventos esportivos, fato que provocou um Golpe parlamentar, cortes austeros e a prisão de uma grande liderança oposicionista à direita no país, o ex-presidente Lula. A polícia militar teve certo protagonismo nessa conjuntura e uma vereadora negra, lésbica e militante de esquerda e dos direitos humanos foi assassinada (vale lembrar que, até o presente, ninguém sabe quem mandou matar a vereadora, Marielle Franco). Em suma, foi neste quadro que Jair Bolsonaro tornou-se presidente do Brasil.

Em 130 anos de República, o Brasil teve 37 presidentes. Desses, apenas 11 foram eleitos democraticamente e finalizaram os mandatos. O período de ampla democracia, em toda essa história, é o que corresponde aos últimos 30 anos, situados entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República. Nesse tempo, sete presidentes passaram pelo Palácio do Planalto, e só dois terminaram seus mandatos: Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, ambos em duas oportunidades. Dilma Rousseff terminou o primeiro quadriênio para o qual foi eleita. No segundo, ela foi deposta<sup>129</sup>.

---

<sup>129</sup> A história republicana brasileira é iniciada com o golpe dado pelos militares no monarca D. Pedro II, em 15 de novembro de 1889, episódio conhecido como a Proclamação da República no Brasil. Os dois presidentes que tivemos após a queda da monarquia eram militares, e não foram eleitos democraticamente. O primeiro presidente da República eleito pelo voto direto foi Prudente de Moraes, contudo o período que corresponde à Primeira República é de baixa representatividade democrática, pois votavam apenas homens já alfabetizados, maiores de 21 anos. Além disso, o voto era aberto. No período compreendido entre 1894, quando temos o primeiro eleito e 1930, em que Getúlio Vargas golpeia as oligarquias, 12 mandatários passaram pelo Palácio do Catete (RJ), local onde ficava situado o gabinete presidencial à época. Desses, a metade finalizou o mandato. Vale lembrar que dois faleceram durante o período em que estavam à frente do governo, Afonso Pena e Rodrigues Alves.

A sustentação do novo comando da República se resume a uma confluência de grupos, entidades e organizações reunidas sob uma infinidade de interesses que, em resumo, se denominam como novidade na política. Vale ressaltar que períodos sensíveis de nossa história ainda não foram resolvidos. Seus reflexos ainda são observáveis em nossa contemporaneidade. Dentre os vários, são dignos de menção os 300 anos de escravismo negro, a Ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985). Todos finalizaram a partir de um pacto conciliatório marcado pela acomodação, ou seja, ao terminarem, os responsáveis por esses eventos políticos e históricos permaneceram impunes e, de certa maneira, influenciaram nos comportamentos e destinos políticos existentes do Brasil atual.

A democracia se encontra em funcionamento durante a atual conjuntura, todavia constantes ataques a ela ocorrem de diferentes formas. O revisionismo que exalta a Ditadura representa um elemento entre as várias investidas sofridas pela soberania popular brasileira. Desse modo, no capítulo seguinte, analisaremos as várias ações do governo Bolsonaro, durante seus doze primeiros meses de governo, com destaque para aqueles episódios que representam políticas de Estado revisionistas. Fatos que, em nossa interpretação, evidenciam uma exaltação ao autoritarismo.

---

Durante a República populista, compreendida entre 1946 e 1964, o Brasil teve dez presidentes e apenas quatro foram eleitos pelo voto direto, Eurico Gaspar Dutra, que finalizou seu mandato; Getúlio Vargas, que retornou após a campanha do Queremismo e, com a conspiração montada pela República do Galeão, encabeçada por Carlos Lacerda, suicidou-se e, conseqüentemente, não terminou seu período à frente da República brasileira; Juscelino Kubistchek, que apesar das tentativas de golpe ao governo, concluiu o mandato com sucesso. O governo foi concluído e, como maior realização, adveio a construção de Brasília. Jânio Quadros foi eleito em 1961, entretanto “forças ocultas” o fizeram renunciar nove meses após sua eleição. João Goulart foi eleito para a vice-presidência e, com a renúncia de Jânio Quadros, constitucionalmente deveria ser o presidente, contudo foi vítima do Golpe do Parlamentarismo em 1961, isto é, Goulart estaria no posto de presidente, mas o poder de fato estaria nas mãos do parlamento. Em outras palavras, Goulart não gozou das prerrogativas do presidencialismo. No ano de 1963, o plebiscito convocado por Jango retornou o governo ao sistema presidencialista, todavia o Golpe Civil-Militar de março de 1964 o derrubou e legou ao Brasil 21 anos de ruptura institucional autoritária. Apenas em 1989, com a eleição direta de Fernando Collor de Mello, a democracia foi restituída no Brasil, mas, em 1992, após escândalo de corrupção surgido em seu governo, foi impedido de governar por *impeachment*. Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (primeiro mandato) são os únicos eleitos e concluintes de mandatos na Sexta República, que atualmente passa por um período de ilegitimidade, pois suas instituições permitiram o afastamento de uma presidenta democraticamente eleita sem a comprovação de crime de responsabilidade fiscal. Sendo assim, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro não são governantes legítimos, pois foram elevados ao poder a partir de uma farsa montada em 2016, que corresponde à quebra do pacto democrático estabelecido em 1988, na promulgação da Constituição Federal ainda vigente, que não está sendo respeitada.

### CAPÍTULO 3

#### O REVISIONISMO UTILIZADO COMO POLÍTICA DE GOVERNO: BOLSONARISMO ANO I

*E tantos são os homens por debaixo  
das manchetes  
São braços esquecidos que fizeram os  
heróis  
São forças, são suores que levantam  
as vedetes  
Do teatro de revistas, que é o país de  
todos nós  
São vozes que negaram liberdade  
concedida  
Pois ela é bem mais sangue  
Ela é bem mais vida  
São vidas que alimentam nosso fogo  
da esperança  
O grito da batalha  
Quem espera, nunca alcança*

Pequena Memória Para um Tempo sem  
Memória (A Legião dos Esquecidos) [1980]  
(Gonzaga Jr)

O revisionismo bolsonarista chegou ao Poder Executivo brasileiro. A partir de então, coletivos de aliados e correligionários simpatizantes das ideias de Jair Bolsonaro tornaram-se o centro de discussões dos mais variados matizes. As ações desempenhadas pelo presidente e seus colaboradores, desde o pleito eleitoral no qual saíram vitoriosos, inspirou analistas no desenvolvimento de leituras diversas. Por exemplo, há quem defenda o fato de que a vitória da extrema direita, nas eleições de 2018, tenha rompido o pacto democrático estabelecido na Constituição Federal de 1988<sup>130</sup>. De certa forma, essa ideia está correta, mesmo que o país ainda esteja sob uma normalidade democrática, e as instituições representativas brasileiras se apresentem em pleno funcionamento.

---

<sup>130</sup> Mais sobre isto: ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



Entretanto, essas mesmas instâncias receberam ataques dos mais diversos tipos nos últimos anos, isoladamente ou mesmo de forma mobilizada<sup>131</sup>. Entendemos serem as Jornadas de Junho de 2013 o estopim, o ato inicial para que a regularidade da democracia brasileira se tornasse ameaçada na conjuntura. A força dessas manifestações fez com que as eleições gerais de 2014 fossem polarizadas a um nível exacerbado, dividindo o país entre “coxinhas” e “petralhas”<sup>132</sup>. Nos anos subsequentes, a cisão na sociedade serviu para “repaginar” um antigo elemento da cultura política brasileira: o anticomunismo. Desde o início da década de 2010 esse elemento ressignificado, passou a ter peso na política nacional, como na deposição de uma presidenta eleita democraticamente em 2016. Por fim, a união de todas essas questões projetou Bolsonaro nacionalmente, transformando-o, de integrante do baixo clero da Câmara dos Deputados<sup>133</sup>, a esperança contra a “velha política”. Bolsonaro foi escolhido, por uma parcela da sociedade brasileira, como o candidato antissistema.

O núcleo duro dessa “frente ampla” das direitas que contribuiu na eleição de Jair Bolsonaro recebeu, de alguns pesquisadores, a denominação de *Nova Direita brasileira*<sup>134</sup>. A atuação destacada, desde o advento das Jornadas de Junho, seguida pelas mobilizações antipetistas, entre 2014 e 2015, e finalizada na conjuntura que seguiu ao Golpe de 2016, postulou-as como uma espécie de blindagem ao

---

<sup>131</sup> Podemos indicar como ataques à democracia no Brasil: o Golpe parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff da presidência da República, em agosto de 2016; as políticas de austeridade e minimização do Estado pelo governo Temer; a polarização e o pleito eleitoral turbulento; assim como o triunfo bolsonarista nesse pleito, em outubro de 2018.

Mais sobre isto: GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

<sup>132</sup> Durante as eleições gerais de 2014, a sociedade brasileira ficou polarizada entre dois partidos no segundo turno do pleito, PT e PSDB, e os correligionários de ambas as agremiações políticas se apelidaram no debate público. Os “tucanos”, chamavam os eleitores do PT, de “petralhas”, em alusão aos irmãos metralhas, personagens dos desenhos de Walt Disney que cometem vários crimes nas histórias. Assim, de forma jocosa, os apoiadores de Aécio Neves, à época, associavam o desenho animado aos escândalos de corrupção surgidos no decorrer do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Os petistas, por sua vez, chamavam os simpatizantes do candidato psdebista de “coxinhas”, uma expressão paulista para intitular pessoas certinhas. Politicamente o termo ficou associado aos indivíduos que aparentam ser algo, mas que na realidade não são, ou seja, o “coxinha”, seria aquele que defende um *status quo* ao qual ele não pertence. Em suas falas e ações estende uma defesa aos ricos, pensa ser rico, mas na verdade é apenas um objeto a serviço dos ricos.

<sup>133</sup> A expressão “baixo clero”, na política brasileira, é utilizada como referência a parlamentares com pouca expressão na Câmara dos Deputados que, além disso, agem com base no fisiologismo, ou seja, suas ações têm interesse local e pessoal. Geralmente, os integrantes dessa parte do parlamento não apresentam grande visibilidade nos processos políticos importantes do plenário, pois se preocupam, na maior parte do tempo, em resolver assuntos ligados a sua base eleitoral.

<sup>134</sup> Mais sobre isto: CASIMIRO, Flavio Henrique. **A nova direita: aparelhos de ação político e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

bolsonarismo, consolidando uma mescla entre liberalismo e conservadorismo que demarcou novos territórios para as direitas, articuladas em torno de um só objetivo: derrotar o Partido dos Trabalhadores.

Estudar e entender as direitas é uma tarefa importante na atualidade. As análises relacionadas a esse grupo político pautam-se em suas ideias e intencionalidades. Faz-se necessário desvendar o quanto as direitas podem ser transformadoras em suas ações e se, de fato, as mudanças que elas ensaiam trazer à realidade político-institucional da sociedade surtem efeitos consideráveis.

De acordo com a análise adotada nesta dissertação, o governo Bolsonaro utiliza o revisionismo à Ditadura como política de Estado, no comando do país. Neste capítulo elencamos e discutimos as ações do presidente durante o ano de 2019, assim como problematizamos suas posturas elogiosas à Ditadura. Dessa forma, nas páginas seguintes nos debruçamos sobre acontecimentos que marcaram o primeiro ano de mandato de Jair Messias Bolsonaro. Momento que confirma a ideia de sua tentativa em institucionalizar e legitimar o revisionismo sobre a Ditadura como uma postura oficial do Estado.

### 3.1 “BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS” – O PRIMEIRO ATO REVISIONISTA DE JAIR BOLSONARO COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O dia 1º de janeiro de 2019 ficou marcado pela posse de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. Em discurso no parlatório do Palácio do Planalto, o novo chefe do Executivo nacional, mais uma vez, deu mostras de como sua visão revisionista e anticomunista era um elemento de direcionamento para as decisões políticas. Segue o discurso na íntegra:

Amigas e amigos de todo o Brasil,

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a Nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto.

As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança. Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível.

Respeitando os princípios do Estado Democrático de Direito, guiados por nossa Constituição e com Deus no coração, a partir de hoje, vamos colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu, vamos promover as transformações de que o país precisa. Temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e um povo maravilhoso.

Temos uma grande Nação para reconstruir e isso faremos juntos. Os primeiros passos já foram dados. Graças a vocês, eu fui eleito com a campanha mais barata da história. Graças a vocês, conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente.

Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, restabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil.

A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda Nação. Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar.

O brasileiro pode e deve sonhar. Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe ser honesto e eficiente.

Apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras. Com este propósito iniciamos nossa caminhada. E com este espírito e determinação que toda equipe de governo assume no dia de hoje.

Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos, e da desconstrução da família. Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz.

Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares. Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança.

Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e o futuro de nossos filhos e netos, diminuindo a desigualdade social.

Temos que nos espelhar em nações que são exemplos para o mundo e que por meio da educação encontraram o caminho da prosperidade.

Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais. Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e os brasileiros!

Por muito tempo, o país foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste país.

Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem. Por isso vamos dia e noite perseguir o objetivo de tornar o nosso

país um lugar próspero e seguro para os nossos cidadãos e uma das maiores nações do planeta.

Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos nossos sonhos. Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis.

Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a Nação.

Que Deus abençoe esta grande Nação.

Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.<sup>135</sup> (informação verbal)

Podemos dizer que o pronunciamento se divide em seis partes, sendo elas: o compromisso em desenvolver um governo com tendências anticomunistas; a aceitação em ser a mudança escolhida pelo povo, pois o resultado das urnas o elegeu; o denunciamento, ao indicar as coisas que seriam modificadas em seu mandato; elogios à meritocracia e ao liberalismo; evocação ao militarismo; e, por fim, críticas ao que denomina viés ideológico, além de exaltação da moral, dos bons costumes e da tradição judaico-cristã, supostamente, presentes na sociedade brasileira.

O anticomunismo destacou-se como elemento central na abertura do discurso de Bolsonaro. Tanto que, ao dirigir-se à nação como novo chefe do Executivo, o ex-capitão evidenciou ser sua posse um evento significativo na história do país, porque seria o meio de libertação do Brasil do “socialismo”, uma vez que sua vitória nas urnas havia derrotado o projeto de poder lulopetista, entendido pela base bolsonarista como de inspirações esquerdistas.

Curiosamente, Bolsonaro foi o primeiro dos 38 presidentes da história do Brasil a citar, em elogio ou crítica, a palavra “socialismo” no discurso de posse. Nem mesmo próximo a 1917, ou durante a Guerra Fria e nos discursos dos generais empossados pela Ditadura o termo foi mencionado. A sequência da fala recebeu um aspecto “teatral”, amparado no anticomunismo, conceito fundamental em sua trajetória, como mencionado anteriormente.

Nas palavras iniciais, também é necessário ressaltar o incentivo ao desenvolvimento do racismo, da misoginia e da homofobia. Atestamos isso porque, se sua posse, como afirmou, representa o fim do politicamente correto no Brasil, os

---

<sup>135</sup> Leia a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

PODER 360. **Discurso de Bolsonaro no parlatório do Planalto**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=oCT1AKfXx\\_8](https://www.youtube.com/watch?v=oCT1AKfXx_8)>. Acesso em: 17 de março de 2020.

preconceitos, normalmente vistos como incorretos, passam a ser aceitos e normalizados a partir de então. Além disso, Bolsonaro exaltou o Estado mínimo, ao afirmar que sua ascensão ao poder representaria o fim do gigantismo estatal.

Em suma, as palavras ditas à sociedade, ao receber a faixa presidencial, evidenciam o que viria nos próximos meses do bolsonarismo no poder: uma visão de mundo pautada na bipolarização mundial dos tempos de Guerra Fria, normalização de preconceitos ligados à raça, ao gênero e à classe, assim como uma valorização do ultraliberalismo.

O segundo ponto a ser discutido a respeito do pronunciamento é a defesa das urnas. Como eleito, afirma que representaria a voz daqueles que o escolheram como presidente. Curiosamente, Bolsonaro declarou, em entrevista coletiva no dia 10 de março de 2020, pouco mais de um ano após sua posse, que acredita ter sido eleito em primeiro turno, colocando em dúvida o resultado divulgado em 2018, isto é, dando a entender que ocorreram fraudes no pleito em que foi eleito<sup>136</sup>.

Logo, observa-se uma contradição evidente nessa parte de seu discurso. Além disso, é válido mencionar o fato de que esse mesmo sistema de votação que o elegeu presidente, por 30 anos, concedeu-lhe a oportunidade de ser deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, ou seja, Bolsonaro sempre utilizou a democracia, mas não acredita nela. Por fim, o presidente afirmou possuir provas de um suposto crime eleitoral, algo que causa estranhamento, pois, legalmente é seu dever, como chefe de Estado, divulgá-las e apurar o ocorrido, e não as ocultar, fazendo suspense sobre o fato.

Bolsonaro também utilizou o discurso para indicar o que traria de novidade para o país como presidente. Nessa parte, atacou as ações da Presidência da República em período anteriores, mais precisamente, os 13 anos de lulopetismo.

---

<sup>136</sup> Nos EUA, Bolsonaro diz que corona vírus é “superdimensionado” e fala em fraude na eleição de 2018 sem mostrar provas. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/03/09/nos-eua-bolsonaro-diz-que-coronavirus-e-superdimensionado-e-fala-em-fraude-na-eleicao-de-2018-sem-mostrar-provas.htm>>. Acesso em: 17 de março de 2020.  
**UOL**. **Bolsonaro fala em fraude na eleição de 2018 sem mostrar provas**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=16&v=xHJ\\_QvshTvk&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?time_continue=16&v=xHJ_QvshTvk&feature=emb_title)>. Acesso: em 17 de março de 2020.

A maioria das coisas que apresentou como sendo prioritárias para a mudança são ligadas às práticas de corrupção presentes no bojo do Estado desde a Ditadura<sup>137</sup>, e, por mais que o presidente tenha deixado claro o seu compromisso em combatê-las, não disse em nenhum momento de que maneira faria isso.

Em relação aos elogios à meritocracia e ao liberalismo, é importante ressaltar que Jair Bolsonaro transparece ser essa prática indicada como elemento necessário para uma eventual prosperidade econômica do país. Suas palavras dão a entender que o governo é responsável por “ajudar”, com políticas públicas, apenas aqueles indivíduos realmente necessitados de sua intervenção.

O argumento utilizado parte do princípio de que uma sociedade evoluída valoriza prioritariamente as pessoas talentosas e esforçadas no enfrentamento de situações nas quais a competitividade é colocada em questão. À vista disso, o presidente critica as políticas distributivas lulopetistas e as denúncias de fraude encontradas nos projetos, tanto por indivíduos comuns, quanto por representantes do governo. A lógica bolsonarista relacionada à distribuição de renda se pauta no seguinte ditado popular: “ao invés de se dar o peixe, deve-se ensinar a pescar”. De acordo com Jair Bolsonaro, seu objetivo como presidente é o de “facilitar a vida do empreendedor, de quem quer produzir, e não fazer esse discurso voltado para a massa da população, porque o voto tem o mesmo peso”<sup>138</sup>.

Ou seja, a base bolsonarista denota aceitar o fenômeno da vulnerabilidade social, pois seu projeto de Estado visa o lucro de poucos e a manutenção da desigualdade social, e não a prosperidade econômica como algo comum para todos. O cidadão é visto, assim, apenas como um número, dotado da prerrogativa de votar. Estabelecer medidas que lhe possam trazer ascensão social é algo considerado secundário, assim como a redução de desigualdades. A prioridade do governo Bolsonaro é cumprir seu projeto de poder autoritário, travestido de política econômica liberal<sup>139</sup>.

---

<sup>137</sup> No capítulo anterior, alguns dos casos de corrupção durante o regime militar foram citados e comentados.

<sup>138</sup> Falar que passa fome no Brasil é mentira, diz Bolsonaro; dados da ONU negam. **UOL**. Disponível em: <[https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/19/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro.htm?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social-media&utm\\_campaign=uol&utm\\_content=geral](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/19/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=uol&utm_content=geral)>. Acesso em: 17 de março de 2020.

<sup>139</sup> O liberal que virou intervencionista. **IstoÉ**. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-liberal-que-virou-intervencionista/>> Acesso em: 17 de março de 2020.

Além disso, destacamos o fato de que o liberalismo evocado pelo presidente não é o de tipo clássico, pois essa doutrina econômica, quando criada, era contrária ao Estado. Em seu governo, o viés liberal é entendido como uma política estatal normativa chefiada pelo economista Paulo Guedes<sup>140</sup>, simpatizante dos Chicago Boys,<sup>141</sup> grupo atuante na economia chilena durante a Ditadura de Augusto Pinochet.

O governo Bolsonaro se declara como ultraliberal, pois suas práticas perpassam por uma espécie de fase superior do neoliberalismo: o intervencionismo econômico permanece, mas não objetiva a distribuição de renda, ou práticas nas quais o Estado controla as contas públicas, pois se alia a uma supervalorização do Estado mínimo. Ou seja, as ações desenvolvidas pelo governo buscam transferir responsabilidades da economia para setores da iniciativa privada, os responsáveis por gerir, regular e fiscalizar a maior parte das competências estatais<sup>142</sup>. Por fim, vale mencionar o fato de que o ultraliberalismo em ação despolitiza aspectos da vida, e busca se apresentar como a saída essencial durante os momentos de crise<sup>143</sup>.

Continuando a análise do discurso de posse, trataremos agora da exaltação feita pelo presidente ao militarismo. Como discutimos, o aspecto militar é elemento

---

<sup>140</sup> Paulo Roberto Nunes Guedes, nascido no Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1949, é um economista e empresário brasileiro que, atualmente, exerce o cargo de ministro da Economia do Brasil, pasta anteriormente chamada de Ministério da Fazenda e que foi criada a partir da fusão de cinco ex-ministérios: Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Trabalho. Mestre e Doutor pela Universidade de Chicago, foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Participou da fundação do Banco Pactual, de vários fundos de investimentos e empresas e também do IBMEC, na década de 1970, com o intuito de divulgação e fomento do mercado de capitais no Brasil e provimento de capacitação técnica. Guedes também atuou na criação do *Think tank* conservador Instituto Millenium, que busca difundir uma visão de mundo liberal, no Brasil, através da divulgação das ideias de seus representantes, especialistas e colunistas.

<sup>141</sup> Chicago Boys foi o nome dado a um grupo de aproximadamente 25 economistas chilenos, que formularam a política econômica da Ditadura do general Augusto Pinochet, durante a Ditadura no Chile, entre os anos de 1973 e 1990. Foram os pioneiros do pensamento Neoliberal no mundo e anteciparam, em quase uma década, medidas que só mais tarde seriam adotadas por Margaret Thatcher no Reino Unido. A maioria desses economistas recebeu sua instrução econômica básica na escola de economia da Pontifícia Universidade Católica do Chile, e se pós-graduou na Universidade de Chicago. Foram os responsáveis pelo que o economista norte-americano Milton Friedman chamou de "Milagre do Chile", ou seja, o crescimento do PIB e a diminuição da inflação. Entretanto os índices não se sustentaram ao fim da Ditadura e, durante a década de 1990, o Chile passou por uma recessão econômica, apenas se recuperando nos anos 2000.

<sup>142</sup> O regime de concessões e privatizações é bastante comum no Ultraliberalismo. A grande questão em torno disso é o fato de que essas operações são feitas de maneira desenfreada, gerando grande *déficit* público.

<sup>143</sup> Mais sobre isto: RAMÍREZ, Hernán. Neoliberais do Cone Sul e suas alianças. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. (Org.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 161-180.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. Desmonte Neoliberal e Alternativas para o Brasil. In: GALLEGO, Esther Solano. (Org.). **Brasil em colapso**. São Paulo: Unifesp, 2019. p. 75-92.

central da cultura política bolsonarista, visto o fato de que as ações do líder se pautam, quase na sua totalidade, em torno de elogios ao período da Ditadura no Brasil e aos militares.

Em sua fala, o elemento foi posto em prática, quando indicou terem sido os castrenses vitoriosos na guerra travada contra as esquerdas durante a Ditadura militar. Novamente observamos um argumento recuperado por Bolsonaro que foi muito utilizado durante toda sua trajetória política, principalmente, durante a campanha eleitoral de 2018, e que além disso estão em conformidade com o que é apresentado sobre a Ditadura no Guia politicamente incorreto da história do Brasil (2009).

O atual presidente ainda estendeu sua defesa aos policiais militares, dessa vez num tom diferente. Tratou-os como uma categoria de trabalhadores que sofre por não poder desenvolver a profissão da maneira devida, pois o excludente de ilicitude<sup>144</sup> não os protege. No pronunciamento, Bolsonaro deixou evidente a sua prévia autorização para que se buscasse conceder esse direito aos integrantes da classe militar, ou seja, para que, em caso de homicídios em serviço, os integrantes das forças policiais não fossem punidos.

Durante o discurso foram direcionadas críticas ao que Bolsonaro define como “viés ideológico” dos temas ligados à família. A narrativa foi uma defesa da “moral e dos bons costumes”. Desde longa data, o ex-capitão se destaca por ser um representante na defesa da “família tradicional”. De certa forma, isso se liga a sua formação militar anticomunista, uma vez que um dos pilares estruturais do anticomunismo clássico é o conservadorismo. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2002):

A aplicação indiscriminada da expressão comunista aos indivíduos pertencentes aos diversos matizes da esquerda, praticada de maneira mais frequente pelos anticomunistas conservadores e reacionários, tinha como objetivo desacreditar todo e qualquer processo de mudança social. Denunciando à sociedade como comunistas embaçados todos os esquerdistas, alcançava-se o efeito de lançar desconfiança sobre as propostas reformadoras. Amedrontada pelas sinistras representações do comunismo divulgadas e cristalizadas ao longo do tempo, parte da população

---

<sup>144</sup> Essa diretriz, prevista no Código Penal, livra de punição pessoas que cometem um ato considerado criminoso, por exemplo, matar em legítima defesa. Todavia, a alteração indicada por Bolsonaro visa assegurar a liberdade dos agentes de segurança pública em cometer excessos sem temer a lei.



tendia a encarar com reserva o discurso “progressista” (MOTTA, 2002, p. 163).

Coincidentemente, o mesmo quadro dos três surtos anticomunistas<sup>145</sup> ocorridos em 1937, 1947 e 1964 segue em funcionamento no Brasil, a cargo do bolsonarismo. No passado, essa política se dava com o objetivo de criar condições favoráveis à efetivação de intervenções autoritárias na vida política nacional. Para atingir esse propósito, era interessante criar um ambiente de polarização política, uma impressão de conflito grave (MOTTA, 2002, p. 164).

O bolsonarismo associa o “esquerdismo” ao uso da cor vermelha, à defesa dos direitos humanos essenciais a qualquer cidadão e às políticas públicas afirmativas, que deram voz, reconhecimento e direitos a indivíduos integrantes de novos padrões de gênero, família, classe e cor.

A concepção bolsonarista segue a lógica de que a formação ideológica dos cidadãos inicia na educação básica, o que é fácil de ser enxergado nos comportamentos de uma parcela da sociedade brasileira. Defende que a influência dos militantes esquerdistas está presente, inclusive, nas relações internacionais. Por isso, o presidente firmou o compromisso, em seu discurso, de romper com ideologias ao desenvolver transações políticas e econômicas com outros países.

O “ideologismo” que Bolsonaro busca extinguir também é combatido por outros grupamentos que se alinham a seu grupo político. Como exemplo, podemos citar entidades chefiadas por elites econômicas de grandes capitais e organizações de confissão religiosa conhecidas por apresentarem pouca ou quase nenhuma tolerância com aqueles vistos como diferentes. A esse respeito, analisa Alonso (2018):

[...] o incômodo mais potente no espaço público tem sido das igrejas evangélicas, produtoras de contradiscurso, obstrutoras de projetos no

---

<sup>145</sup> Os surtos anticomunistas no Brasil acontecem desde 1917, ano da Revolução Russa, evento que inspirou uma Greve Geral em São Paulo. Todavia, os maiores surtos de aversão ao comunismo, no país, ocorreram em três ocasiões. A primeira delas, em 1937, quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, a partir da leitura do suposto Plano Cohen em rede nacional, o qual mencionava o projeto stalinista de invasão do Brasil. A promulgação da lei de extinção dos partidos políticos alinhados com a URSS, sancionada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, pode ser considerada como o segundo surto anticomunista brasileiro. Por fim, os desdobramentos, nos idos de março de 1964, com a indicação, na opinião pública, de que o presidente João Goulart implantaria no Brasil uma República Sindicalista de caráter comunista, foi o elemento motivador para o Golpe Civil-Militar e a instauração da Ditadura no Brasil, sendo este o terceiro grande surto anticomunista. Conforme mencionado anteriormente, a base teórica para utilização dessa nomenclatura e para a exposição de dados é a tese do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, **Em guarda contra o perigo vermelho** (2002).

Parlamento e lobistas, junto às instituições, contra “imoralidades”, como o “kit gay”, a descriminalização do usuário de drogas e o aborto (ALONSO, 2018, p.57).

Assim, o combate às “ideologias esquerdistas” perpassa por duas frentes, uma moralizante e privada e outra ligada ao que é público. Dessa forma, busca-se controlar corpos e mentes, tendo como parâmetro uma “guerra ideológica” contra o esquerdismo.

O projeto de Estado bolsonarista é apresentado a todos como de tipo conservador, mas na realidade é reacionário, pois visa retornar a um passado não muito distante, caracterizado por princípios, concepções e condutas obsoletas ao tempo presente.

Por fim, observamos a maneira escolhida por Bolsonaro para encerrar o discurso. Balançando energicamente uma bandeira do Brasil, o presidente disse a seus espectadores: “Esta é a nossa bandeira, que jamais será vermelha, só será vermelha se for do nosso sangue derramado para a manter verde e amarela”<sup>146</sup>. Vale ressaltar que o lema: “Nossa bandeira jamais será vermelha” foi o grito de guerra antipetista que renasceu nos protestos contra Dilma Rousseff, nos anos de 2015 e 2016, em todas as capitais do Brasil e em vários lugares do mundo<sup>147</sup>. Esse lema era utilizado pelos anticomunistas que apoiaram o golpe civil-militar de 1964, e a Ditadura.

A primeira ação de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil confirma a tese sustentada nesta dissertação, o fato de o presidente ser um revisionista sobre diversos temas, em especial, a Ditadura militar e o “perigo vermelho”. O discurso de posse nos confirma como os preceitos aprendidos em sua formação na caserna, ligados às alianças firmadas em nome de seu projeto político, representam sua escalada autoritária ao poder.

---

<sup>146</sup> ROBERTO CARLOS. **Essa é nossa bandeira e jamais será vermelha, diz Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Pn7mP-cm6fs>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

<sup>147</sup> Foram registradas mais de 160 cidades brasileiras participantes das manifestações em prol da deposição de Dilma Rousseff no dia 15 de março de 2015. Mais sobre isto: Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país. **Folha de São Paulo**, em 15 de março de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

## 3.2 O BOLSONARISMO NO PODER E SUA ESTRUTURA MILITAR DE POLÍTICA

O primeiro momento após a vitória de Bolsonaro nas urnas trouxe à sociedade sentimentos distintos. Para aqueles que foram oposição durante o pleito, utilizando a palavra de ordem e *hashtag* *#EleNão*, raiva, tristeza e melancolia ditavam as emoções. Em contraponto a isso, os que saíram “vitoriosos” da eleição comemoravam, em diferentes partes do Brasil, a vitória do capitão, triunfo que representava, para esses indivíduos, a volta do país aos tempos de “lei e ordem”, relacionada a uma noção militarista. Na comemoração ocorrida na orla da Barra da Tijuca (RJ), próximo à casa do presidente eleito, apoiadores de Bolsonaro, em êxtase, exibiam bandeiras do Brasil e entoavam em coro a alcunha “mito”, conferida a Bolsonaro<sup>148</sup>.

Fogos de artifício e shows em trios elétricos embalaram diversas comemorações na noite de 28 de outubro de 2018. O motivo principal dos festejos, na visão dos participantes, era a derrota do PT e, conseqüentemente, a libertação do Brasil de um governo de ditas inspirações socialistas.

Bolsonaro foi eleito com 56% dos votos válidos de eleitores que alegavam aversão em relação aos governos do PT, partido que governou o Brasil por 13 anos, em três mandatos e meio<sup>149</sup>. Após a vitória nas urnas, as semanas seguintes foram marcadas por incertezas e discussões dos mais variados níveis. O principal assunto era a montagem do ministério, composto por indivíduos suspeitos de corrupção, fanáticos religiosos e militares<sup>150</sup>. Vale ressaltar que parte dos escolhidos não

---

<sup>148</sup> Esse apelido dado por sua base tem referência nas respostas concedidas por ele em aparições públicas, que seus seguidores chamam de “mitadas”.

JORNAL O GLOBO. **A festa dos eleitores na casa de Bolsonaro**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=X\\_A8rOz2h3I](https://www.youtube.com/watch?v=X_A8rOz2h3I)>. Acesso em: 17 de março de 2020.

<sup>149</sup> Dois governos de Luís Inácio Lula da Silva, o primeiro operário a chegar à presidência do país, seguido por um mandato e meio de Dilma Rousseff, a primeira mulher a presidir a República brasileira, e que foi impedida de terminar seu segundo mandato mesmo tendo sido eleita democraticamente.

<sup>150</sup> O primeiro a ser demitido foi Gustavo Bebbiano que, durante um mês e meio, comandou a Secretaria-Geral da Presidência. A demissão ocorreu após crise política gerada, relacionada a discussões em torno de o ex-ministro, que à época da eleição era presidente nacional do PSL, ter liberado candidaturas “laranjas” no partido, com o objetivo de desviar verbas públicas. Vale ressaltar que, no pleito, Bebbiano foi uma espécie de braço direito de Bolsonaro e que, por conta das acusações e discussões acaloradas com o presidente e também com seu filho, o vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), saiu brigado do governo, dando declarações de guerra declarada ao clã Bolsonarista, com menos de dois meses de mandato.

apresentava o devido preparo técnico. Além disso, o governo Bolsonaro, desde seu início, ficou marcado pela militarização.

Dentre os escolhidos para assumir postos de comando, nove militares figuravam no primeiro escalão, em fevereiro de 2019, e outros 40 oficiais estavam nos segundo e terceiro.

Segue a relação de militares presentes no 1º escalão do governo em fevereiro de 2019:

1. Presidente: capitão do Exército Jair Bolsonaro.
2. Vice-presidente: general do Exército Hamilton Mourão.
3. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional: general do Exército Augusto Heleno.
4. Ministro de Minas e Energia: almirante da Marinha Bento Albuquerque.
5. Ministro da Secretaria de Governo: general do Exército Carlos Alberto dos Santos Cruz.
6. Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: tenente-coronel da Aeronáutica Marcos Pontes.
7. Ministro de Infraestrutura: capitão do Exército Tarcísio Gomes de Freitas.
8. Ministro da Controladoria-Geral da União: capitão do Exército Wagner Rosário.
9. Ministro da Defesa: general do Exército Fernando Azevedo Silva<sup>151</sup>.

Evidentemente, existe uma larga diferença entre um governo totalmente militar e um governo composto por militares, contudo estruturar a base ministerial com integrantes das Forças Armadas diz muito sobre as intenções de Bolsonaro à frente do Executivo, principalmente se a compõe de indivíduos por quem nutre admiração, assim como a demonstra pelos eventos históricos que exalta.

---

<sup>151</sup> Militares já se espalham por 21 áreas do governo Bolsonaro, de banco estatal à educação. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/militares-ja-se-espalham-por-21-areas-do-governo-bolsonaro-de-banco-estatal-a-educacao.shtml>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

### 3.3 AS MEDIDAS REVISIONISTAS DE JAIR BOLSONARO COMO PRESIDENTE DO BRASIL

O primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro ficou marcado pelo incremento de atos ligados a sua visão revisionista sobre a Ditadura. A seguir problematizaremos as oito ocasiões em que o revisionismo bolsonarista foi posto em ação como política de governo, durante o ano de 2019, o primeiro ano de mandato do ex-capitão como presidente da República.

A medida inicial empreendida, seguindo essa ideia, aconteceu 24 dias após a posse, e foi encabeçada pelo vice-presidente, o general Hamilton Mourão. Em 24 de janeiro de 2019, Mourão<sup>152</sup> firmou, em decreto, a alteração da Lei de Acesso à Informação (LAI) nº. 12.527/2011.

A lei, conforme já mencionamos, foi criada no governo Dilma Rousseff, com o intuito de garantir que qualquer cidadão pudesse ter acesso a todos os dados relacionados a instâncias do governo, sendo que apenas o presidente, o vice, os ministros, os comandantes das Forças Armadas e os chefes de missões diplomáticas podiam considerar uma informação como ultrassecreta. O decreto do governo Bolsonaro estendeu essa prerrogativa a comissionados de alto nível e também a dirigentes de fundações e empresas públicas. Essa alteração atingiu um decreto de 2012, que regulamentou a LAI, estabelecendo que uma informação considerada ultrassecreta ficaria sob sigilo pelo prazo de 25 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período apenas uma única vez.

Percebemos que a modificação da lei abria brechas para a corrupção governamental, ou para práticas ilícitas tendo em vista que o que poderia ser visto por qualquer cidadão já não seria mais possível.

De certa forma, a alteração buscada por Mourão apresenta uma semelhança ao tempo da Ditadura, defendido pelo bolsonarismo como um período sem corrupção. Isso porque, com a mudança na LAI, informações ligadas ao governo que outrora não eram consideradas ultrassecretas, tornam-se sigilosas, facilitando que práticas ilícitas sejam “preservadas”, isto é, que não sejam compartilhadas com o grande público.

---

<sup>152</sup> O general Hamilton Mourão estava como presidente em exercício, pois Jair Bolsonaro se encontrava de licença médica.

Assim, viabiliza-se o argumento da não existência de corrupção, ou de práticas ilegais, fato que se procedeu durante o regime militar<sup>153</sup>.

Ao estender a condição de considerar uma informação como ultrassecreta para setores do segundo escalão governamental, o governo Bolsonaro, em certo sentido, pareceu mascarar ações do governo. Felizmente, na votação da revogação desse decreto, na Câmara, o governo sofreu uma de suas primeiras derrotas, não procedendo a modificação do ato normativo<sup>154</sup> em questão.

Seguindo a análise das declarações revisionistas desempenhadas pelo presidente no seu primeiro ano de governo, discorreremos agora acerca da declaração concedida publicamente por ele, em discurso, durante a cerimônia de posse do novo diretor-geral da hidrelétrica de Itaipu. O ex-capitão nomeou para o cargo o general Joaquim Silva e Luna, e aproveitou o evento para elogiar os cinco ditadores brasileiros participantes da construção da usina binacional em parceria com o Paraguai, afirmando serem eles os principais responsáveis pela condução da obra, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. No transcurso da narrativa, Bolsonaro exaltou e fez elogios públicos ao ex-presidente paraguaio Alfredo Stroessner, que conduziu uma Ditadura no país, por quase 35 anos, entre 1954 e 1989<sup>155</sup>. Nas palavras de Bolsonaro:

[...] Marito, isso tudo não seria suficiente se não tivesse do lado de cá um homem de visão, um estadista, que sabia perfeitamente que o seu país, Paraguai, só poderia prosseguir e progredir se tivesse energia. Então, aqui

---

<sup>153</sup> No capítulo anterior, foram elencados alguns dos casos de corrupção ocorridos durante a Ditadura.

<sup>154</sup> Após derrota na Câmara, Bolsonaro revoga decreto que mudava Lei de Acesso à Informação. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/apos-derrota-na-camara-bolsonaro-revoga-decreto-que-mudava-lei-de-acesso.shtml>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

<sup>155</sup> Alfredo Matiuda Stroessner, nascido em Encarnacion, Paraguai, no dia 3 de novembro de 1912, foi um militar de carreira que recebeu designação ao Estado Maior do Exército Paraguaio com apenas 34 anos. Filiado ao Partido Colorado, em maio de 1954, participou de uma conspiração junto a Mendez Fleitas e Tomas Romero Pereira, ministros da República, objetivando a deposição, por um golpe de Estado, do presidente Federico Chavez. Na ocasião, uma quartelada comandada por Stroessner cercou a capital Assunção, que tinha como única defesa o Batallion 40, comandado por Roberto Petit, chefe da polícia nacional (GRAZIANO, 2013, p. 51). Após esse episódio, Stroessner ficou fortalecido politicamente, pois, em agosto do mesmo ano, foi indicado à presidência do país, em convenção partidária dos Colorados. Estabeleceu uma Ditadura, durante a qual foi eleito de forma fraudulenta por sete vezes, num sistema de partido único. O final da década de 1980, na América do Sul, é marcado pelo fim dos regimes militares em todo o continente, não sendo diferente no Paraguai. Em 3 de fevereiro de 1989, uma intervenção militar liderada pelo general Andrés Rodríguez Pedotti finalizou com o regime stronista. O general Stroessner se exilou no Brasil logo em seguida a sua queda, permanecendo no país até 16 de agosto de 2006, dia em que faleceu.

também a minha homenagem ao nosso general Alfredo Stroessner<sup>156</sup>.  
(informação verbal)

“El Stronato”, definição histórica dada ao período em que Stroessner esteve no poder paraguaio, foi o ciclo mais longo em que uma pessoa ficou à frente do governo de um país, na América do Sul, de modo contínuo<sup>157</sup>.

A Ditadura paraguaia, além de ter ocorrido por um maior período de tempo, em relação às congêneres sul-americanas, também é marcada por violações aos direitos humanos, realizadas sumariamente. O Arquivo do Terror<sup>158</sup>, que contém documentos secretos do período Stroessner, descoberto em 1992, traz informações acerca de prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos de opositores, abusos sexuais cometidos em mulheres e crianças, assim como evidências da participação do governo na Operação Condor. Este acordo cooperativo firmado entre as Ditaduras militares do Cone Sul teve o objetivo de eliminar opositores aos regimes autoritários estabelecidos nos países durante as décadas de 1970 e 1980.

Conforme a *Comisión Verdad y Justicia* (CVJ), grupo criado para a análise dos acontecimentos relacionados ao regime stronista, a Ditadura paraguaia possui um número de aproximadamente 21 mil vítimas diretas, sendo 423 desaparecidos, 19.782 detenções ilegais, 18.772 pessoas torturadas, 59 execuções e 3470 exilados durante os seus quase 35 anos de existência<sup>159</sup>.

Portanto, elogiar durante uma solenidade figuras históricas de biografias marcadas por graves violações aos direitos humanos é um ato, no mínimo, controverso. Sendo assim, essa ação de Jair Bolsonaro pode ser considerada como

---

<sup>156</sup> IDSINFOVÍDEO. **Agora! Pronunciamento de Bolsonaro esquerda nunca mais!** Posse do novo diretor de Itaipu 26/02. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7jEEXNZv9do>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

<sup>157</sup> Mais sobre isto: SILVA, Graziano Uchôa Pinto da. **A era Stroessner**: uma análise da cultura política paraguaia (1954-1970). 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011. Disponível em: <[http://ri.ufmt.br/bitstream/1/1355/1/DISS\\_2011\\_Graziano%20Uch%C3%B4a%20Pinto%20da%20Silva.pdf](http://ri.ufmt.br/bitstream/1/1355/1/DISS_2011_Graziano%20Uch%C3%B4a%20Pinto%20da%20Silva.pdf)>. Acesso em: 19 de março de 2020.

<sup>158</sup> A Suprema Corte do Paraguai e a organização Arquivo de Segurança Nacional assinaram, em 3 de agosto de 2007, um convênio com o objetivo de digitalizar o acervo do Arquivo do Terror e disponibilizá-lo para consulta pública.

<sup>159</sup> Dados retirados de: Informe final de La Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay. Disponível em: <[http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/paraguay/Informe\\_Comision\\_Verdad\\_y\\_Justicia\\_Paraguay\\_Conclusiones\\_y\\_Recomendaciones.htm](http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/paraguay/Informe_Comision_Verdad_y_Justicia_Paraguay_Conclusiones_y_Recomendaciones.htm)>. Acesso em: 19 de março de 2020.

sua segunda medida revisionista na qualidade de presidente, comprovando o modo como enxerga esse período na história do Brasil e do continente sul-americano.

No mesmo sentido, podemos localizar a terceira ação revisionista exercida por Bolsonaro, advinda em 25 de março de 2019. Justamente no início da semana que antecedeu o aniversário do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964. Na ocasião, o presidente estendeu autorização às Forças Armadas para comemorem a data realizando solenidades nos quartéis, exaltando o acontecimento e os desdobramentos decorrentes.

Essa medida gerou grande repercussão no país, a maioria em repúdio à decisão do presidente. A informação passada pelo porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, em 25 de março de 2019, foi que Bolsonaro determinou ao Ministério da Defesa “comemorar devidamente”, da maneira que os comandantes achassem necessário, no interior de suas respectivas guarnições e dentro do contexto em que deveriam ser feitas<sup>160</sup>. Explicando a decisão tomada, Barros completou dizendo:

O presidente não considera 31 de março de 1964 um golpe militar. Ele considera que a sociedade, reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se, civis e militares, e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país em um rumo que, salvo o melhor juízo, se isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém<sup>161</sup>. (informação verbal)

Assim, fica nítido o caráter revisionista da ordem baixada aos quartéis pelo presidente, além da visão tendenciosa de Bolsonaro sobre os acontecimentos que iniciaram a Ditadura no Brasil. Nesta dissertação, já analisamos as intenções por detrás do Golpe, elemento que faz parte da cultura política brasileira. Agora é necessário falarmos mais sobre essa tradição autoritária e, em certo sentido, acerca das inspirações que originaram as adesões ao projeto político bolsonarista.

Nesse aspecto, cabe ressaltar o fato de que a cultura política compreende um “[...] sistema de referências em que se reconhecem os membros de uma família

---

<sup>160</sup> Bolsonaro determinou que Defesa faça as “comemorações devidas” do golpe de 64, diz porta-voz. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

<sup>161</sup> AFPBR. **Bolsonaro ordena ‘comemorações devidas’ por golpe de 64**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WInmDIgk8yg>>. Acesso em: 19 de março de 2020.



política, suas lembranças históricas comuns, além de seus símbolos, mitos e ritos, em uma sociedade global” (BERSTEIN, 2003, p. 63).

Essa afirmação se exemplifica com o fato de que, do período varguista ao início da Ditadura Militar, ocorreram dois golpes instituídos pelo uso da força e ambos suspenderam as prerrogativas institucionais. O primeiro deles, o do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, foi o autogolpe de Getúlio Vargas e buscou legitimar seu autoritarismo. O segundo, bastante mencionado neste trabalho, o Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964, legou o país a 21 anos de Ditadura.

Mesmo entre 1945 e 1964, o nominado “Período Democrático”, ocorreram três tentativas das Forças Armadas de romper a ordem vigente. A primeira, em 1954, teve mais uma vez como personagem central Getúlio Vargas. Dessa vez, o então presidente foi a vítima do golpe e não o mentor. Esse evento, junto a uma gama de outros relacionados ao momento político brasileiro, levou Vargas a cometer suicídio, em 24 de agosto daquele ano. A segunda tentativa de quebra da normalidade adveio em 1959, em um movimento opositor a Juscelino Kubitschek, conhecido como a Revolta de Aragarças<sup>162</sup>. E a terceira, ficou marcada pela instituição da saída parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros, que reduziu os poderes constitucionais de João Goulart (constitucionalmente, aquele que deveria assumir o poder) entre 1961 e 1962. Em suma, a presença dos militares como fonte de instabilidade política é uma regra na história da República.

Voltando à repercussão da decisão tomada por Bolsonaro, trataremos agora sobre como o governo buscou minimizar os comentários a respeito do assunto. Em

---

<sup>162</sup> Iniciada em 2 de dezembro de 1959, a Revolta de Aragarças foi um levante militar feito por oficiais da Aeronáutica e do Exército ligados a militares da Revolta de Jacareacanga, ocorrida em 1956, com o mesmo objetivo, depor Juscelino Kubitschek. O estopim da tentativa de golpe no presidente se deu com o sequestro de seu avião. O motivo para isso era o fato de Jânio Quadros ter se recusado a concorrer às eleições presidenciais como candidato dos partidos de oposição a JK. Além disso, os rebeldes acusavam Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, de ser líder de uma conspiração comunista, em sua região, com objetivos de tomar a República. Em suma, os objetivos da revolta eram de bombardear os Palácios das Laranjeiras e do Catete, no Rio de Janeiro, respectivamente, residência oficial da Presidência da República e do governo do estado do Rio de Janeiro, e a ocupação das bases aéreas de Santarém e Jacareacanga, no Pará. Os rebeldes sequestraram quatro aviões e desviaram sua rota para Aragarças. O local foi escolhido, porque era um centro de oficiais geograficamente importante, além de ser caminho de rotas aéreas. Na visão dos organizadores da ação, aquele seria um ponto de difusão importante da luta, visto que serviria de encontro e ligação de aeronaves vindas do Rio de Janeiro e de outras capitais do Brasil. O levante não conseguiu as adesões esperadas. Por exemplo, Carlos Lacerda, considerado um forte aliado do movimento, não apoiou os rebeldes e ainda prestou denúncia sobre o ato ao Ministro da Guerra. Os insurgentes, então, ficaram isolados e a rebelião foi sufocada em apenas 36 horas. Os líderes fugiram de avião para países vizinhos, como Paraguai, Bolívia e Argentina, e só retornaram ao Brasil no governo de Jânio Quadros.

entrevista à imprensa, após sair do evento em comemoração aos 211 anos da Justiça Militar, no dia 28 de março de 2019, o próprio presidente, ao ser indagado sobre ter dado ordens de comemoração sobre o Golpe, afirmou: “Não foi comemorar, foi rememorar, rever o que está errado, o que está certo e usar isso para o bem do Brasil no futuro”<sup>163</sup>. (informação verbal)

Além disso, completou lembrando a Lei da Anistia e a importância de respeitá-la. Todavia, se o intuito era a comemoração da data do Golpe, o ex-capitão deveria lembrar-se de que a CNV, assunto explanado no primeiro capítulo desta dissertação, já se debruçara sobre esses eventos, trazendo à tona as verdades sobre o período.

Devemos ter em mente o fato de que a data celebrada por Bolsonaro, isto é, o aniversário do Golpe, deu início a Ditadura militar no Brasil. Permitir sua comemoração é ser contrário à democracia, haja vista que por mais de 20 anos, a normalidade do Estado de Direito manteve-se comprometida no país. Conforme Marcos Napolitano,

[...] o golpe foi muito mais do que uma rebelião militar, envolveu uma variedade de agentes em seu empreendimento: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores (2014, p. 44-45).

O Golpe, desdobrado na Ditadura que durou 21 anos, trouxe mudanças significativas ao Brasil. Algumas dessas consequências ainda são evidentes no tempo presente.

É necessário também lembrar como a Ditadura dividiu o país em uma disputa sucedida além do campo ideológico. As Forças Armadas diziam estar numa guerra em que não entraram para perder, contra todos que se declarassem opositores ao regime.

Em suma, é impossível enaltecer um episódio no qual milhares de pessoas sofreram expurgos e cujos reflexos ainda existem no país. Comemorar essa efeméride significa desprezar a Constituição vigente. Exaltar a tomada do poder central de nossa República pela força das armas contraria o princípio democrático estabelecido por

---

<sup>163</sup> **Golpe de 1964 Bolsonaro diz que objetivo não é comemorar, mas rememorar.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uXnvYJ2g-bw>>. Acesso em: 19 de março de 2020. Bolsonaro muda tom e diz que ideia é rememorar, e não comemorar, golpe de 1964. **Folha de São Paulo.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-muda-tom-e-diz-que-ideia-e-rememorar-e-nao-comemorar-golpe-de-1964.shtml>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

nossa Carta Magna, promulgada em 1988. Dessa maneira, a ação de Jair Bolsonaro enquadra-se no que está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 85, incisos I, II e III:

São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; (BRASIL, 1988)<sup>164</sup>.

Portanto, incitar a comemoração de um período no qual cinco generais eleitos indiretamente governaram tendo como prerrogativas os Atos Institucionais e o uso da força, e em que sérias violações aos direitos humanos ocorreram, é algo grave, evidenciando o descomprometimento de Jair Bolsonaro com a democracia.

A quarta situação em que a visão revisionista do presidente veio à tona é bastante marcante, pois está ligada a um acontecimento que se deu durante a Ditadura no Brasil, o desaparecimento do estudante universitário e funcionário público pernambucano, em 1974, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira<sup>165</sup>. O atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, é filho desse desaparecido político. Fato que fomentou um grande debate público sobre o episódio.

Isso porque, em 29 de julho de 2019, Bolsonaro afirmou para vários veículos de imprensa, em sua saída costumeira do Palácio do Planalto, ter informações sobre os motivos e autores do desaparecimento do pai de Santa Cruz. Essa declaração foi

---

<sup>164</sup>Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_03.07.2019/art\\_85\\_as\\_p](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_85_as_p). Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

<sup>165</sup> Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira nasceu na cidade do Recife, estado de Pernambuco, em 20 de fevereiro de 1948. Iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista, em 1966, ano em que chegou a ser preso numa manifestação contra o acordo MEC-USAID. Na ocasião, ainda era menor de idade e, por isso, permaneceu uma semana em detenção no Juizado de Menores. Mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1968, quando passou a trabalhar na Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana da Grande Rio, ligada ao Ministério de Interior. A mudança se deveu ao fato de que sofria perseguições por sua militância na cidade onde morava e, estando em uma cidade maior, considerou que seria menos visado. Casou-se com Ana Lúcia Valença de Santa Cruz, em 1970. Posteriormente, ingressou no curso de direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1972, mesmo ano em que seu único filho, Felipe Santa Cruz Oliveira, nasceu. Em 1973, mudou-se novamente com a família, dessa vez para São Paulo, onde assumiu a função de servidor público no Departamento de Águas e Energia Elétrica. Durante o feriado de carnaval do ano de 1974, desapareceu, após ser preso por agentes das Forças Armadas do Estado Brasileiro.

Informações retiradas de: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, (p.1601-1607). Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf)>. Acesso em: 19 de março de 2020.

dada por Bolsonaro como maneira de atacar a atuação da OAB na investigação do caso de Adélio Bispo, autor do atentado à faca do qual foi alvo em 6 de setembro de 2018, à época de sua campanha presidencial. Assim, após reclamar da atuação desempenhada pela entidade no inquérito aberto sobre o suposto crime de Adélio, completou: “Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto para ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Eu conto para ele ...”<sup>166</sup>. (informação verbal)

O fato de Bolsonaro alegar ter conhecimento sobre o desaparecimento de Fernando Santa Cruz, de certa maneira, nos leva a entender que ele é conivente em relação ao crime em questão. Tendo em vista que, legalmente, ter informações sobre um crime e não o denunciar é algo grave para um chefe de Estado.

A declaração de Jair Bolsonaro repercutiu fortemente. Entidades, familiares e políticos repudiaram as declarações do presidente. O presidente da OAB anunciou, por meio de uma carta aberta publicada em rede social, que iria acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a Bolsonaro mais detalhes sobre o acontecimento. Como dito, Felipe Santa Cruz, além de principal representante da Ordem, é filho do militante desaparecido mencionado por Bolsonaro. Em suas palavras:

Nós temos todo respeito pela figura do presidente da República. Mas o presidente Jair Bolsonaro não agiu hoje como tal. Hoje ele agiu como amigo do porão da Ditadura, agiu olhando o passado e dividindo a sociedade brasileira. O presidente mostra uma faceta muito preocupante do governante, que é a crueldade e a falta de empatia com o ser humano<sup>167</sup>. (informação verbal)

A OAB divulgou uma nota de repúdio à declaração de Bolsonaro, ressaltando: "Todas as autoridades do país, inclusive o senhor presidente da República, devem

<sup>166</sup> MIGALHAS. **Bolsonaro diz saber como pai de presidente da OAB desapareceu na Ditadura.** Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=3booV\\_ERyR4](https://www.youtube.com/watch?v=3booV_ERyR4)>. Acesso em: 19 de março de 2020.

Bolsonaro: 'Se o presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu no período militar, eu conto para ele'. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/29/se-o-presidente-da-oab-quiser-saber-como-o-pai-desapareceu-no-periodo-militar-eu-conto-para-ele-diz-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

<sup>167</sup> Presidente da OAB vai interpelar Bolsonaro no STF por fala sobre seu pai. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/presidente-da-oab-vai-interpelar-bolsonaro-no-stf-por-fala-sobre-seu-pai/>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

obediência à Constituição Federal, que tem, entre seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana, na qual se inclui o direito ao respeito da memória dos mortos"<sup>168</sup>.

A diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil, Jurema Werneck, repudiou a afirmação do presidente, dizendo:

O Brasil deve assumir sua responsabilidade, e adotar todas as medidas necessárias para que casos como esses sejam levados à justiça. O direito à memória, justiça, verdade e reparação das vítimas, sobreviventes e suas famílias deve ser defendido e promovido pelo Estado Brasileiro e seus representantes [...], é terrível que o filho de um desaparecido pela Ditadura tenha que ouvir do presidente do Brasil, que deveria ser o defensor máximo do respeito e da justiça no país, declarações tão duras<sup>169</sup> (informação verbal).

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos enviou um ofício à Presidência, solicitando agenda com o presidente ou com um porta-voz para obter as informações que ele disse ter não só sobre Santa Cruz, mas sobre o paradeiro de desaparecidos durante a Ditadura, procurados por mais de 130 famílias.

Por fim, até mesmo aliados políticos de Bolsonaro à época, como o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), repudiaram sua fala:

É inaceitável que um presidente da República se manifeste da forma com que se manifestou. Foi uma declaração infeliz. Não posso silenciar diante desse fato. Eu sou filho de um deputado federal cassado pelo golpe de 1964 e vivi o exílio com meu pai, que perdeu quase tudo na vida em dez anos de exílio pela Ditadura militar<sup>170</sup>. (informação verbal)

Após toda a repercussão da fala, Bolsonaro retornou o assunto em uma transmissão ao vivo pela internet. Na sua *live* semanal, enquanto cortava o cabelo, apresentou sua versão sobre o desaparecimento de Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira<sup>171</sup>.

Segundo o presidente, Fernando Santa Cruz fazia parte do grupo “mais sanguinário” em combate à Ditadura, a Ação Popular (AP), no Recife (PE), e foi morto

<sup>168</sup> Nota de repúdio às declarações do presidente da República. **OAB Nacional**. Disponível em: <<https://www.oab.org.br/noticia/57393/nota-de-repudio-as-declaracoes-do-presidente-da-republica?argumentoPesquisa=fernando%20santa%20cruz>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

<sup>169</sup> Anistia repudia fala de Bolsonaro sobre a morte do pai do presidente da OAB. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/29/anistia-repudia-fala-de-bolsonaro-sobre-a-morte-do-pai-do-presidente-da-oab.htm>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

<sup>170</sup> Ataque de Bolsonaro a presidente da OAB gera indignação. **Deutsche Welle**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/ataque-de-bolsonaro-a-presidente-da-oab-gera-indigna%C3%A7%C3%A3o/a-49804277>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

<sup>171</sup> BAND JORNALISMO. **Bolsonaro fala sobre pai de Santa Cruz**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-R6cJdlk3c8>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

por seus pares, quando se encontrou com eles no Rio de Janeiro, porque estavam desconfiados de serem descobertos, levando a organização à queda<sup>172</sup>, e à queima conseqüentemente<sup>173</sup>.

A grande questão quanto a isso se relaciona ao fato de Bolsonaro, mais uma vez, utilizar teses negacionistas para justificar a repressão contra opositores durante a Ditadura. Essa argumentação, uma espécie de “teoria dos dois demônios”, como explicação para a morte de militantes foi amplamente contestada, desde os anos 1980, tanto pela historiografia quanto pelas entidades de direitos humanos, pois como elucidado no capítulo 1 desta dissertação, essa ideia corresponde a uma leitura equivocada da realidade.

O outro argumento do presidente, sobre a prática do justicamento, ou seja, a morte de militantes por seus pares da guerrilha, também foi descartada.

Segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Fernando Santa Cruz foi preso e, depois, morto por agentes do Estado brasileiro, permanecendo desaparecido, visto que os seus restos mortais não foram entregues a sua família (BRASIL, 2014, p.1607). A conclusão expressa no relatório é baseada no relato de dois ex-agentes da Ditadura sobre o desaparecimento do militante, assim como na apuração dos fatos, a partir de vasta documentação relacionada ao caso.

O relatório da CNV elencou duas hipóteses prováveis para o desaparecimento de Fernando Santa Cruz. A primeira é a de que, depois de preso na cidade do Rio de Janeiro, ele foi levado para o DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, morto no local e sepultado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, atualmente necrópole municipal, mas que, no período da Ditadura, foi utilizada para abrigar mais de mil sepultamentos clandestinos, de desaparecidos políticos mortos pelo Estado, alocados em duas valas.

---

<sup>172</sup> Segundo o **Dicionário da Subversão**, publicação difundida pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), era a prisão de militantes, apreensão de material ou descoberta de aparelho (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.253).

<sup>173</sup> Revelação de um fato clandestino, uma identidade, um aparelho e uma ação. Era dito, por exemplo, que um aparelho estaria queimado quando fosse do conhecimento da repressão (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.253).

A segunda suposição é de o militante, junto a seu amigo Eduardo Collier Filho<sup>174</sup>, ter sido levado até a Casa da Morte<sup>175</sup>, em Petrópolis (RJ), torturado e morto no local e, em seguida, incinerado na Usina Cambahyba, localizada na cidade de Campos dos Goytacazes, também no estado do Rio de Janeiro. Conforme o Relatório Final da CNV,

[...] esta hipótese é embasada, sobretudo, no depoimento prestado pelo ex-delegado do DOPS/ES, Claudio Guerra, que afirmou que os corpos dos dois militantes teriam sido incinerados na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes (RJ). Em depoimento prestado à CNV, o agente chegou a reconhecer formalmente uma foto de Fernando de Santa Cruz e apontá-lo como uma das vítimas que teria recolhido na Casa da Morte para transportar para a usina (BRASIL, 2014, p. 1603-1604).

Além disso, Guerra confirmou a mesma hipótese em entrevista organizada em livro, concedida aos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros, no ano de 2012. Segundo o ex-agente da Ditadura, folheando o *Livro dos desaparecidos*, produzido pela Presidência da República: “consegui identificar as pessoas que eu levei para cremação” (GUERRA; NETTO; MEDEIROS, 2012, p. 54). O ex-delegado, Cláudio Guerra, de certa maneira confirma a hipótese de que Santa Cruz foi torturado, morto e, em seguida, levado para o desaparecimento, ao afirmar o seguinte:

Fiz viagens entre a Casa da Morte e a usina de Campos para levar corpos, que eu identifiquei, pelo livro, serem de Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira, Eduardo Collier Filho, José Roman e Luiz Ignácio Maranhão Filho. Afirmando, não torturei, não matei. Somente transporte os cadáveres para a incineração. [...] a usina de Campos, servia como um braço operacional das execuções, uma alternativa para eliminar vestígios dos mortos pelo regime (GUERRA; NETTO; MEDEIROS, 2012, p. 58).

Desse modo, a conclusão obtida a partir da análise desenvolvida é a de que Jair Bolsonaro buscou polemizar acerca de fatos relacionados a um acontecimento histórico já apurado e aceito. Mais uma vez, agora na Presidência, Bolsonaro insiste em criar uma versão alternativa da história, colocando em dúvida a atuação da CNV,

<sup>174</sup> Nascido em 5 de dezembro de 1948, na cidade do Recife (PE), Eduardo Collier Filho era militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Estudou Direito na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e foi cassado pelo Decreto-Lei 477, enquadrado como estudante subversivo. Em 1968, foi indiciado em inquérito policial pelo DOPS, por ter participado do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo. Em 23 de fevereiro de 1974, foi preso por agentes das Forças Armadas do Estado brasileiro junto com Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira. Ambos se encontram desaparecidos até a presente data.

<sup>175</sup> Conforme Elio Gaspari, a casa localizada na rua Arthur Barbosa, 668, em Petrópolis, Rio de Janeiro, funcionava como um aparelho de torturas e assassinatos. O codinome do local era Codão, e funcionava como uma base do Centro de Informações do Exército (GASPARI, 2002, p. 378).

em relação a sua análise sobre fatos ocorridos durante a Ditadura. Além disso, desenvolveu essa ação, atacando os familiares da vítima em questão, simplesmente pelo fato de não ter sua vontade atendida sobre o processo de seu atentado, ou seja, de certa maneira, a motivação de Bolsonaro em criar essa versão do acontecido foi totalmente pessoal.

Seguindo a análise de atitudes revisionistas de Jair Bolsonaro, explanaremos agora sobre o elogio à Ditadura brasileira, feito pelo presidente, durante seu discurso na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, nos Estados Unidos.

Tradicionalmente, desde 1949, cabe ao representante brasileiro abrir o debate geral da Assembleia das Nações Unidas. Foi o primeiro pronunciamento de Bolsonaro como chefe de Estado nesse encontro e, durante a explanação, o presidente reafirmou as mesmas ideias que sempre o acompanharam durante sua trajetória política. Ou seja, criticou os governos anteriores. Novamente afirmou que salvou o Brasil do “socialismo”. Finalizou, criticando uma ação política desenvolvida durante o mandato de Dilma Rousseff, em especial, o programa Mais Médicos.

O referido Programa foi lançado em 8 de julho de 2013, com o objetivo de suprir a carência de médicos em municípios do interior e nas periferias de grandes cidades do Brasil. Segundo dados do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS), o projeto contou com a participação de aproximadamente 19 mil médicos, sendo mais de 11 mil de nacionalidade cubana, atuando em 4058 municípios e 34 áreas indígenas<sup>176</sup>.

Após ser eleito, Jair Bolsonaro cancelou o programa, criando um novo, chamado Médicos pelo Brasil. Desse, apenas brasileiros poderiam participar. O governo cubano, por meio de nota, solicitou o retorno de seus profissionais a Cuba.

Durante o discurso na Assembleia da ONU, o presidente teceu críticas ao programa e a Cuba, além de aproveitar o ensejo para elogiar, mais uma vez em uma cerimônia realizada no exterior, a Ditadura brasileira. Assim como fez no Paraguai, declarou que os militares brasileiros, em 1964, venceram a guerra contra o socialismo durante a década de 1960. Observa-se que as falas de Bolsonaro procuram realizar

---

<sup>176</sup> Mais sobre isto: **Mais médicos** – resultados para o país. Disponível em: <<http://maismedicos.gov.br/resultados-para-o-pais>>. Acesso em: 21 de março de 2020.



uma ligação entre sua vitória eleitoral e o Golpe de 1964. Como é possível verificar no fragmento:

Em 2013, um acordo entre o governo petista e a Ditadura cubana trouxe ao Brasil 10 mil médicos sem nenhuma comprovação profissional. Foram impedidos de trazer cônjuges e filhos, tiveram 75% de seus salários confiscados pelo regime e foram impedidos de usufruir de direitos fundamentais, como o de ir e vir. Um verdadeiro trabalho escravo, acreditem.... Respalado por entidades de direitos humanos do Brasil e da ONU!

Antes mesmo de eu assumir o governo, quase 90% deles deixaram o Brasil, por ação unilateral do regime cubano. Os que decidiram ficar, irão se submeter à qualificação médica para exercer sua profissão. Deste modo, nosso país deixou de contribuir com a Ditadura cubana, não mais enviando para Havana 300 milhões de dólares todos os anos.

A história nos mostra que, já nos anos 60, agentes cubanos foram enviados a diversos países para colaborar com a implementação de Ditaduras. Há poucas décadas tentaram mudar o regime brasileiro e de outros países da América Latina. Foram derrotados! Civis e militares brasileiros foram mortos e outros tantos tiveram suas reputações destruídas, mas vencemos aquela guerra e resguardamos nossa liberdade<sup>177</sup>. (informação verbal)

No discurso, Bolsonaro apresentou informações falsas em relação ao programa Mais Médicos e também a respeito da Ditadura no Brasil. Os médicos cubanos que atuavam em território brasileiro tinham sim formação profissional. A Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que instituiu o programa Mais Médicos, no seu Artigo 13, diz o seguinte:

Art. 13. É instituído, no âmbito do Programa Mais Médicos, o Projeto Mais Médicos para o Brasil, que será oferecido:

I - aos médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no País; e

II - aos médicos formados em instituições de educação superior estrangeiras, por meio de intercâmbio médico internacional.

§ 1º A seleção e a ocupação das vagas ofertadas no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil observarão a seguinte ordem de prioridade:

I - médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no País, inclusive os aposentados;

II - médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior; e

---

<sup>177</sup> ESTADÃO. **Assista à íntegra do discurso de Jair Bolsonaro na ONU**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw>>. Acesso em: 21 de março de 2020. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/09/24/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-abertura-da-assembleia-geral-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 21 de março de 2020.

III - médicos estrangeiros com habilitação para exercício da Medicina no exterior (BRASIL, 2013)<sup>178</sup>.

Além disso, dados do Tribunal de Contas da União (TCU), de 2017, apontaram que, dos 18.240 médicos participantes do programa até o período, 29% (5.274) eram formados em instituições de ensino brasileiras, assim como 8,4% (1.537) tinham diplomas de universidades do exterior e 62,6% (11.429) eram cubanos e faziam parte do acordo de cooperação com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Esses números produzidos por um órgão do Estado brasileiro comprovam<sup>179</sup> que os dados divulgados por Jair Bolsonaro não têm base na realidade.

Sobre a Ditadura, como demonstramos nos tópicos anteriores, a opinião do presidente está embasada na visão anticomunista. Segundo tal ótica, Cuba representava uma espécie de “ameaça vermelha” permanente à América Latina<sup>180</sup>.

Conforme Motta, o temor ao comunismo foi o “cimento” da mobilização anti Goulart e “[...] o medo expressado por eles durante a crise era efetivo” (MOTTA, 2002, p. 276). Apesar de existir um temor real ao comunismo em 1964, baseado sobretudo na defesa da propriedade privada e da moral cristã católica, tal fato não justifica exaltar o Golpe Civil-Militar ocorrido naquele ano, evento fruto de uma mobilização que reuniu diversos setores da sociedade brasileira.

Dessa maneira, quando Bolsonaro exterioriza esse tipo de declaração, busca manifestar sentimentos presentes em parte de seus apoiadores saudosistas do regime militar. Evidencia novamente que sua preocupação nunca esteve baseada em dados factuais, mas sim que teve por objetivo mobilizar o apoio de seus pares e simpatizantes, criando versões alternativas da história. Ou seja, sua meta nas declarações sobre a Ditadura é exaltar um “passado que nunca existiu”.

Finalmente, é oportuno analisar a iniciativa mais significativa do primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro, a reformulação da chamada Comissão Nacional da Anistia.

---

<sup>178</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm)>. Acesso em: 21 de março de 2020.

<sup>179</sup> Dados retirados de: TCU aponta que Mais Médicos é eficaz, mas precisa corrigir falhas financeiras . TCU. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-aponta-que-mais-medicos-e-eficaz-mas-precisa-corrigir-falhas-financeiras.htm>>. Acesso em: 21 de março de 2020.

<sup>180</sup> Durante a década de 1960, o temor a Cuba poderia ser visto como algo correto, pelo contexto da época. Com a Revolução Cubana, a Ilha trouxe para si os olhares do mundo, e os Estados Unidos, influenciados pela Doutrina Truman, não queriam o desenvolvimento do socialismo em outros países da América Latina.

A Comissão de Anistia foi criada em 28 de agosto de 2001 pela Medida Provisória (MP) nº 2.151, sancionada por Fernando Henrique Cardoso, à época, presidente do Brasil. Em 13 de novembro de 2002, essa MP transformou-se na Lei 10.559<sup>181</sup> e, a partir de então, os atos de perseguição política, ocorridos entre 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988 (data em que foi promulgada a Constituição Federal) passaram a ser apurados por essa representação.

Atualmente, ainda existem indenizações a serem analisadas e aprovadas. Contudo o governo Bolsonaro, guiado por uma política de Estado revisionista, já negou aproximadamente 85% dos 2717 pedidos, em poucos mais de um ano de mandato, visto que a ordem dada pelo presidente para a pasta chefiada por Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é de negar todos os pedidos<sup>182</sup>. Ademais, no período entre 2002 e 2018 a Comissão de Anistia estava ligada ao Ministério da Justiça.

Essa discussão sobre a presente atuação da Comissão de Anistia é válida, pois, desde sua criação, mais de 65 mil requerimentos foram apreciados, dentre os 77 mil apresentados ao órgão<sup>183</sup>. Além disso, deve ser reconhecida a atuação do Estado brasileiro, desde a criação desse conselho, em desenvolver, de forma pública e pelos meios legais, os princípios da democracia e das medidas transicionais, ao indenizar cada anistiado, legando-lhe o direito à reparação, memória e verdade.

Desse modo, quando a única diretriz do Poder Executivo é a negação dos pedidos à Comissão, fica evidente o descompromisso do bolsonarismo com os princípios citados acima. Por outro lado, é também explícita a vontade do presidente de desenvolver o silêncio, tendo em vista que para os militares, este seria a primeira etapa do esquecimento, do apagamento da memória e da história das cisões que ameaçam cindir a sociedade (NAPOLITANO, p.321, 2014).

Se na Ditadura Militar, o silêncio oficial e a censura exemplificaram a postura do governo sobre esses casos, a partir de 2019, o revisionismo foi assumido como

---

<sup>181</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm)>. Acesso em: 21 de março de 2020.

<sup>182</sup> Orientação na Comissão de Anistia é negar pedidos em massa, diz conselheiro do órgão. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/orientacao-na-comissao-de-anistia-e-negar-pedidos-em-massa-diz-conselheiro-do-orgao.shtml>>. Acesso em: 21 de março de 2020.

<sup>183</sup> Dados disponíveis em: Sobre a comissão. **Justiça e Segurança pública**. <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/sobre-a-comissao/sobre-a-comissao>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

política de memória do Estado brasileiro. A postura de relativizar o Golpe Civil-Militar de 1964, de justificar a Ditadura e, por fim, de defender a anistia de 1979, com o perdão aos torturadores, é um marco da conciliação pós-regime.

Assim, basta esquecer, apagar, não dar atenção ao tema e o mesmo será deixado para trás, com a força do tempo. A situação da Comissão de Anistia recebeu mudanças durante o ano de 2020. Por mais que o foco desse capítulo seja o ano de 2019, vale mencionar as ações desempenhadas pelo governo Bolsonaro no órgão, a partir de medidas adotadas pela ministra Damares Alves.

Como já mencionado, desde o início do mandato de Bolsonaro, a ordem é a de negar os requerimentos de anistia e encerrar o assunto. Tal atitude objetiva criar um silêncio sobre o tema, legando-o ao esquecimento. Desse modo, as mudanças nos integrantes que compõem a Comissão de anistia<sup>184</sup> são elementos de destaque. Existem conselheiros no grupo de trabalho que denominam ex-militantes durante a Ditadura, como terroristas, o que de certa maneira condiciona a uma visão alternativa e maniqueísta da história, comprometendo as devidas reparações indenizatórias.

Em 8 de junho de 2020, a ministra Damares Alves anulou a Anistia de aproximadamente 300 pessoas<sup>185</sup>. A alegação concedida foi a de que o período em questão não possui existência de perseguição comprovada<sup>186</sup>. O fragmento a seguir é a explicação da ministra para o que em sua visão lhe permite anular as indenizações: "A lei é muito clara. É para analisar requerimentos de pessoas que foram perseguidas politicamente num período. A maioria dessas pessoas está com idades muito avançadas. Eu não consigo ver pessoas jovens entrando com requerimento agora". (informação verbal)

Em suma, a ministra enxerga-se no mérito de anular um direito conquistado por indivíduos lesados pelo Estado brasileiro, baseando-se em uma análise pessoal. Fica evidente a tentativa de silenciar aspectos sobre o período militar, tendo em vista que se os pedidos são negados, ou perdões anulados, a memória sobre o período

---

<sup>184</sup> Sob Bolsonaro, Comissão de Anistia muda critérios e vítima vira terrorista. **UOL**. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/10/anistiando-terrorista-e-decisao-com-base-em-infancia-militar-as-decisoes.htm> >. Acesso em: 20 de junho de 2020.

<sup>185</sup> Damares Alves anula anistia política de 300 pessoas. **Época**. Disponível em: < <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/damares-alves-anula-anistia-politica-de-300-pessoas-24468661> >. Acesso em: 20 de junho de 2020.

<sup>186</sup> Portaria nº 1.266, de 5 de junho de 2020. Disponível em: < <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.266-de-5-de-junho-de-2020-260558043> >. Acesso em 20 de junho de 2020.

aos poucos é alterada, e assim, versões alternativas sobre a história são desenvolvidas. Em suma, esse é o interesse do bolsonarismo ao utilizar o revisionismo como política de governo.

Essa posição também norteou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 2019. Tradicionalmente, certos temas históricos são cobrados no exame anual feito pelo Ministério da Educação (MEC). Desde a primeira prova, em 1998, o conteúdo sobre a Ditadura aparecia na prova. A última edição inovou. O assunto não foi cobrado pela primeira vez.

Perguntado sobre o fato de o tema Ditadura militar no Brasil não ter sido cobrado no Enem, Jair Bolsonaro respondeu, em *live*<sup>187</sup>, no dia 7 de novembro de 2019: daí a imprensa falou, 'não houve questão sobre Ditadura'. Bem, parabéns, imprensa, nunca houve Ditadura no Brasil<sup>188</sup>. (informação verbal)

Como já dito, o revisionismo bolsonarista, em alguns momentos, busca a negação dos fatos históricos verídicos. Assim, o presidente empreende sua tarefa de criar uma versão alternativa sobre a Ditadura no Brasil. Seus seguidores ficam emocionalmente satisfeitos ao escutarem afirmações como essa, negando algo que os grupos considerados como “esquerdas” sempre defendem ter ocorrido.

Bolsonaro sabe que o campo da memória é de disputas, e influencia na construção orgânica de um grupo, trazendo capilaridade política. Os seguidores do bolsonarismo apegam-se a ideia de passado glorioso, cristalizado pela Ditadura. Quando o presidente noticia a eles a derrubada de um mito histórico, como modo de ação para buscar o sucesso no empreendimento de sua política de Estado revisionista, apaga o passado e cria uma disputa de narrativas sobre o período, fundamentada em embates nos quais as ações e manifestações desenvolvidas pelos participantes desse conflito memorial estão dotadas de um significado próprio.

---

<sup>187</sup> INTERROGADOS WORLD. **Live: BOLSONARO FALA AO POVO BRASILEIRO!** | 07/11/2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a2XvrZyKv9o>>. Acesso em: 21 de março de 2020.

<sup>188</sup> Bolsonaro elogia Enem "sem polêmica" e diz que não houve Ditadura no Brasil. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/14/bolsonaro-elogia-enem-sem-polemica-e-diz-que-nao-houve-Ditadura-no-brasil.htm>>. Acesso em: 21 de março de 2020.

## CONCLUSÃO

A presente dissertação analisou como o presidente da República Jair Messias Bolsonaro é um revisionista da Ditadura no Brasil, haja vista o destaque concedido à visão alternativa e elogiosa sobre o período de exceção.

Ao mesmo tempo que Bolsonaro apresenta-se como um exaltador dos governos militares no Brasil, nega a existência de uma Ditadura, ou seja, geralmente, entra em contradição no desenvolvimento de suas análises. Ora, para ele, a Ditadura aconteceu e foi muito branda, ora nada ocorreu, sendo apenas uma falácia daqueles que buscam execrar as Forças Armadas.

O objetivo de Bolsonaro, nesse tipo de ação, é que se volte ao silêncio sobre o período. Geralmente quando questionado por algum posicionamento considerado polêmico pela opinião pública, além de ataques gratuitos às esquerdas, a militantes e desaparecidos políticos do período, um elemento sempre é defendido: a preservação da Lei da Anistia de 1979, que perdoou e ainda serve de proteção aos agentes que contribuíram na repressão, à época da Ditadura. Assim, lembrar pelo viés de quem foi execrado não faz parte da defesa do presidente, pois rememorar sob esse ponto de vista colocaria em questão o quanto pessoas comuns, defensoras de ideias contrárias à Ditadura, foram lesadas pelo uso da força e de métodos coercitivos.

Desse modo, é válido mencionar os avanços em torno das políticas transicionais, as quais contribuíram positivamente no desvendamento de questões relacionadas ao passado ditatorial brasileiro. A promulgação da Lei de mortos e desaparecidos, nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995 representou, à época, o compromisso do Estado Brasileiro com a reconciliação e pacificação nacional, expressos no texto da Lei da Anistia de 1979. As reparações indenizatórias a ex-militantes e familiares de mortos e desaparecidos políticos também representaram, no período pós-Ditadura, um passo importante na rememoração válida desse período, pois o ato, de certa maneira, mostrava a visão do país acerca desse período de nossa história.

Na década de 2000, aconteceram várias medidas transicionais que auxiliaram na produção de memórias sobre o período de Ditadura militar e indicaram a importância social de se evitar fatos como esse novamente. Os arquivos do ex-Serviço

Nacional de Informações (SNI) foram alocados no Arquivo Nacional em 2005. O livro *Direito à memória e à verdade*, cuja importância se reconhece pelo fato de ser a primeira publicação do Estado brasileiro sobre a Ditadura, foi publicado em 2007. Em 2009, o projeto “Memórias Reveladas” foi criado, com o objetivo de coletar e organizar documentos sobre o regime, existentes no território nacional.

Por fim, a principal ação, a criação da Comissão Nacional da Verdade, adveio em 2011. Tratava-se, como vimos nesta dissertação, de um grupo de trabalho destinado a discutir sobre o passado ditatorial brasileiro, com o objetivo de trazer à tona uma versão fidedigna dos fatos relacionados à repressão política no Brasil.

Todas essas medidas sofreram oposição de Jair Bolsonaro, na qualidade de parlamentar na Câmara dos Deputados, pois, para ele, rememorar a Ditadura não era sinônimo de reparação histórica, mas de exaltação do período em que as Forças Armadas evitaram o comunismo no Brasil.

Com base nisso, é nítido o fato de Bolsonaro buscar contar uma nova história, embora sua versão não seja correta, pois se pauta em uma invenção, criada por quem idealizou o Golpe Civil-Militar de 1964 e ainda o exalta no tempo presente. Vale mencionar o fato de que os argumentos defendidos por Bolsonaro são os mesmos elucidados no *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, e sendo assim, observamos ser esta obra um ponto de partida para os eventos que se sucederam na conjuntura analisada.

Finalizamos este trabalho no mês em que o Brasil completa sete anos de instabilidade política interrupta. Essa fragilidade institucional é fruto das Jornadas de Junho de 2013 que se desenvolveram em meio a reivindicações de movimentos sociais de esquerda. Esses protestos, no decorrer das ações desempenhadas, transformaram-se num conjunto de mobilizações sem foco determinante que serviram como laboratório para grupamentos das direitas ganharem voz e visibilidade na conjuntura.

Afirmamos isso no sentido de que as eleições de 2014, subsequentes a esse evento, foram polarizadas, e o segundo mandato de Dilma Rousseff foi iniciado em meio a uma crise econômica transformada em crise política, levando a presidenta à deposição. O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, foi uma manobra política

e jurídica arquitetada e feita no cerne do Estado, e desse modo nominamos o afastamento da presidenta de Golpe de 2016.

Destacamos também que esses acontecimentos possuem ligação com o revisionismo bolsonarista relacionado à Ditadura no Brasil, e ao lado disso, configuram-se em expressões do antipetismo, fenômeno político que marca o período, haja vista que o objetivo central em ambos eventos era o fim do governo capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores. Contudo, o que era expressado pelos grupos contrários ao governo em declarações públicas, ia além da aversão ao PT, chegando a protagonizar elogios ao período da Ditadura, algumas vezes feitos de forma velada, e outros de maneira escancarada.

Essa afirmação se embasa no fato de que o primeiro episódio aqui elencado, as Jornadas de Junho de 2013, inaugurou a presença dos intervencionistas em manifestações, isto é, pessoas que ainda na atualidade, protestam pedindo a volta da Ditadura em cartazes e faixas que solicitam uma intervenção militar no Brasil com base no artigo 142 da Constituição Federal, o qual não indica em nenhuma parte a autorização às Forças Armadas de empreenderem uma escalada ao poder, mas sim auxiliar os poderes da República em caso de anomia social.

O segundo evento, o Golpe de 2016, recebeu como adeptos, pessoas que antes de insatisfeitas com a crise que se instaurou no país, ou contrárias às medidas de austeridade tomadas pelo governo Dilma, eram antipetistas em potencial, ou seja, não eram favoráveis às políticas públicas desenvolvidas pelo lulopetismo, no país durante seus 13 anos no poder. Além disso, muitos dos que apoiavam a deposição de Dilma Rousseff, evocavam seu passado guerrilheiro, assim como o histórico de lutas da presidenta, contra a Ditadura, como algo abjeto e vergonhoso. Vale mencionar também, os diversos ataques misóginos a sua figura. É interessante ressaltar que Dilma foi a primeira mulher a se tornar chefe do Poder Executivo no Brasil.

Uma nova roupagem do anticomunismo fica evidente nesse período. Para amplos setores, o Partido dos Trabalhadores representava a implantação do socialismo no Brasil e semelhante ao período antecedente ao Golpe Civil-Militar de 1964, uma campanha de boatos pejorativos relacionados à pessoa da presidenta, ou mesmo a personalidades ligadas ao governo ganhou o país. Ademais, também



entraram em cena escândalos de corrupção em que figuras importantes do partido figuravam como suspeitas.

As políticas públicas assistencialistas do PT em torno da inclusão social, como: a Lei de cotas em concursos e universidades públicas, as medidas ligadas à visibilidade LBGT+, a ampliação das universidades, institutos federais e programas de acesso ao ensino superior, e mesmo o surgimento de uma classe C, que havia recebido crédito, e assim poder de compra, por exemplo, eram criticadas por formadores de opinião na mídia. Esses fatores ligados a outros, contribuíram para aumentar a rejeição ao PT e as teses sobre o suposto “comunismo” que seria implantado no Brasil.

Por fim, entre os meses de abril e agosto de 2016, adveio o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Além do anticomunismo e da aversão ao assistencialismo lulopetista, o revisionismo relacionado à Ditadura no Brasil aparece na votação definitiva para o prosseguimento da ação, na qual o então deputado federal Jair Bolsonaro saúda Brilhante Ustra, o primeiro agente da Ditadura condenado pela Justiça brasileira por ter torturado pessoas durante a Ditadura militar. Vale ressaltar o fato de que o Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, registrou em torno de 502 casos de tortura e mais de 40 assassinatos ocorridos no DOI-Codi sob o comando de Ustra. O parlamentar em questão, votou favorável, e mesmo que sua menção ao coronel algoz de diversas vítimas durante a Ditadura configurasse em elemento cabível para o afastamento de suas funções, nada ocorreu, pelo contrário, seu parecer foi aplaudido por maioria no plenário e lhe deu visibilidade o bastante para empreender uma campanha à Presidência da República, centrada no antipetismo que derrubou Dilma, assim como através do saudosismo revisionista sobre a Ditadura no Brasil.

Em 2018, esse deputado venceu as eleições gerais, e a partir de janeiro de 2019 tornou-se chefe do Poder Executivo brasileiro. As ações de seu primeiro ano de governo pautaram-se nos elementos centrais de sua campanha, o antipetismo e o revisionismo. Tais caracteres são provados com base nas medidas adotadas desde o período da transição governamental, ainda em 2018, a partir da montagem do gabinete ministerial com presença maciça de militares, o maior número desde a Ditadura, por meio declarações públicas marcadas por ataques à democracia e ao lulopetismo, que saiu do governo ainda em 2016, e, por fim através dos elogios à Ditadura feitos pelo próprio presidente, ministros e correligionários.

Em suma, o Brasil do revisionismo bolsonarista é marcado pela confluência de interesses políticos ligada em uma espécie de casamento entre antipetismo e revisionismo à Ditadura. Surgido em meio à crise que se instalou na política brasileira a partir de 2013, desenvolveu-a, bem mais do que a sanou, e assim, nos lega a um tempo presente de incertezas.

Portanto, o passado ditatorial brasileiro deve ser lembrado para jamais ser repetido. Os abusos da memória, por sua vez, precisam ser constantemente repudiados em nossa contemporaneidade, para que não afete a escrita da história e para que não produza versões alternativas de fatos históricos. Ressalta-se, por fim, a importância de se recuperar o passado como tarefa fundamental para entender a evolução de nossos tempos. Todavia, o presente não pode ser controlado pelos eventos anteriores de uma sociedade, pois assim, a atualidade estará comprometida, e seu desenvolvimento será obsoleto.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

#### Livros

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **O governo Dutra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

PRESTES, Luís Carlos. **Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antilperialista**. s/local: Editorial Vitória, s/data. Texto conhecido como: **Manifesto de 1948**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/ano/mes/enfrentar.htm#tr1> [1948]>. Acesso em: 7 de junho de 2020.

#### Relatórios

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos/Comissão da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

**Informe final de la Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay**. Disponível em: <[http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/paraguay/Informe\\_Comision\\_Verdad\\_y\\_Jusrticia\\_Paraguay\\_Conclusiones\\_y\\_Recomendaciones.htm](http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/paraguay/Informe_Comision_Verdad_y_Jusrticia_Paraguay_Conclusiones_y_Recomendaciones.htm)>. Acesso em: 19 de março de 2020.

#### Entrevista

NEVES, Tancredo. Tancredo e a transição democrática. **Carta Maior**. Brasília: Câmara dos Deputados, 17 jan. 1985. Entrevista transcrita e testemunhada por Mauro Santayana. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Tancredo-e-a-transicao-democratica/21509>>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

#### Periódicos

Acervo on line Jornal *Correio Braziliense*.

Acervo on line Jornal *Deutsche Welle*.

Acervo on line Jornal *El País*.

Acervo on line Jornal *Folha de São Paulo*.

Acervo on line Jornal *G1*.

Acervo on line Jornal *O Estado de São Paulo*.

Acervo on line Jornal *O Globo*.

Acervo on line Jornal *Poder 360*.

Acervo on line Jornal *Século Diário*.

Acervo on line Jornal *The Intercept Brasil*.

Acervo on line Jornal *UOL*.

Acervo on line *Nexo Jornal*.

Acervo on line *Rede BBC*.

Acervo on line *Rede CBN*.

Acervo on line *Revista Carta Maior*.

Acervo on line *Revista Der Spiegel*.

Acervo on line *Revista Época*.

Acervo on line *Revista Exame*.

Acervo on line *Revista Fórum*.

Acervo on line *Revista Veja*.

## **Legislações**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.140**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, 4 de dezembro de 1995. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm)>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

BRASIL. **PORTARIA Nº 1.266, DE 5 DE JUNHO DE 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.266-de-5-de-junho-de-2020-260558043>>. Acesso em 20 de junho de 2020.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro (PMDB)**. Brasília, 2015.

## Referências audiovisuais

A festa dos eleitores na casa de Bolsonaro. **Jornal O Globo**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=X\\_A8rOz2h3l](https://www.youtube.com/watch?v=X_A8rOz2h3l)>. Acesso em: 17 de março de 2020.

Assista a íntegra do discurso de Jair Bolsonaro na ONU. **Estadão**. 24 set 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw>>. Acesso em: 21 de março de 2020.

Agora! Pronunciamento de Bolsonaro esquerda nunca mais! Posse do novo diretor de Itaipu 26/02. **IDSInfoVídeo**. 26 fev 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7jEEXNzV9do>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

Agora é Tarde - Leandro Narloch. **neusanatv**. 10 ago 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0DxbmU1Z4sM>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

BAND JORNALISMO. **Bolsonaro fala sobre pai de Santa Cruz**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-R6cJdlk3c8>>. Acesso em: 19 de março de 2020. Bolsonaro ordena 'comemorações devidas' por golpe de 64. **AFPBR**. s/d Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WInmDIgk8yg>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

Bolsonaro: "Sou a favor da tortura, golpe militar, fechar o congresso nacional e matar inocentes." **Ativismo Protestante - AP**. s/d Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ihvI497x37c>>. Acesso em: 03 de março de 2020.

Bolsonaro diz saber como pai de presidente da OAB desapareceu na Ditadura. **Migalhas**. s/d. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=3booV\\_ERyR4](https://www.youtube.com/watch?v=3booV_ERyR4)>. Acesso em: 19 de março de 2020.

Bolsonaro fala em fraude na eleição de 2018 sem mostrar provas. **Uol**. s/d. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=16&v=xHJ\\_QvshTvk&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?time_continue=16&v=xHJ_QvshTvk&feature=emb_title)>. Acesso em: 17 de março de 2020.

Caminhoneiros pedindo Intervenção Militar. **Marcos Umberto**. 28 mai 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U65agEWcK38>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

Campanha de Haddad denuncia a Ditadura Bolsonaro. **TV 247**. s/d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2k6aOr9Us90>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

DEFESA COMEMORA O 31 DE MARÇO. **Jair Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4b9ZpFeCASI>>. Acesso em: 3 de março de 2020.

Discurso de Bolsonaro no parlatório do Planalto. **Poder360**. 1º jan 2019. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=oCT1AKfXx\\_8](https://www.youtube.com/watch?v=oCT1AKfXx_8)>. Acesso em: 17 de março de 2020.

ESQUERDA NUNCA MAIS - 31/MAR/64. **Jair Bolsonaro**. s/d. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=2I\\_0pT0SDwM](https://www.youtube.com/watch?v=2I_0pT0SDwM)>. Acesso em: 3 de março de 2020.

Essa é nossa bandeira e jamais será vermelha, diz Bolsonaro. **ROBERTO CARLOS**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Pn7mP-cm6fs>>. Acesso em: 17 março de 2020.

Fala emocionada de Guilherme Boulos sobre a Ditadura militar. **Mídia NINJA**. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cK5Z1uckKm-4>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

Golpe de 1964: Bolsonaro diz que objetivo não é comemorar, mas rememorar. **Globo News**. 03 abr 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uXnvYJ2g-bw>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

Live: Bolsonaro fala ao povo brasileiro! **INTERROGADOS WORLD**. 7 nov 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a2XvrZyKv9o>>. Acesso em: 21 de março de 2020.

Melhores Momentos - Collor 1989. Laboratório de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública – **DOXA, IESP/UERJ**. 1989. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mrlwi-mZYhl>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

Protesto Intervenção Militar – Copacabana. **Dênia Passos**. Agosto de 2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=dnyNe7Yi\\_Pg](https://www.youtube.com/watch?v=dnyNe7Yi_Pg)>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

RARIDADE!: Voto Jair Bolsonaro no Impeachment de Fernando Collor em 1992. **Eli velton Meninão**. s/d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ph9lwykkBtk>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

Roda Viva | Jair Bolsonaro |. **Roda Viva**. 30 jul 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=464s>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

VIVA 31 DE MARÇO DE 64. **Jair Bolsonaro**. s/d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6q4KUxYLppQ>>. Acesso em: 3 de março de 2020.

Voto de Bolsonaro no impeachment. **INFORMA BRASIL TV**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=26-CoLfy920>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

## Bibliografia

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 52-70.

BARAHONA DE BRITO, Alexandra. “Justiça transicional” em câmara lenta: o caso do Brasil. In.: PINTO, António Costa; MARTINHO; Francisco Carlos Palomanes (Org.). **O passado que não passa: a sombra das Ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 235-260.

BATISTA, Ariel Cherxes. O anticomunismo brasileiro e a afirmação de um passado recomposto. In: XI Semana de História Ufes. 2017, Vitória. **Anais...** Vitória: Ufes, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23089/15660>>. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. “Sem viés ideológico”! - Uma análise sobre a atuação política estudantil em tempos de crise. In: 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil. 2019, Recife. **Anais...** – Recife: ANPUH - Brasil, 2019. Disponível em: <[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564780352\\_ARQUIVO\\_Semviesideologico-ArtigoAnpuh2019.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564780352_ARQUIVO_Semviesideologico-ArtigoAnpuh2019.pdf)>. Acesso em: 15 de setembro de 2019.

BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales de la UNAM**, n. 57, p.37-51, set./dez. 2019.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.185-211.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre. SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p.29-43.

\_\_\_\_\_. Os partidos. In: REMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 57-98.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale, et al. 12. ed. Brasília: UnB, 1999.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

BOLSONARO, Flávio. **Jair Messias Bolsonaro – Mito ou Verdade**. Rio de Janeiro: Altadena, 2017.

CALDEIRA NETO, Odilon. **“Nosso nome é Enéas! Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006)**. 413F. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: BR-RS, 2016.

CAMPOS, Pedro. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a Ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: Eduff, 2017.

CASIMIRO, Flavio Henrique. **A nova direita: aparelhos de ação político e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAVEAU, Agnès; TETHART, Philippe (Org). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. Desmonte Neoliberal e Alternativas para o Brasil. In: GALLEGO, Esther Solano. **Brasil em colapso**. São Paulo: Unifesp, 2019. p.75-92.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Ernesto Geisel: o general da “abertura”? **Ágora**, n. 28, p.104-115, jul./dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Anistia: das mobilizações das mulheres na Ditadura militar às recentes disputas sobre o passado**. Vitória: Milfontes, 2019.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FORGET, Danielle. **Conquistas e resistências do poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964/1984)**. São Paulo: Edusp, 1994.

GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como política – a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 17-36.

GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

ISHAQ, Vivien. FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan./mar. 2018.

LOURENÇO, Maria Heloiza Batista. FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento Feminino Pela Anistia e as mobilizações pela Anistia nos núcleos do Ceará, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de Minas Gerais (1975-1979). In: PEREIRA,



André Ricardo Valle Vasco et al. **Das utopias ao autoritarismo**: historiografia, memória e cultura. Serra: Milfontes, 2019. p. 33-50.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: O guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao Golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MOTTA, Marly. A estabilização e estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 219-254.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 415-446.

NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15 esp., p. 9-44, nov. 2015.

OLIVEIRA, Ueber José de; PEREIRA, Valter Pires. **O PT na institucionalidade democrática brasileira**. Vitória: GM, 2011.

PIERUCCI, Antonio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap**, n. 19, Volume 3, p.26-45, dez. 1987.

RAMÍREZ, Hernán. Neoliberais do Cone Sul e suas alianças. In: BOCHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 161-180.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2020.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REMOND, René. (Org). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAVEAU, Agnes; TETARD, Phillipe. **Questões para a História do Presente**. (Org.). Bauru: Edusc, 1999. p.119-126.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: uma gênese da nova direita brasileira (2006–2018) 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SILVA, Graziano Uchôa Pinto da. **A era Stroessner**: uma análise da cultura política paraguaia (1954-1970). 2011. 114f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SNYDER, Timothy. **Sobre a tirania**: vinte lições tiradas do século XX para o presente. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SALLUM JR., Brasílio; PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, n. 82, p.203-212, 2011.

TRAVERSO, Enzo. **Las nuevas caras de la derecha**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o Silêncio**. Brasília: Editorial, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Verdade Sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Ser, 2006.

VIDAL– NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1988.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira**: 1964-1985: A Democracia golpeada à Esquerda e à Direita. São Paulo: Leya, 2014.